

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 149

QUARTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	---	--

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>		<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
---	--	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 116ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministro de Estado

Nº 586/96, de 8 de agosto de 1996, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 562, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda..... 13850

Nº 587/96, de 8 de agosto de 1996, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 551, de 1996, de informações, da Senadora Benedita da Silva..... 13850

1.2.2 – Aviso do Ministro do Tribunal de Contas da União

Nº 372/96, de 18 de julho de 1996, referente ao Requerimento nº 238, de 1996, de informações, do Senador Gilvam Borges..... 13850

1.2.3 – Parecer

Sobre o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais findos. (Redação do vencido para o turno suplementar). 13850

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 271/96, do Presidente da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 263, de 1996, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Habitat 2, apresentando o Relatório nº 4, de 1996, dos membros da Delegação do Senado que participaram daquela Conferência. 13851

1.2.5 – Ofício

Nº 398/96, de 8 de agosto de 1996, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.511, de 1996..... 13851

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR OSMAR DIAS – Alertando para as dificuldades que atravessa a cafeicultura no Brasil..... 13851

SENADOR MAURO MIRANDA – Considerações sobre a função partidária no processo político brasileiro, os aspectos da fidelidade partidária

ria e dos partidos políticos sem representatividade popular. Apelo à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 1996, de autoria do Senador Ademir Andrade e outros Srs. parlamentares, que altera o parágrafo 1º, do artigo 17 da Constituição e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo, a fim de regular a disciplina partidária. Apelo à Comissão Temporária Especial, destinada a estudar a reforma político-partidária, para que proceda uma adequada atualização da legislação eleitoral. 13856

SENADOR HUMBERTO LUCENA – Homagens póstumas ao ex-Deputado estadual, da Paraíba, Francisco Souto Neto. 13858

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – Encaminhando à Mesa requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, Sr. Sérgio Motta, relativo a notícias veiculadas na imprensa sobre a possível manipulação e utilização eleitoreira do poder concedente da União no que diz respeito a concessões de emissoras de televisão e de rádio..... 13861

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências..... 13862

1.2.8 – Requerimentos

Nº 760, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona. 13863

Nº 761, de 1996, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1996, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que susta os Decretos nºs 1.498 e 1.499, de 24 de maio de 1995, que reavaliam as anistias concedidas pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994..... 13863

Nº 762, de 1996, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1996, que acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. 13864

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.483-15, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que reduz o imposto de importação

para os produtos que especifica e dá outras providências.....	13864	ção Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.....	13868
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.485-28, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	13864	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.492-12, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas e dá outras providências.....	13868
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.486-30, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.....	13865	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.493-8, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências.	13869
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.487-21, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	13866	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.494-10, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.....	13870
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.488-14, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.....	13866	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.495-9, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências.....	13870
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.489-14, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	13867	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.496-20, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voto, e dá outras providências.....	13871
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.490-12, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.....	13867	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.497-21, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade-GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	13871
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.491-12, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administra-		Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.498-20, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.....	13872
		Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.499-29, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.....	13872

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.500-13, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências.....	13873	próximo, às 19 horas, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 13, de 1996, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal. (Resseguros).....	13877
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.501-12, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.....	13874	Convocação de sessão deliberativa extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.....	13877
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.502-7, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dá nova redação aos arts. 18 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 1996.....	13874	Proposta de participação do Senado no VI Congresso do Grupo de Trabalho sobre Renda Básica Européia, da Universidade Católica de Louvain – Viena, Áustria, a realizar-se nos dias 12 a 14 de setembro próximo. Aprovada , sendo designado o Senador Eduardo Suplicy para representar o Senado Federal no mencionado evento. (Diversos nº 72, de 1996).....	13877
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.503-3, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$21.000.000,00, para os fins que especifica.....	13875	1.2.10 – Ofício Nº 128/96, de 13 de agosto de 1996, da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.483-15, de 1996.....	13877
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.504-5, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.....	13875	1.3 – ORDEM DO DIA Requerimento nº 552, de 1996, do Senador Roberto Requilão, que solicita, nos termos regimentais, seja consignado em Ata voto de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrada em Cochabamba, Bolívia. Aprovado , tendo usado da palavra os Srs. Eduardo Suplicy e Hugo Napoleão.....	13877
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.505-5, em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que altera os arts. 2º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.....	13876	Requerimento nº 642, de 1996, do Senador Joel de Hollanda, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1996, de sua autoria, que concede pensão especial aos dependentes das vítimas do tratamento de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru, no Estado de Pernambuco. Aprovado , após leitura de ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.....	13879
Convocação de Sessão Solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 15 de agosto próximo, às 18 horas e 30 minutos, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 12, de 1996, que dispõe sobre a instituição da contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.....	13877	Requerimento nº 658, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1995, com o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995 – que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1995 – por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto. Retirado da pauta , nos termos do Requerimento nº 763, de 1996. Ao Arquivo.	13879
Convocação de Sessão Solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 21 de agosto		Requerimento nº 667, de 1996, do Senador Ney Suassuna, solicitando, nos termos regimentais, a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 1995, de sua autoria que revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado	

e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. **Aprovado.** Ao arquivado.....

13879

Requerimento nº 672, de 1996, do Senador Ney Suassuna, solicitando, nos termos do art. 119, **caput**, do Regimento Interno, a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 1995, de sua autoria, que revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. **Aprovado.**.....

13879

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995 (nº 106/91, na Câmara dos Deputados), que ratifica o texto da Convenção nº 167 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Discussão encerrada** ficando a sua votação adiada, para o dia 11 de setembro do corrente, nos termos do Requerimento nº 764, de 1996.

13880

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 761 e 762, de 1996, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**.....

13880

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Decepção de parlamentares da Paraíba por não constar das metas do Plano de Ação do Governo Federal a transposição das águas do Rio São Francisco.....

13882

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Registrando a presença em Brasília, ontem, da Articulação Nacional de Luta das Mulheres pela Reforma Agrária e contra a Violência no Campo.

13882

SENADOR BERNARDO CABRAL – Homenagens ao poeta amazonense Thiago de Mello.

13883

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Associando-se às homenagens prestadas.

13887

SENADOR PEDRO SIMON – Reparos à matéria publicada na revista *Veja* na qual são citadas declarações do Deputado Augusto Farias rebatendo insinuações que teriam sido atribuídas ao orador sobre seu possível envolvimento na morte de seu irmão Paulo César Farias, quando fez comentários inverídicos e desairosos acerca do falecimento de seu filho e de sua primeira esposa.

13888

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Solidarizando-se com o Senador Pedro Simon.....

13913

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Protestando contra o descumprimento, pelo Governo de Israel, do acordo de paz que assegurava a

imediate libertação das mulheres palestinas, dentre as quais a brasileira Lamia Maaruf Hassan. Apelo às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Parlamentar Brasil-Israel e às autoridades brasileiras por providências no sentido da libertação de Lamia.

13913

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Anunciando pronunciamento no qual pretende fazer uma avaliação do trabalho da imprensa com relação à cobertura da morte de Paulo César Farias.

13914

SENADOR ROMEU TUMA – Crise do setor pesqueiro brasileiro.

13914

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Defendendo a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, objetivando a supressão do inciso VI, do parágrafo 2º do artigo 171 do Código Penal, que define a emissão de cheque sem fundo como crime de estelionato.....

13915

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Propondo soluções para salvar o Projeto de Irrigação Jaguaribe – APODI, no Ceará, e para tomar a agricultura irrigada auto-sustentável no Nordeste.....

13917

1.4 – ENCERRAMENTO

2 ATA DA 117ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 1996.

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Parecer

Sobre as Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. (Redação final).

13920

2.2.2 – Requerimentos

Nº 765, de 1996, de urgência para o Ofício nº S/70, de 1996, que autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Goiânia – LFTG, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira a sexta parcelas.....

13925

Nº 766, de 1996, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1996, que revoga o art. 75 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

13925

2.3 – ORDEM DO DIA

Requerimento nº 604, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Jomalista Jayme Sirotsky, por

ocasião de sua posse no cargo de Presidente da Federação Mundial de Jomais – FIEJ, no dia 22 de maio de 1996, em Washington – DC. **Aprovado.....** 13925

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 765 e 766, de 1996, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.....** 13927

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA MARINA SILVA – Restrições e soluções alternativas à Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências..... 13927

SENADOR BERNARDO CABRAL – Impropriedade da Medida Provisória nº 1.511, de 1996. Propostas apresentadas no IV Simpósio Internacional de Ecossistemas Florestais, aberto hoje, em Belo Horizonte – MG. 13930

SENADOR NEY SUASSUNA – Lembrando aos Senadores do PMDB reunião de bancada marcada para amanhã, às 12h30min, para definição de uma posição oficial do Partido sobre a indicação de membros para as comissões mistas destinadas a apreciar medidas provisórias e acerca da autorização do Poder Legislativo para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce..... 13931

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Encaminhando ofícios aos Ministros Nelson Jobim e Raul Jungmann descrevendo fatos ocorridos no acampamento de famílias de sem-terra, localizado no lote 597 da Gleba Santa Rosa, no Município de Ouro Preto D'Oeste – RO, e solicitando seja realizada ação governamental no sentido da designação de proteção policial..... 13931

SENADOR BERNARDO CABRAL – Congratulando-se com o Senador Júlio Campos pela apresentação de medidas legislativas em favor das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste..... 13932

O SR. PRESIDENTE – Comentários ao pronunciamento do Sr. Bernardo Cabral..... 13932

SENADOR IRIS REZENDE – Necessária descentralização de investimentos, objetivando a construção de infra-estrutura no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. 13932

SENADOR EDISON LOBÃO – Comentários acerca de iniciativas do Governo Federal, principalmente do incentivo à agricultura, do estímulo às exportações e da proteção tarifária concedida a alguns setores industriais em dificuldades..... 13933

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da Ordem do Dia de amanhã, em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1996, como item nº 4. 13936

2.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 985 e 986, de 1996..... 13938

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 116ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de agosto de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Júlio Campos, Renan Calheiros, Ney Suassuna e a Srª Emília Fernandes

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Eptácio Cafeteira – Emandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Holanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júlio Campos – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Marina Silva – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, inciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 586/96, de 8 de agosto de 1996, do Ministro de Saúde, Requerimento nº 562, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

Nº 587/96, de 8 de agosto de 1996, do Ministro de Saúde, Requerimento nº 551, de 1996, de informações, da Senadora Benedita da Silva.

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 372/96, de 18 de julho de 1996, referente ao Requerimento nº 238, de 1996, de informações do Senador Gilvan Borges.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

PARECER Nº 443, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161 de 1991, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161, de 1991, na Casa de origem), que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais findos.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de agosto de 1996. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Ernandes Amorim** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 443, DE 1996

Dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de autos processuais findos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.215. Os autos findos, decorridos dois anos de seu arquivamento, e desde que não haja qualquer espécie de pendên-

cia sobre eles, poderão ser destruídos por instrumento mecânico, ou outro meio adequado, conforme instruções a serem expedidas pelos Tribunais.

§ 1º As partes poderão requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo.

§ 2º Os documentos de valor histórico serão preservados e recolhidos ao museu ou arquivo do Tribunal respectivo.

§ 3º Os Tribunais poderão utilizar-se de discos óticos, ou de outro sistema eletrônico similar, para copiar processos que, pela natureza dos documentos ou das informações que os compõem, devem ser também preservados."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº 271/96, do Presidente da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 263, de 1996, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre HABITAT 2, apresentando o Relatório nº 4, de 1996, dos membros da Delegação do Senado que participaram dessa conferência.

O Relatório será anexado ao processado do Requerimento nº 263, de 1996, e retorna à Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 398/PT

Brasília, 8 de agosto de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Deputado Gilney Viana para titular da Comissão destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.511, em substituição à Deputada Sandra Starling.

Indico, também, o Deputado Domingos Dutra para suplente em substituição ao Deputado Nilmário Miranda.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Deputada **Sandra Starling**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador José Roberto Arruda.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje de manhã, o noticiário da televisão apresentou uma entrevista com um cafeicultor de determinado Estado. Perguntado sobre que atitude tomaria a respeito da situação dos preços do mercado internacional do café, o cafeicultor respondeu que iria erradicar a sua lavoura e implantar pastagem.

A situação em que vive a cafeicultura não deixa muitas outras alternativas aos produtores. Estou falando, Srs. Senadores, de uma cultura que está presente em dez Estados do Brasil – portanto, que interessa nacionalmente –, que participa da balança comercial com US\$2 bilhões todos os anos, que está presente em 1.850 municípios deste País, em 200 mil propriedades – em especial, em pequenas propriedades – e que foi, durante muitos anos, a alavanca do desenvolvimento nacional.

Foi a cultura do café que promoveu o desenvolvimento de muitos Estados do nosso País. Ela deve interessar inclusive não apenas aos cafeicultores – aliás, antes que me perguntem, não tenho um pé de café –, mas ao Presidente da República, porque essa cultura gera um milhão de empregos diretos na lavoura e três milhões de empregos na cadeia de produção, inclusive na indústria e exportação.

Sob o aspecto social, nem dá para discutir: é a lavoura, de longe, que emprega mais mão-de-obra; é a cultura que gera mais empregos no campo e que evita, dessa forma, que as médias e grandes cidades sejam pressionadas ainda mais por trabalhadores em busca de empregos.

Ouçó, nesta Casa, leio na imprensa e até assisto em novelas à discussão de um tema de extraordinária importância, que é a reforma agrária. Mas, de repente, as pessoas falam sobre reforma agrária esquecendo-se das causas que levaram milhares de famílias a estar, hoje, na fila, aguardando – muitas, aliás, a maioria delas espera em vão – o assentamento em um pedaço de terra, em uma propriedade. Isso, certamente, alcançará uma pequena e quase insignificante minoria, diante do universo de famílias que hoje aguardam a sua propriedade.

Posso afirmar que a maioria das famílias que hoje anseiam pelo assentamento um dia foram ou trabalhadores numa lavoura de café ou cafeicultores, que, por causas diversas, encontraram a única solução possível: o abandono da lavoura, com a erradicação apoiada principalmente – incrível! – pelo Governo, em 1975.

Embora ainda estejamos vivendo um momento em que a lavoura de café participa com 5,2% da balança comercial, o Governo Fernando Henrique não está dando a devida atenção a essa cultura. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, para onde foi a coordenação da política de comercialização do café? Parece que dá importância apenas para o setor automotivo, peças e brinquedos. Já temos o desastre na cultura de algodão, praticamente esquecida por esse Ministério, que não investiga, na origem, se há ou não subsídios. E, por não investigar, permite a importação do algodão, que chega ao nosso País subsidiado e competindo de forma desigual com o produto nacional, reduzindo a cultura do algodão para praticamente um terço da área plantada há alguns anos. O algodão, como cultura anual, gera intensamente empregos; na cultura do café, como lavoura permanente, ocorre o mesmo.

Não quero que aconteça com o café o que aconteceu com o algodão. A afirmação de um entrevistado de hoje de manhã, de que vai erradicar sua lavoura de café para plantar pasto, será regra se o Governo Fernando Henrique não nos ouvir.

Hoje, tomamos uma iniciativa importante na Comissão de Assuntos Econômicos: o Presidente Gilberto Miranda e demais membros criaram uma subcomissão que vai tratar desse assunto nesta Casa.

Um simples pronunciamento feito por mim, na semana anterior, já provocou a manifestação de países exportadores. A Colômbia, por intermédio da sua Federação de Produtores de Café, encaminhou-me ofício com um convite, para que uma comissão do Senado vá à Colômbia e negocie com esse país exportador um acordo, principalmente no sentido da organização dos países exportadores.

Quero explicar o que ocorre: o Brasil produz, em anos bons, de 25 a 28 milhões de sacas de café, sendo ainda o maior produtor mundial, apesar de todos os desastres na política de exportação e de toda a inconseqüência de atos como o da extinção do órgão que coordenava a política cafeeira, o IBC, em 1990. Ainda assim, o Brasil é o maior produtor e o maior exportador, comercializando cerca de 16,5 milhões de sacas, com um faturamento de mais de

US\$2 bilhões todos os anos. A Colômbia, por sua vez, é o segundo maior produtor, com uma colheita em torno de 16 milhões de sacas, em alguns anos, e 13 milhões, em outros.

Pois bem, somando-se a produção do Brasil com a da Colômbia, chegaremos a representar de 42% a 43%, às vezes até 45% do mercado mundial de café. Se nos organizássemos a ponto de promover um encontro e um acordo com esse segundo maior produtor mundial, estaríamos propiciando o início de uma nova fase no mercado internacional de café, uma vez que esses dois países juntos poderiam ditar a política de comercialização internacional do produto.

Isso não ocorre porque, a partir da quebra do acordo internacional do café, na década de 80, os países importadores se organizaram a ponto de determinarem os preços do mercado internacional. Alguém poderá dizer: "Como o Senado Federal pode pregar o aumento de preços do café? E os consumidores?"

Ora, houve queda de um terço no preço do café: há dois meses, a saca custava US\$140, hoje não chega a US\$100, e já se fala que pode custar US\$85. Isso é um desastre, porque o custo de produção cresceu 70% em apenas um ano, enquanto houve redução de preços que chegou a 30%. A redução pode ser ainda maior, se nada for feito. Pois bem, os consumidores não usufruíram de nenhum benefício decorrente da queda dos preços do café. Pelo contrário, mesmo em pleno Real, os preços do cafezinho continuaram a crescer; igualmente, os preços dos derivados.

Fiz questão de convidar o Senador Gerson Camata para participar do meu pronunciamento; sei que S. Ex^a vai fazê-lo. Pela importância dos seus Estados na cafeicultura, outros Senadores também o farão. Mas, Senador Gerson Camata, quis convidá-lo porque acompanhei, antes de ser Senador, a sua luta pela cafeicultura. Presto-lhe uma homenagem, lembrando-me dos tempos em que eu era Secretário da Agricultura e sabia que existia um Senador preocupado com o café do Brasil.

Hoje convido e convoco o Senado Federal para participar desse esforço, que será de extrema importância, no sentido de segurar no campo esses três milhões de trabalhadores, em toda a cadeia de produção do café. Do contrário, eles pressionarão ainda mais o já combalido e precário mercado de trabalho dos grandes centros urbanos.

Sei que no tempo da mídia, no tempo em que a mídia, às vezes, é mais importante do que os feitos

e os fatos, existem governos que promovem verdadeiras festas, com rojões, com direito a champanhe francês, para comemorar a eventual criação de dois mil empregos decorrentes da instalação de uma fábrica como, por exemplo, no Paraná, da Renault. Digo eventual porque nem sei se serão dois mil empregos. Fazem uma festa! Parece que se salvou o mercado de trabalho e que não haverá, daqui em diante, mais desempregos no nosso Estado e nosso País.

Quando se fala em um mercado de trabalho em que poderá haver um milhão de empregos diretos e três milhões indiretos, o Governo se cala. Parece que o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo ainda acredita que vamos comer porcas, aruelas, parafusos, porque não fala no produto primário, não estabelece uma alíquota de proteção para produtos importados com subsídios, como não organiza o mercado para produtos de exportação, como o café.

Os plantadores de cacau da Bahia sentiram o drama da falta de coordenação política; os de café sentem o mesmo. E nós, que representamos os Estados produtores de café, que sentiremos a influência direta da derrocada da cafeicultura nacional, devemos reagir para que possamos, a partir do Senado, mobilizar o Governo e fazer com que o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo dê mais atenção a um setor de extrema importância para a balança comercial, para o emprego — campo econômico e campo social — e para que o Itamaraty também se envolva nesse pretensão acordo que pretendemos fazer com os países exportadores. Estou propondo a união dos países exportadores para que, organizados, possam eles ditar os preços no mercado internacional. Os preços são determinados por informações, e muitas vezes essas informações não são verídicas.

O Sr. Ernandes Amorim — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS — Concedo o aparte, com satisfação, ao Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim — Senador Osmar Dias, mediante este pronunciamento, V. Ex^a aborda um assunto que é grave e que deveria estar sendo objeto de discussão permanente por parte desse Governo, que não tem política para a área agrícola. Represento um Estado, Rondônia, que também tem como base a produção de café, razão pela qual tenho acompanhado a evolução dessa questão no âmbito nacional. Assisto, com interesse, a programas como o Globo Rural. Em uma das apresentações

— sei que V. Ex^a também assistiu — mostraram um agricultor que, diante da lavoura tão carregada, tão sadia, num momento em que o café está produzindo, estava desanimado, eu diria, desesperado, pedindo socorro, na iminência de ter que extinguir a lavoura em plena produção, por falta de apoio, por falta de uma política governamental que dê sustentação à cafeicultura no Brasil. Sabe-se que qualquer um dos tantos sem-terra que temos, se ganhasse terra para trabalhar, optaria pela plantação de café, principalmente porque se trata de uma lavoura em relação à qual o Brasil tem um passado brilhante e também porque nossa terra é apropriada para esse cultivo. Sentimos, portanto, a falta de governo na área da agricultura, especialmente no que se refere à cafeicultura. Assistimos também, no Globo Rural desta semana, ao desespero dos produtores de cebola. A produção de algodão no Brasil não é valorizada. Quando não há, importa-se o produto, às vezes até daqueles que concorrem deslealmente com o agricultor brasileiro. No meu Estado, Rondônia, também a cacauicultura sofre as mesmas consequências da falta de assistência. Hoje não se tem mais cacau, porque a vassoura-de-bruxa acabou com as lavouras. Não há nenhum programa de recuperação de cacau nesse Estado, não há apoio. Houve publicidade em torno da possibilidade de haver apoio para a recuperação das lavouras cacaueiras no nosso Estado, mas os recursos não chegaram. Por tudo isso, nobre Senador, sentimos que falta governo, falta apoio ao homem do campo quase que em todas as áreas produtivas da agricultura. Cabe ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Ministro da Agricultura, não só atentar para esses problemas, mas acompanhá-los, para que se tragam soluções para os produtores de café e de outras lavouras no Brasil.

O SR. OSMAR DIAS — Obrigado, Senador Ernandes Amorim, por ilustrar a importância da cafeicultura para o nosso País e por alertar esta Casa para o fato de que estamos perdendo as perspectivas positivas do futuro da cafeicultura mundial. Fiz o mesmo alerta, no ano passado, em relação à safra de grãos. Disse que havia uma dinâmica no mercado internacional que apontava para estoques baixos. E hoje há estoques de alimentos no mundo para apenas 50 dias. Corre-se o risco de que futuras gerações sofram a falta de alimentos. Poderemos ter problemas não apenas em relação àqueles que não têm dinheiro para comprar comida, mas também com a falta de oferta de comida no mundo, porque, se hoje plantamos 0,3 hectares por habitante, daqui

a 50 anos, a projeção é de que estaremos plantando 0,15 hectares, portanto, apenas a metade.

Há necessidade de que países como o Brasil cumpram um importante papel nesse cenário mundial. A China aumenta o seu consumo, e o Brasil está de olhos fechados; os Estados Unidos, pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial, abrem o sistema de quotas e permitem que os produtores plantem o que quiserem, e o Brasil continua de olhos fechados; o mundo caminha para a globalização, e o Brasil fala em política agrícola, voltando os seus olhos apenas para o território nacional.

E o café, Senador Gerson Camata, que em nosso País ainda significa essa estupenda fonte de renda, tem essa perspectiva. Hoje existe um consumo mundial de 105 milhões de sacas e uma produção mundial média de 93,5 milhões de sacas. Há, portanto, carência e necessidade de se aumentar a produção de café em 11, 12 milhões de sacas. E só há dois ou três países que podem fazê-lo. Entre eles está o Brasil, que pode ampliar nesse volume sua capacidade de produção, porque temos tecnologia moderna, do café adensado, que permite, por unidade diária, que se produza três a quatro vezes mais o que se produzia com o café tradicional.

Essa tecnologia poderia ser adotada pelo Governo, que, aliás, está agindo equivocadamente, no momento de safras, liberando estoques, quando estamos colhendo a produção, jogando 15 mil sacas de café. Aí, um técnico do Governo me diz: "Mas 15 mil sacas não é nada; o Brasil consome 10 milhões de sacas de café todos os anos". Mas como não é nada? Em plena safra? Isso faz com que se balize o preço pelo preço de leilão, que é baixo. É esse um dos fatores que têm derrubado o preço no mercado brasileiro e, em consequência, no mercado internacional.

Estamos chutando nossa canela, estamos jogando contra nosso patrimônio, porque estamos reduzindo o preço no momento em que o Brasil vai exportar. Mas isto não é só inconseqüência; isto é incompetência também. E isto precisa ser alertado. Se há aqueles que não conhecem o assunto, que consultem aqueles que conhecem. E há muitos que conhecem o assunto que poderiam estar hoje dando opiniões e sugestões, para que essas burrices não fossem praticadas num momento tão inoportuno quanto este.

O Sr. Gerson Camata – V. Exª me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Com satisfação, ouço V. Exª.

O Sr. Gerson Camata – Senador Osmar Dias, fico feliz em ver a competência com que V. Exª ex-

põe ao Senado, ao País e principalmente ao Governo a situação em que se encontra a cafeicultura brasileira. Mas a imagem, os traços fundos e cruéis que V. Exª apresenta retratam bem a realidade de toda a agricultura brasileira. Dentro do quadro do café, por exemplo, veja V. Exª que os cafés produzidos no Paraná, que são os chamados bebidas moles, estão chegando ao preço de R\$80 a saca. Os bebidas duras, os cafés tipo Riado do Espírito Santo, já estão a R\$60 a saca, e isso não paga mais o custo de produção. Veja V. Exª que ocorre um outro problema ainda mais sério. O Espírito Santo atravessa um longo período de estiagem; duas pragas estão destruindo a cafeicultura do Espírito Santo: a seca e o Governo; sendo que no resto do País só há uma praga. Há uma comoção; o Estado, apesar de geograficamente pequeno, é o segundo maior produtor de café do Brasil, e toda a mão-de-obra agrícola é baseada quase que essencialmente na monocultura do café. Nós vivemos um momento crucial na história do Espírito Santo, e não se vê – V. Exª acentuou bem isso – nenhuma atenção do Governo no sentido de dar um amparo, uma mão ou até de aumentar essa produção, porque, além de criar empregos, vai criar dólares na hora da exportação. Pelo contrário, V. Exª salientou bem: eles aguardaram certinho a hora em que o agricultor tinha acabado de fazer a sua colheita, a hora em que ele se preparava para reter um pouco, para ver se melhorava o preço, para jogar o seu café no mercado, aí o Governo abriu o leilão, para derrubar o mercado e atrapalhar a vida. Não sei de que lado esse pessoal está trabalhando. E há um outro fato ao qual certamente V. Exª vai chegar: o Brasil abriu o mercado brasileiro para automóvel estrangeiro, para geladeira estrangeira, para bonequinha de matéria plástica estrangeira, para tecido estrangeiro e em nenhum momento se preocupou com o enorme poder de barganha que representa isso, de colocar produtos brasileiros em troca. Pelo contrário, foi uma generosa abertura do mercado em troca de nada. Não se tentou, em nenhum momento, colocar nenhum produto brasileiro no mercado internacional em troca da abertura de um mercado tão grande como é o mercado brasileiro às grandes empresas multinacionais. Mas há ainda preocupações que afloram no discurso de V. Exª. Lembra-se V. Exª de que, há três anos, foi fundada aqui em Brasília a Associação dos Países Produtores de Café. Como o café não merece mais importância na mídia brasileira, naquele dia estavam aqui 27 Ministros de Agricultura e três Vice-Presidentes de República de países produtores de café. Nesse dia, o Vice-Presidente da Costa Rica disse-me que, durante os três dias dessa reunião, não saíra nenhuma nota em nenhum jornal brasileiro. Ele me disse: "O Brasil não se apercebe do que está acontecendo aqui. Pela primeira vez, os produtores vão-se organizar". Nesse mesmo

dia, três indivíduos carregando uma bandeira vermelha quebraram uma vidraça do Congresso Nacional. Saíram todos nas televisões e em todos os jornais. Então propus que saíssemos todos em passeata e quebrássemos o vidro do Congresso, porque assim iriam descobrir que, no Brasil, está-se fundando a Associação dos Países Produtores de Café. O mais grave dessa reunião — V. Ex^a sabe disso — é que se acordou uma maneira de nós, países produtores — Brasil, Colômbia, Costa Rica, México, Índia, até o Vietnã veio a essa reunião, pela primeira vez no Brasil — resolvermos o problema, que seria estabelecer a política de retenção. O primeiro país que não cumpriu foi o Brasil — V. Ex^a sabe disso. Aqui se fundou e se estabeleceu a política da retenção; o primeiro país que não cumpriu foi exatamente o Brasil, por obra e graça do Governo, que não era esse, era outro, mas que não cumpriu. Penso que a hora dessa frente que V. Ex^a anuncia, já que por parte do Executivo, por parte dos Ministérios do Governo, há um descuido total, o Poder Legislativo vai ter que assumir essa bandeira e salvar o que resta da cafeicultura. Daqui a pouco, vamos ter que fazer também um grupo para salvar o milho, a soja, o feijão, o arroz, para salvar o Brasil, a agricultura brasileira, que está indo toda no roldão dessa política desastrosa a que estamos assistindo; até agora impacientes, mas, agora, com o grito de V. Ex^a de protesto e de alerta.

O SR. OSMAR DIAS — Senador Gerson Camata, é de extrema importância o aparte de V. Ex^a. O Presidente já vai apertar a campainha, a luz já acendeu, mas peço um pouco de tolerância, porque todas as vezes que vou me inscrever para falar, Sr. Presidente, já há vinte oradores na frente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) — O tempo de V. Ex^a já está exaurido em três minutos, mas, por favor, conclua.

O SR. OSMAR DIAS — Obrigado, Sr. Presidente, tendo em vista a importância do café e em homenagem aos cafeicultores, que continuam resistindo, apesar dos preços baixos. Há uma esperança: não temos mais no Ministério da Agricultura um Ministro preocupado apenas com juros e correção monetária: temos um Ministro da Agricultura que é de um Estado produtor, que é Minas Gerais. Sei que o Ministro Arlindo Porto vai tomar conhecimento deste meu pronunciamento. Como nas últimas três semanas tentei falar com S. Ex^a, pelo telefone, e não consegui, tem sido difícil, vou falar pela tribuna do Senado; talvez assim S. Ex^a, lendo este pronunciamento, entenda a importância de o Ministério da Agricultura também assumir uma certa liderança, porque não é possível aceitar, Senador Gerson Camata — V. Ex^a é um dos maiores entendidos do assunto —, V. Ex^a sabe que eram 16 fazendas experimentais que o Ministério da Agricultura tinha no tempo do IBC, no tempo do Ministro Pedro Simon e de outros

Ministros da Agricultura. Hoje, são apenas duas fazendas que não funcionam.

Temos 27 técnicos do Ministério da Agricultura, no Brasil inteiro, tratando do assunto café, um produto de R\$2 bilhões na balança comercial e de 4 milhões de emprego. Isso é uma brincadeira, e o Ministro Arlindo Porto, sendo de Minas Gerais, interpretará bem as palavras que estou dizendo aqui. Não fará, com certeza, uma proposta tão ridícula como a que foi feita, ainda neste Governo, quando o Ministro era outro.

O outro Ministro se preocupava com juros e correção monetária e encontrou uma fórmula mágica para fazer reagir os preços no mercado internacional: queimar os estoques de café do Brasil. Meu Deus do céu! Não tem nem o que analisar de uma proposta dessas: queimar o nosso café para fazer reagir o preço no mercado internacional?!

Quanto à Associação dos Países Produtores, nessa carta encaminhada e assinada pelo Presidente da Federación Nacional de Cafeteros da Colômbia, Jorge Gardenas Gutierrez, há reclamação que essa associação foi criada há três anos — V. Ex^a assim o lembrou —, mas só que o Brasil, como maior produtor mundial de café, foi o primeiro a quebrar um acordo feito pela Associação. Assim não é possível, temos que tratar esse assunto com seriedade dentro e fora do País.

Temos tecnologia, competência e conhecimento de longos anos na produção de café. Estamos jogando fora um patrimônio nacional imenso e continuaremos discutindo quantas "indústriazinhas" vamos gerar em determinado município, sendo que mil ou dois mil pés de café gerariam a mesma quantidade de empregos.

Vamos parar de brincar e falar sério! A questão do café é muito importante, Sr. Presidente. Por isso, tomei mais alguns minutos de V. Ex^a.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. OSMAR DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

FEDERACIÓN NACIONAL DE
CAFETEROS DE COLOMBIA

Santafé de Bogotá, D.C., 30 de julio de 1996

Senador

Osmar Dias

Fax 905561 3235238

Brasília

Estimado Senador Dias:

A través de los medios internacionales de noticias me he enterado de su interés sobre el tema cafetero y en especial sobre el comportamiento de los precios internacionales.

Las autoridades cafeteras de Colombia coinciden con usted, en que todo esfuerzo que se haga entre nuestros dos países para tener una política coordinada en materia de comercialización externa, siempre ha sido beneficiosa.

Para nosotros hoy es bastante claro, que cada día se presenta un mayor divorcio entre las variables reales del mercado como oferta, demanda e inventarios y lo que realmente sucede en las bolsas de café de Nueva York y Londres. Parece ser que las bolsas ya no constituyen mecanismos idóneos para la compra y venta del grano físico, sino que solamente están siendo una especie de casinos especializados para fijar el precio del café, en donde los mayores actores son los especuladores vinculados al capital financiero, que como una especie de gilano moderno se pasa de un mercado a otro con tal de realizar a corto plazo una utilidad importante. Ante esta nueva realidad, es prácticamente imposible, que un país exportador de café pueda poner en marcha en forma individual acciones correctivas a ese nuevo comportamiento de la bolsa.

Afortunadamente ya vamos a cumplir tre años de habernos puesto de acuerdo con el Brasil y otros países productores de café, para constituir la Asociación de Países Productores de Café y dentro de ese mecanismo, iniciar un proceso de coordinación de políticas tendientes a defender nuestros intereses comunes.

Sin embargo, el mercado internacional del café del lado de los compradores ha mantenido, con respecto a las decisiones tomadas dentro de la APPC, un alto grado de incredulidad causada principalmente por el hecho de que en el pasado inmediato dentro del Brasil se han presentado problemas para concertar políticas internas y diseñar instrumentos adecuados que sean consistentes con las decisiones tomadas dentro de la APPC.

Nosotros en Colombia creemos que si nuestros dos países logran obtener por parte del mercado internacional una absoluta credibilidad en el manejo de las políticas acordadas, estaremos quitándole al mercado la alta volatilidad en los precios y su tendencia a la baja.

Por todo lo anterior nos ha parecido sumamente importante, además de las inquietudes planteadas por usted, el hecho que a nivel de la Cámara de Diputados se esté en el proceso de crear un marco jurídico que facilite la toma de decisiones y la puesta en marcha de los instrumentos de política cafetera que el Brasil adopte.

Para la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia sería muy honroso contar con su presencia en Bogotá, a fin de tener una discusión más amplia de estos temas. Señor Senador Días, está usted invitado a visitarnos para cuando lo tenga a bien.

Cordialmente, — Jorge Cardenas Gutierrez, Gerente General.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a prática da verdadeira democracia pressupõe a existência de Partidos fortes e representativos como canais de manifestação da sociedade. E a definição objetiva e clara da função partidária no processo político é fundamento básico nas relações entre o cidadão e as suas expectativas de bem-estar. No passado mais remoto e no presente, o Brasil não tem sido nenhum primor de coerência em termos de tradição partidária. E as relações de causa e efeito na história de instabilidade e de in-

consistência de nossas organizações partidárias têm dado origem a rupturas institucionais e a crises políticas de naturezas diversas.

Felizmente, temos hoje todas as razões para acreditar que a restauração do processo democrático veio para ficar. A Nação está definitivamente vacinada contra as aventuras, mas é inegável também que há grandes espaços para aperfeiçoar os instrumentos políticos de afirmação da democracia. O Brasil precisa estabelecer rapidamente uma reforma de princípios que garanta a estabilidade, purifique o ambiente político, reduza as influências da demagogia e permita que as correntes de pensamento assumam entidades representativas próprias e bem definidas.

Estamos vivendo o auge da campanha pelas eleições municipais. E o que vemos é um cipoal de muitas siglas, a maioria delas sem programas objetivos e sem mensagem ideológica, servindo de pasto para o oportunismo eleitoral. A menos de dois meses das eleições municipais, temos um palco perfeito para os coadjuvantes de ocasião, como se fossem táxis alugados para uma corrida que vai terminar em três de outubro. Há candidaturas alimentadas por coligações de quase uma dezena de Partidos periféricos, sem expressão e sem lideranças e, em muitos casos, conflitantes entre si. Não quero condenar, a priori, os candidatos que são obrigados a aceitar essa miscelânea de conflitos à direita e à esquerda, porque, se um não faz de cá, o outro vai fazer de lá. É o preço a pagar por uma legislação partidária permissiva e desatualizada.

Um dos lados mais trágicos disso para o aperfeiçoamento democrático é que vale mais a busca do poder que o interesse do eleitor. Na distribuição dos cargos, cada facção vai exigir o seu naco, comprometendo o mandato com perda de substância e de unidade. Peço a Deus que ajude a nos livrarmos desse modelo de deformação política, que é o excesso de Partidos já para as eleições seguintes. O pleito municipal é um fato político localizado, mas reflete, num universo menor, a realidade de todo o País. Precisamos superar a fase em que os arremedos de partidos políticos funcione como cartórios de interesses.

É indispensável repensar uma democracia que funcione sobre bases partidárias fortes, realistas e ideologicamente consistentes. Uma democracia sustentada por Partidos grandes e médios, e não por siglas apenas simbólicas que só servem apenas para desmoralizar o processo político, confundir a cabeça do eleitor e contaminar a imagem do Legislativo com

exemplos do que há de pior, num efeito de generalização que é injusto com a maioria dos homens públicos. Minha opinião é de que os Partidos sem expressão política ferem os princípios mais elementares da cidadania. Não têm história, não têm representatividade e só fazem alimentar o clientelismo e a infidelidade partidária, que deve ser combatida em todos os sentidos. Nesse particular, acho que deve ser olhada com atenção a emenda constitucional do Senador Ademir Andrade, que trata da matéria. A proposta pune com a perda de mandato os políticos que deixarem os Partidos pelos quais foram eleitos ou se opuserem às diretrizes estabelecidas pela direção partidária. Sem dúvida, essa é uma questão importante que deve ser analisada no conjunto das reformas políticas que esta Casa vem estudando.

Além disso, entendo também que a boa democracia é aquela que consegue construir bases políticas sólidas, com organizações bem estruturadas e em que não haja espaço para grupos partidários sem representação no contexto social. Nesse sentido, o cientista político francês Maurice Duverger resume muito bem o que deve ser um Partido político em uma sociedade moderna e democrática: "Os partidos políticos, como os conhecemos modernamente, são as organizações que visam ao enquadramento das massas e à seleção de quadros, e correspondem às estruturas das sociedades contemporâneas".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, daqui deste plenário faço um apelo à Comissão de Reforma Político-Partidária, presidida pelo ilustre Senador Humberto Lucena, no sentido de que busque a mais ampla participação desta Casa e conclua os seus trabalhos, olhando mais para o Brasil do século XXI. Essa é uma questão que nos deve envolver a todos neste Senado. O Senador Humberto Lucena tem sabedoria, experiência e sensibilidade para captar as aspirações da sociedade e transformá-las em um texto legal adequado às nossas realidades. Esse foro privilegiado é a nossa oportunidade para mudar.

Alimentar as velhas práticas e manter os mesmos vícios significará condenar o Brasil ao pauperismo no campo das instituições políticas. Somos hoje uma potência emergente no contexto da globalização econômica.

O Sr. Humberto Lucena – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA – Ouço o nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Acompanhava, com interesse, o discurso de V. Ex^a, justamente por versar matéria que diz respeito à Comissão Temporária Especial deste Senado, que tenho a honra de presidir, e cujo Relator é o Senador Sérgio Machado, do PSDB. Temos trabalhado no sentido de realizar um debate amplo, o que já foi praticamente feito, porque levamos ao âmbito dessa Comissão não só o Vice-Presidente da República, o Ministro da Justiça, como governadores representantes dos mais diversos Partidos, além de outras eminentes personalidades. Recolhemos também subsídios, por escrito, dos presidentes de Partidos e na próxima semana, terça-feira, às 10h, teremos a última audiência, quando será ouvido o Deputado João Almeida, Relator de comissão idêntica na Câmara dos Deputados. Com isso, objetivamos realizar um trabalho conjunto com a Câmara dos Deputados. Todo o material ali levantado, e que está nas mãos do nobre Relator Sérgio Machado, já constitui subsídio suficiente para que S. Ex^a possa produzir, o mais rápido possível, o seu relatório final, inclusive sugerindo proposições como Proposta de Emenda Constitucional, uma delas, naturalmente, visando essa questão da fidelidade partidária que V. Ex^a abordou com muita propriedade, porque temos em conta a necessidade de fortalecer os Partidos, sem o que, na verdade, não se pode consolidar a democracia no País. Um dos pontos que mais me impressionaram nos debates ali travados foi justamente a questão levantada, se não me engano, pelo Governador Antonio Britto, do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à necessidade de, para chegarmos à fidelidade partidária, se rever o sistema eleitoral, porque justamente o atual não fortalece os partidos. Os candidatos de um modo geral, mas sobretudo os candidatos às eleições para a Câmara dos Deputados, levam em conta mais a sua pessoa, a sua imagem, e não propriamente o Partido. Contudo, ao lado do trato da questão da fidelidade partidária, temos que resolver a questão do sistema eleitoral, se não adotando um sistema majoritário, que é a chamada eleição por distrito, pelo menos o sistema misto, que seria 50% pelo voto proporcional e 50% pelo voto distrital, como um caminho para o fortalecimento dos partidos, e, aí sim, viria a exigência da fidelidade partidária. Esse e outros temas serão tratados em Proposta de Emenda Constitucional, mas teremos, também, projetos de lei complementares e projetos de lei ordinária. A nossa idéia é estarmos, até o final do ano, com essas proposições prontas, para começarmos a apreciá-las nas duas Casas do Congresso Nacional. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. MAURO MIRANDA – Agradeço profundamente a sua manifestação. Sei do trabalho que V. Ex^a está fazendo hoje. Todavia, achei boa a oportunidade de falar, neste momento, porque nós, Senadores, nas nossas bases, estamos vendo essa dificuldade aflorar com muita intensidade, causando essa desordem partidária no País.

O Sr. Ernandes Amorim – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Mauro Miranda?

O SR. MAURO MIRANDA – Concedo o aparte ao nobre Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim – Nobre Senador, fala-se em fidelidade partidária, em fortalecer partidos. Existem, hoje, inúmeros partidos no Brasil. No entanto, ao chegarmos ao Senado da República, vemos praticamente dois partidos: o Partido da Oposição, que é o PT, e os outros partidos com o mesmo pensamento, o mesmo programa, o mesmo apoio. Daí fico a pensar: será que essas reformas não seriam mais necessárias na cabeça dos políticos do que no papel?

O SR. MAURO MIRANDA – Senador Ernandes Amorim, da minha parte, não. Estou tranquilo que precisamos fazê-las, resolvendo com isso uma dificuldade, porque o Presidente da República tem que governar este País com uma base partidária consistente e ideologicamente afinada.

Prossigo o meu discurso.

O nosso Produto Interno Bruto já se aproxima da casa de US\$1 trilhão, nosso poder econômico é o maior de toda a América Latina, mas a realidade política interna é atrasada e não acompanhou os avanços materiais conquistados pela sociedade organizada.

É imperativo superar essas diferenças para que o político, o econômico e o social caminhem no mesmo passo e de mãos dadas. O aperfeiçoamento político, por meio do fortalecimento dos partidos e da fidelidade a programas e a compromissos, estabelecerá uma nova era de afinidade entre o cidadão e os seus representantes. Só com partidos fortes e com elos permanentes de afinidade entre eleitores e eleitos, poderemos escrever páginas mais nobres para a História deste País e para a democracia. Mas é preciso ter coragem, determinação e espírito público para vencer as resistências de sempre e mudar o quadro de mentira e de fragilidade que temos hoje. Creio que teremos, depois das eleições municipais, um momento extremamente favorável para concluir as mudanças na legislação e oxigenar a política brasileira com um universo partidário menos pulverizado e mais representativo.

A reorganização partidária vai permitir o encontro das várias tendências atuais em novos leitos comuns, mais autênticos e uniformes, e fará fluir, com maior naturalidade, os entendimentos políticos entre o Executivo e o Legislativo. Sem isso, a governabilidade do País continuará rateando; o povo se manterá descrente e sem rumos, e a consolidação democrática não estará definitivamente livre das crises que têm marcado a história recente do País.

São as minhas expectativas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Senador Humberto Lucena.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu no último dia 7 do corrente, quarta-feira da semana próxima passada, em João Pessoa, na Paraíba, o ex-Deputado estadual Francisco Souto Neto, mais conhecido como Chico Souto, sem dúvida, uma das personalidades mais fortes e mais presentes na vida pública do Estado, desde que iniciou a sua carreira política, em 1958.

Era natural de Esperança, onde detinha uma grande liderança popular – basta dizer que em várias eleições sempre contou, ali, com mais de 80% dos votos, no município – o ex-Deputado Chico Souto foi aluno do Seminário Diocesano da Paraíba, onde iniciou estudos de Filosofia.

Foi Deputado estadual eleito e reeleito durante três legislaturas consecutivas, destacando-se na Assembléia Legislativa do Estado pelas funções que exerceu e pelas idéias que sempre defendeu durante a sua atuação parlamentar.

Foi líder do Governo Pedro Gondim e primeiro secretário na Assembléia Legislativa do Estado. Pertenceu à Frente Parlamentar Nacionalista. Marcou a sua luta parlamentar pela defesa permanente não só dos interesses da Paraíba e do Nordeste, mas sobretudo dos interesses do Brasil. Revelou-se um intransigente defensor, desde aquela época, da reforma agrária e do sindicalismo rural.

Talvez essas suas idéias, consideradas, então, muito à esquerda, tenham provocado a cassação do seu mandato em 1969, pelo Movimento Militar de 1964, logo após a edição do Ato Institucional nº 5. Há quem diga na Paraíba, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o ex-Deputado Chico Souto teve o seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelo fato de ter sido o autor do projeto de lei que concedeu o título de cidadão paraibano a Dom José Maria Pires, considerado, à

época, um dos maiores líderes da Igreja progressista do Nordeste por sempre exercer atividades bem autênticas no âmbito da Pastoral da Terra, por exemplo.

Chico Souto defendeu com ardor, sobretudo, os direitos dos trabalhadores rurais, particularmente ao tempo da criação, na Paraíba e em todo o Nordeste, das chamadas Ligas Camponesas, cuja mobilização em favor da reforma agrária levou ao sacrifício tantos camponeses, como, no caso do meu Estado, o Nego Fuba, o João Pedro Teixeira e tantos outros, que foram sacrificados nessa luta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi dentro desse contexto que o ex-Deputado Chico Souto exerceu as suas atividades parlamentares e políticas. Após a sua cassação, ele, que sempre foi um animal político por natureza, como não podia mais atuar ostensivamente, o que fazia? No recôndito de seu gabinete de trabalho no cartório que tinha em João Pessoa, reunia diariamente, logo após o almoço, uma plêiade de pessoas representativas da sociedade (políticos, empresários e jornalistas), que lá iam discutir problemas da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

Esses encontros passaram a ser chamados "as reuniões do Senadinho". E como não tinha mais como exercer a atividade política, porque estava cassado e com seus direitos políticos suspensos por tanto tempo, Chico Souto procurava ajudar financeiramente, como pessoa física —na época a lei o permitia—, aqueles candidatos que pareciam merecer mais de perto a sua confiança e, sobretudo, o seu apoio, na linha de suas idéias progressistas.

É verdade que isso lhe valeu sempre uma fiscalização permanente, inclusive das autoridades militares, que, de perto, acompanhavam a situação não só na Paraíba, mas no Nordeste e no Brasil.

Eu não poderia deixar, neste instante em que presto esta homenagem à saudosa memória do ex-Deputado Chico Souto — e V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, que, no momento, preside, eventualmente, a sessão e que o conheceu de perto, tenho certeza de que também comunga com este preito —, de ler rapidamente algumas passagens das homenagens que lhe foram prestadas pela imprensa paraibana, por intermédio das penas de jornalistas eminentes.

Na edição de **O Norte** de 9 de agosto, no artigo "A presença de Chico Souto", diz João Manoel de Carvalho:

Como político, Chico Souto exerceu grande influência e considerável liderança,

no cumprimento de vários mandatos de deputado estadual, não limitando sua atuação apenas à interpretação literal dos sentimentos e anseios dos agricultores e da população de Esperança e da região do brejo, mas soube levar para a Assembléia Legislativa do Estado a discussão de assuntos de interesse nacional, como a reforma agrária, a defesa da economia brasileira, a questão do petróleo, que ele considerava problema de cuja solução dependia não somente o destino de cada cidadão, mas a própria sobrevivência do país como nação.

Por isso, Chico Souto tomou-se não só uma evidência estadual, mas um cidadão digno do respeito de todo o País, na medida em que defendia a sua pátria das investidas devastadoras das corporações internacionais e sabia distinguir entre o que fosse uma convivência saudável entre nações e povos e a dependência ou a rendição incondicional do Brasil aos interesses internacionais.

Eis um trecho do artigo "Adeus, amigo!", de Luiz Ferreira, publicado no **Correio da Paraíba** de 10 de agosto corrente:

A política favoreceu-o por algum tempo. Depois, puniu-o com extrema severidade e com não menos extrema injustiça. Lembro-me de quando ele, cassado, foi despedir-se dos funcionários da Assembléia Legislativa, pelos quais era muito estimado. Na mão direita segurava um pequeno envelope branco, contendo uns poucos documentos particulares que ele retirara das gavetas do seu birô de primeiro-secretário. A única coisa, portanto, que levava para casa e para fora da política após muitos anos de militância. Só isso. Aliás, não só isso: levava também suas mãos tão brancas e tão limpas quanto o envelope. Para ele isso era tudo.

Gonzaga Rodrigues, na mesma edição do **Correio da Paraíba**, escreve num artigo sob o título "As cobras de agosto":

Chico andava leve, de branco, entre as facções e as ideologias. Aliou-se ao melhor pensamento da época, não porque se debruçasse sobre os tratados da Reforma, mas pelo exemplo igualitário de Esperança, cidade sem discriminações, sem grandes ricos nem pobres extremos. Cidade de pequenos comerciantes, de pequenos proprie-

tários, precisando mais de escolas do que de bancos para crescer. Cidade afetiva de Silvino Olavo e liberal de Samuel Duarte. Chico pupilo dos dois, ambos acenando em todos os momentos da sua vida. No auge da Assembléia ou no infinito desamparo em que até o crepúsculo lhe foi negado: ficou de costas para o poente, recostado a um coqueiro do mar, o horizonte breu de naufrágio.

Ainda no **Correio da Paraíba**, na mesma edição, Luiz Augusto Crispim escreve em seu artigo "Chico, o bom":

Aos poucos, a Paraíba vai perdendo suas derradeiras unanimidades.

Chico Souto gozava dessa unanimidade. E é um dos últimos a nos deixar. Ser bom não lhe pesava nem um pouco. Fazia parte do seu jeito de carregar a vida. Metia a mão no bolso para cobrir a aflição de um amigo, do mesmo jeito que sacava um daqueles seus aromáticos charutos de Havana. Não fazia muita diferença. Aspirava o gosto da fumaça com o mesmo prazer.

Chico Souto era feito dessa matéria.

Algumas vezes, no meio da conversa, dava-me a vontade de lhe perguntar de que matéria era mesmo feito. Não seria uma ficção da humanidade desacostumada às coisas do bem-querer? Quem sabe uma forma de compensar os males que sobram e que prosperam por toda parte. Ficou aqui, neste canto que os antigos resolveram chamar de Esperança, a semente última dos afetos esquecidos – como diz o poeta.

Na referida edição do **Correio da Paraíba**, diz Nonato Guedes no artigo "A perda de Chico Souto":

Os meios políticos foram unânimes em reconhecer, ontem, a perda inestimável causada com a morte do ex-deputado e empresário Chico Souto. Político atuante, combativo, Souto pagou o preço dessa coerência com a punição injusta do regime militar, que cassou seu mandato legítimo e seus direitos políticos. Quando foi para o ostracismo, manteve a integridade pessoal e a solidariedade com os amigos e ex-colegas.

Por sua vez, o Governador José Maranhão, ao tomar conhecimento do falecimento do ex-deputado Chico Souto, disse:

Nem mesmo impedido de exercer cargos eletivos o ex-deputado Chico Souto per-

deu sua grandeza, sabendo manter-se, ao longo dos dez anos de cassação de seus direitos políticos, com dignidade e com altivez.

(...)

Acho que a Paraíba perde um dos seus grandes homens. Querido e estimado pelo povo, era uma grande figura humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de concluir, apenas para completar esta homenagem a esse ilustre paraibano, ex-Deputado Chico Souto, gostaria de dizer que o grande espelho em que ele se mirava na vida pública do Estado, a liderança que ele mais admirava era a do nosso ex-colega Senador Antônio Mariz, ex-governador do Estado da Paraíba, de saudosa memória. Foi justamente ouvindo os ensinamentos de Mariz que ele conseguiu formar a sua personalidade de homem público. É claro que tiveram grandes divergências, aqui e acolá, mas Mariz sempre exerceu uma grande influência na vida pública do ex-deputado Chico Souto.

E quanto a mim, o que quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, é que na época em que estive sem mandato, durante quatro anos, ao longo de 46 de vida pública, vivendo no Rio de Janeiro com a minha mulher e os meus filhos, foi uma fase difícil de minha vida. Como fui Líder do MDB e da Oposição no Senado e na Câmara, no período mais sombrio da ditadura, fazendo oposição ao Presidente Emílio Médici e, mais do que isso, ao regime militar, levando para a tribuna denúncias de cassações de mandatos, de suspensões de direitos políticos, de torturas e de desaparecimentos, quando se quis fazer um acordo geral na Paraíba entre a Arena e o MDB, eu disse que não tinha condições morais e políticas de aceitá-lo, participando da chapa de deputados federais, que seria uma chapa única, excluídos todos os que quisessem concorrer. Admitiria o acordo só para Senador, com vistas à reeleição de Argemiro Figueiredo. Fui vítima, Sr. Presidente, ao lado desse inesquecível paraibano, o ex-Senador Argemiro Figueiredo, de um acidente eleitoral, em 1970, na disputa que, afinal, tivemos de enfrentar para as duas vagas no Senado. Não fomos derrotados: perdemos para o voto em branco. Perdi por 50 mil votos, e Argemiro, por 65 mil votos; houve 95 mil votos em branco na Paraíba, porque os estudantes e trabalhadores – lá como em todo o Brasil – votaram em branco. O MDB só conseguiu eleger dois Senadores: um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a me permite um aparte

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Humberto Lucena, fomos Deputados Federais juntos, V. Ex^a exercitava a Vice-Liderança do MDB. Depois, a minha cassação me levou ao Rio de Janeiro – e é este o depoimento que quero dar –, onde V. Ex^a lutou bravamente, no escritório do saudoso Samuel Duarte, com quem formava sociedade. Devo dizer que tudo aquilo que puder ser registrado contra V. Ex^a não irão dizer nunca que foi por desonestidade, por falta de dignidade, por falta de decência política. Quero que V. Ex^a registre isso de um companheiro que foi cassado e que perdeu dez anos de seus direitos políticos. Sabemos o sacrifício passado no Rio de Janeiro, ambos advogando. Felizmente, a luz chegou ao fim do túnel. A resposta se deu pouco tempo depois, com a diáspora que houve: o retorno, o reencontro dos amigos aqui. Para minha satisfação, reencontro-me com V. Ex^a no Senado.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Bernardo Cabral. Tenho uma grata recordação de nossos tempos na Câmara dos Deputados, da nossa luta ferrenha contra o garroteamento das instituições democráticas, ao lado de figuras notáveis desta República, como, por exemplo, Josaphat Marinho.

Mas quero lembrar a V. Ex^a que, depois – justamente era essa a época a que estava me referindo –, após o recesso compulsório a que foi submetido o Congresso, com a cassação de Mário Covas, fui alçado à condição de Líder. Esse é o ponto que estava lembrando, quando fui o Líder do MDB e da oposição ao Presidente Médici e ao regime militar, na fase mais sombria da ditadura. Foi nessa época, voltando à homenagem que estou prestando ao ex-Deputado Chico Souto, grande defensor das liberdades democráticas, particularmente na Paraíba –, quando me encontrava no ostracismo e havia momentos de não ter como viver com minha família no Rio de Janeiro – sabe V. Ex^a que sempre me mantive com subsídios –, que S. Ex^a me procurava, sempre com a sua generosidade, para dizer: "Não passe necessidade. Se precisar de qualquer coisa, procure-me, porque estou à sua disposição".

Esse é o homem que homenageio neste instante, Sr. Presidente, pessoa de bem, um democrata, um homem com H maiúsculo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, prorrogo a Hora do Expediente por cinco minutos.

Concedo a palavra a V. Ex^a por 5 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa um requerimento de pedido de informações, endereçado ao Ministro Sérgio Motta, relativo a notícias veiculadas na imprensa, publicadas na revista **Veja** e no jornal **O Globo** de hoje, sobre a possível manipulação e utilização eleitoral do poder concedente da União no que diz respeito a concessões de emissoras de televisão e de rádio.

Como considero essas denúncias da maior gravidade, entendo ser necessário um esclarecimento por parte do referido Ministro.

Vou ler o requerimento e a sua justificação:

"Requeiro, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Sérgio Roberto Vieira da Motta, as seguintes informações:

1. Queira Sua Excelência informar ser ou não procedente notícia veiculada pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 13/08/96, 1º Caderno, pág. 3, de que o Presidente da República teria assinado em junho último passado autorização para transferência de controle acionário ou redistribuição de quotas das entidades operadoras da TV Record nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro;

2. Caso afirmativa a resposta anterior, queira S. Ex^a informar qual a fundamentação legal para essa ou aquela modalidade de remanejamento de controle das entidades operadoras e esclarecer qual o instrumento adotado para formalizar o ato autorizativo do Senhor Presidente da República;

3. Queira ainda S. Ex^a informar se foram considerados, para efeito da autorização em referência, os Inquéritos Policiais nºs 649/96, 1.302/96 e 1.707/95, mencionados na notícia em questão, que teriam sido instaurados pela Polícia Federal para apurar a materialidade de delitos praticados no âmbito da TV Record e outras empresas afins e a devida responsabilização penal.

Justificação

A supracitada notícia veiculada pelo jornal **O Globo**, caso confirmada, reflete fatos de elevada gravidade praticados pela Administração Pública Federal no exercício da prerrogativa concedente de atividades de radiodifusão, tendo em vista que o Poder Público, por vários de seus órgãos, está apurando irregularidades que poderiam ter sido praticadas, tendo como objeto o controle da TV Record. Preocupa-nos, ademais, a hipótese levantada por aquele periódico de que os atos autorizativos, eventualmente praticados por Sua Excelência o Presidente da República, concernentes à regularização do controle acionário dos entes operadores da TV Record fariam parte de uma barganha eleitoral, envolvendo o apoio de segmentos religiosos a que se vincula aquela emissora à candidatura do Senador José Serra (PSDB) à Prefeitura do Município de São Paulo. Confiamos, pois, no acatamento do presente requerimento de informações, para que possa o Senado Federal, na espécie, exercer a atribuição fiscalizatória que lhe é própria, conforme dispõe o próprio texto constitucional."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa já recebeu o requerimento de V. Exª e dará conhecimento à Casa.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se serei o primeiro orador depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Após a Ordem do Dia, está inscrito como primeiro orador o Senador Bernardo Cabral; em seguida, o Senador Lúcio Alcântara; e, logo após, V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON – Mas não é o que está aqui na lista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senador Bernardo Cabral é o primeiro após a Ordem do Dia aqui no livro de inscrição. Por essa razão, os outros dois que se seguem são o Senador Lúcio Alcântara e V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1996

"Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os hospitais e maternidades, imediatamente após os nascimentos, copiarão as impressões das papilas digitais da mãe e, no mesmo documento, as impressões dos pés do recém-nascido.

Parágrafo único. O documento, com as impressões do menor e da mãe, juntamente com o comunicado hospitalar, são imprescindíveis ao registro de nascimento do menor.

Art. 2º Os nascidos fora de instituições hospitalares ou de maternidades, dos quais não seja possível colher as impressões, terão o registro de nascimento assentado sob testemunho qualificado de pelo menos duas pessoas.

Parágrafo único. Considera-se qualificada a testemunha que esteja habilitada a declarar ao oficial de registro que conhece a genitora, a viu gestante, e que a data do nascimento corresponde à declarada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A identificação das papilas digitais é universalmente aceita, não havendo casos de repetição sequer entre gêmeos univitelinos.

Nos recém-nascidos, em que as papilas são praticamente inexistentes, as impressões dos pés são colhidas em muitos hospitais, mas não em todos, como forma de vincular a criança a sua genitora e impedir trocas.

Tal prática pode ser ampliada, tornando-se obrigatória em todos os hospitais e maternidades, como medida preventiva do desaparecimento de menores, locais onde mais ocorrem.

Sob tal condição, os hospitais fornecerão aos órgãos de registro público não apenas o habitual comunicado de nascimento, com o nome da genitora, data e hora, mas também as impressões papilares desta, e dos pés do recém-nascido, permitindo associá-los mesmo em data posterior à do nascimento.

As exceções situam-se nos nascimentos fora dos hospitais e maternidades, fatos que tornam difícil a extração de cópia das linhas individuais. Há também os que nascem sem essas impressões, além de mães que as têm inexpressivas, quase imperceptíveis, no momento de darem à luz.

Para estes casos, a proposição estabelece a oportunidade de que o termo seja lavrado sob o testemunho de pelo menos duas pessoas habilitadas a declarar ao oficial de registro que conhecem a genitora, a viram gestante, e que a data do nascimento corresponde à declarada.

A adoção de tais medidas propiciará maior controle dos nascimentos, impedindo as chamadas adoções à brasileira, assim compreendidos os registros de nascimento decorrentes de doações informais de menores, sob mero assentimento dos pais biológicos e, com certeza, dificultará o desaparecimento de crianças.

Estes são os motivos que justificam a aprovação do projeto pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 13 agosto de 1996. – Senadora **Marina Silva**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 760, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas a Sua Excelência, o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Sérgio Roberto Vieira da Motta, as seguintes informações:

1. Queira Sua Excelência informar ser ou não procedente notícia veiculada pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 13-8-96, 1º Caderno, p. 03, de que o Presidente da República teria assinado em junho próximo passado autorização para transferência de controle acionário ou redistribuição de cotas das entidades operadoras da TV Record nos Estados da Bahia e no Rio de Janeiro;

2. Caso afirmativo a resposta anterior, queira Sua Excelência informar qual a fundamentação legal para essa ou aquela modalidade de remanejamento de controle das entidades operadoras e esclarecer

qual instrumento adotado para formalizar o ato autorizativo do Senhor Presidente da República;

3. Queira ainda Sua Excelência informar se foram considerados, para efeito da autorização em referência, os Inquéritos Policiais nº 649/96, 1.302/96 e 1.707/95, mencionados na notícia em questão, que teriam sido instaurados pela Polícia Federal para apurar a materialidade de delitos, praticados no âmbito da TV Record e outras empresas afins e a devida responsabilização penal.

Justificação

A supracitada notícia veiculada pelo jornal **O Globo** caso confirmada, reflete fatos de elevada gravidade praticados pela Administração Pública Federal, no exercício da prerrogativa concedente de atividades de radiodifusão, tendo em vista que o Poder Público, por vários de seus órgãos, está apurando irregularidades que poderiam ter sido praticadas, tendo como objetivo o controle da TV Record. Preocupamos, ademais, a hipótese levantada por aquele periódico de que os atos autorizativos eventualmente praticados por Sua Excelência, o Presidente da República, concernentes à regularização do controle acionário dos entes operadores da TV Record fariam parte de uma barganha eleitoral, envolvendo o apoio de segmentos religiosos a que se vincula aquela emissora à candidatura do Senador José Serra (PSDB) à Prefeitura do Município de São Paulo. Confiamos, pois, no acatamento do presente requerimento de informações, para que possa o Senado Federal, na espécie, exercer a atribuição fiscalizatória que lhe é própria, conforme dispõe o próprio texto constitucional.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – Senador **José Eduardo Dutra**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, requerimento de urgência que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 761, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1996, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que susta os Decretos de nºs

1.498 e 1.499, de 24 de maio de 1995, que reavaliavam as anistias concedidas pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – **Hugo Napoleão – José Eduardo Dutra – Roberto Freire – Júnia Marise – Nabor Júnior – Epitácio Cafeteira – Ademir Andrade.**

REQUERIMENTO Nº 762, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1996, que acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – **Jáder Barbalho – Sérgio Machado – Hugo Napoleão – Epitácio Cafeteira – Valmir Campelo.**

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Esses requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.483-15, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Waldeck Ornelas	Hugo Napoleão
José Agripino	Joel de Hollanda
	PSDB
Coutinho Jorge	Beni Veras
	PTB
	Regina Assumpção
	PSB
Ademir Andrade	Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
José Carlos Aleluia	Ayres da Cunha
Cláudio Cajado	Paulo Lima
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Aloysio Nunes Ferreira	Moreira Franco
	Bloco (PPB/PL)
Ricardo Izar	Fetter Júnior
	PSDB
Firmino de Castro	Antônio Carlos Pannunzio
	PT
Sandra Starling	Nilmário Miranda
	PDT
Matheus Schmidt	Sílvio Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.485-28, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
José Agripino	Júlio Campos
José Bianco	Hugo Napoleão

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PSDB
Lúcio Alcântara Beni Veras
PPS
Roberto Freire
PPB
Epitácio Cafeteira Esperidião Amin

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

Bloco (PFL/PTB)
João Maia Arolde de Oliveira
Luiz Moreira Antônio Ueno

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Edinho Bez Pedro Novais

Bloco (PPB/PL)

Basílio Villani Odelmo Leão

PSDB

Carlos Mosconi Feu Rosa

PSB

Ricardo Heráclio Gonzaga Patriota

PC do B

Jandira Feghali Agnelo Queiroz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.486-30, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91".

Jáder Barbalho
Ronaldo Cunha Lima

PMDB

Nabor Júnior
Gerson Camaat

PFL

Joel de Hollanda
Freitas Neto José Alves
Jonas Pinheiro

PSDB

Teotônio Vilela Filho Geraldo Melo

PSL

Romeu Tuma

PDT

Darcy Ribeiro Sebastião Rocha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco (PFL/PTB)**

Abelardo Lupion
Augusto Viveiros
Ciro Nogueira
Jaime Fernandes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Hermes Parciánello Elton Rohnelt

Bloco (PPB/PL)

José Teles Luís Barbosa

PSDB

Leônidas Cristino Danilo de Castro

PPS

Sérgio Arouca Augusto Carvalho

PV

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional;

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.487-21, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Vilson Kleinübing	Francelino Pereira
José Agripino	Edison Lobão
	PSDB
Beni Veras	Geraldo Melo
	PT
	Benedita da Silva
	PTB
Emília Fernandes	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Manoel Castro	Átila Lins
Osmir Lima	João Mellão Neto

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

João Almeida	Mauri Sérgio
	Bloco (PPB/PL)
Luís Barbosa	Basílio Villani
	PSDB
Firmino de Castro	Wilson Campos
	PMN
Bosco França	Melquíades Neto
	PT
Sandra Starling	Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.488-14, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Odacir Soares	Francelino Pereira
Romero Jucá	Hugo Napoleão
	PSDB
Lúcio Alcântara	Jefferson Peres
	PSB
Antônio Carlos Valadares	Ademir Andrade
	PPS

Roberto Freire

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Efraim Moraes	Luiz Braga
Betinho Rosado	Coraúci Sobrinho
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Eliseu Padilha	Jurandyr Paixão
	Bloco (PPB/PL)
Roberto Campos	Herculano Anghinetti

PSDB

José Anibal

Arnaldo Madeira

PDT

Matheus Schmidt

Sílvio Abreu

PSB

Sérgio Guerra

João Colaço

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.489-14, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que "dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Jáder Barbalho

Nabor Júnior

Ronaldo Cunha Lima

Gerson Camata

PFL

José Alves
Freitas Neto

Bello Parga

Joel de Hollanda

PSDB

Beni Veras

Geraldo Melo

PPB

Epitácio Cafeteira

Esperidião Amin

PSL

Romeu Tuma

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Aracely de Paula

Osmir Lima

Antônio Ueno

Efraim Moraes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Antônio do Valle

Homero Oguldo

Bloco (PPB/PL)

Carlos Ailton

Adhemar de Barros Filho

PSDB

Roberto Brant

Luiz Carlos Hauly

PC do B

Aldo Rebelo

Sérgio Miranda

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade; Até 23-08-96 - prazo final da Comissão Mista; Até 07-09-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.490-12, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Jáder Barbalho

Nabor Júnior

Ronaldo Cunha Lima

Gerson Camata

PFL

Joel de Hollanda

Edison Lobão

Bello Parga

Freitas Neto

PSDB

José Roberto Arruda Teotônio Vilela Filho
Sebastião Rocha Darcy Ribeiro

PT

Benedita da Silva Eduardo Suplicy

DEPUTADOS

Titulares Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Saulo Queiroz Raul Belém
José Santana de Vasconcellos Mauro Fecury

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Edinho Bez Barbosa Neto

Bloco (PPB/PL)

Pedro Corrêa Fausto Martello

PSDB

Luiz Fernando Flávio Arns

PV

Fernando Gabeira

PMN

Bosco França Melquíades Neto

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.491-12, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****PMDB**

Jáder Barbalho Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima Gerson Camata

PFL

Edison Lobão Bello Parga
Freitas Neto José Agripino

PSDB

José Roberto Arruda Geraldo Melo

PTB

Emília Fernandes Regina Assunção

PSB

Ademir Andrade Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

Bloco (PFL/PTB)

Roberto Fontes Adauto Pereira
Leur Lomanto Lael Varela

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Laire Rosado Elton Rohnelt

Bloco (PPB/PL)

Gerson Peres Edson Queiroz

PSDB

Adelson Ribeiro Ayrton XerezPT
Sandra Starling Nilmário Miranda

PDT

Matheus Schmidt Sílvio Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.492-12, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET para os servido-

res militares federais das Forças Armadas e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Júlio Campos	Bello Parga
Hugo Napoleão	João Rocha
	PSDB
José Roberto Arruda	José Ignácio Ferreira
	PPS
Roberto Freire	
	PPB
Epitácio Cafeteira	1. Esperidião Amin

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Ronivon Santiago	José Santana de Vasconcellos
José Mendonça Bezerra	Leur Lomanto
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Hélio Rosas	Antônio Brasil
	Bloco (PPB/PL)
Gerson Peres	Edson Queiroz
	PSDB
Antônio Feijão	Itamar Serpa
	PSB
Nilson Gibson	Raquel Capiberibe
	PC do B
Agnelo Queiroz	Jandira Feghali

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação Comissão Mista;

Até 7-9-96 – instalação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 14-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional;

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.493-8, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Bello Parga	Edison Lobão
Francelino Pereira	Júlio Campos
	PSDB
Coutinho Jorge	José Roberto Arruda
	PSL
Romeu Tuma	
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Carlos Alberto	Luciano Pizzatto
Augusto Viveiros	Mauro Lopes
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Antônio do Valle	Paulo Ritzel
	Bloco (PPB/PL)
João Ribeiro	Darci Coelho
	PSDB
Firmino de Castro	Fernando Torres
	PPS
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho
	PV
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.494-10, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Jáder Barbalho

Nabor Júnior

Ronaldo Cunha Lima

Gerson Camata

PFL

Romero Jucá

Freitas Neto

Joel de Hollanda

Bello Parga

PSDB

Lúcio Alcântara

Lúdio Coelho

PT

Eduardo Suplicy

Benedita da Silva

PTB

Valmir Campelo

Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Osmir Lima

Paulo Bornhausen

Carlos Melles

Costa Ferreira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Sandro Mabel

Homero Oguido

Bloco (PPB/PL)

Edson Queiroz

Arnaldo Faria de Sá

PSDB

Antônio Balhmann

Cipriano Correia

PMN

Bosco França

Melquíades Neto

PT

Sandra Starling

Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.495-9, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Jáder Barbalho

Nabor Júnior

Ronaldo Cunha Lima

Gerson Camata

PFL

Bello Parga

José Agripino

Júlio Campos

Vilson Kleinübing

PSDB

Jefferson Péres

Beni Veras

PSB

Antônio Carlos Valadares

Ademir Andrade

PPS

Roberto Freire

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Lael Varella

Antônio Joaquim Araújo

José Rocha

Célia Mendes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Olavo Calheiros

Darcísio Perondi

Bloco (PPB/PL)

Alcione Athayde Augusto Farias
PSDB

Luiz Piauhyllino Marconi Perillo
PDT

Matheus Schmidt Sílvio Abreu
PSB

Raquel Capiberibe Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.496-20, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voto, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PMDB

Jáder Barbalho Nabor Júnior

Ronaldo Cunha Lima Gerson Camata

PFL

José Alves Guilherme Palmeira

Edison Lobão Romero Jucá

PSDB

Beni Veras Lúdio Coelho

PPB

Epitácio Cafeteira Esperidião Amin

PSL

Romeu Tuma

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

Bloco (PFL/PTB)

Aroldo Cedraz Maurício Najar

Antônio dos Santos José Carlos Coutinho

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Zaire Rezende Elton Rohnelt

Bloco (PPB/PL)

Fausto Martello Jair Bolsonaro

PSDB

João Leão Oswaldo Soler

PC do B

Aldo Rebelo Agnelo Queiroz

PPS

Sérgio Arouca Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.497-21, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade-GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PMDB

Jáder Barbalho Nabor Júnior

Ronaldo Cunha Lima Gerson Camata

PFL

João Rocha Joel de Hollanda

Hugo Napoleão José Alves

	PSDB
Beni Veras	Lúcio Alcântara
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro
	PT
José Eduardo Dutra	Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Rubem Medina	Maurício Najar
José Jorge	José Múcio Monteiro
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Roberto Valadão	Eliseu Padilha
Bloco (PPB/PL)	
Darci Coelho	Cunha Lima
	PSDB
Arthur Virgílio	Jovair Arantes
	PV
Fernando Gabeira	
	PMN
Bosco França	Melquíades Neto

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-08-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 07-09-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.498-20, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
José Bianco	Francelino Pereira
Waldeck Ornelas	Joel de Hollanda
	PSDB

Artur da Távola	Teotônio Vilela Filho
	PTB
Regina Assumpção	Valmir Campelo
	PSB
Ademir Andrade	Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Vilmar Rocha	Maurício Najar
Mendonça Filho	Heráclito Fortes
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Gonzaga Mota	Ivandro Cunha Lima
Bloco (PPB/PL)	
Eurico Miranda	Gerson Peres
	PSDB
Roberto Santos	Franco Montoro
	PT
Sandra Starling	Nilmário Miranda
	PDT
Matheus Schmidt	Sílvio Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.499-29, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 9 do

mesmo mês e ano, que "organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Guilherme Palmeira	Vilson Kleinübing
Freitas Neto	Waldeck Ornelas
	PSDB
Beni Veras	Teotônio Vilela Filho
	PPS
Roberto Freire	
	PPB
Epitácio Cafeteira	Esperidião Amin

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
José Jorge	Arolde de Oliveira
Ricardo Barros	Úlio César
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Pinheiro Landim	José Priante
	Bloco (PPB/PL)
Benedito Guimarães	Eurico Miranda

	PSDB
Sílvio Torres	Alexandre Santos
	PSB
Pedro Valadares	João Colaço
	PC do B
Sérgio Miranda	Inácio Arruda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.500-13, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Edison Lobão	Freitas Neto
Romero Jucá	Joel de Hollanda
	PSDB
Carlos Wilson	Lúdio Coelho
	PSL
Romeu Tuma	
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Heráclito Fortes	Antônio Geraldo
César Bandeira	Jaime Fernandes
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Hermes Parciánello	Edinho Bez
	Bloco (PPB/PL)
Felipe Mendes	Júlio Redecker
	PSDB
Aécio Neves	Ildemar Kussler

PPS
Sérgio Arouca Augusto Carvalho
PV
Fernando Gabeira
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;
Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;
Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;
Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.
O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.501-12, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências".
De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Romero Jucá	Edison Lobão
Hugo Napoleão	João Rocha
	PSDB
Beni Veras	Carlos Wilson
	PT
José Eduardo Dutra	Benedita da Silva
	PTB
Valmir Campelo	Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Jaime Martins	Raul Belém
José Carlos Vieira	Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Alberto Goldman Marcelo Teixeira

Bloco (PPB/PL)

Francisco Silva Ushitaro Kamia

PSDB

Paulo Feijó Feu Rosa

PMN

Bosco França Melquíades Neto

PT

Sandra Starling Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;
Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;
Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.502-7, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação aos arts. 18 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 1996".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Waldeck Ornelas	José Alves
Odacir Soares	Jonas Pinheiro
	PSDB
Lúcio Alcântara	Jefferson Péres
	PSB
Antônio Carlos Valadares	1. Ademir Andrade

PPS		PFL	
Roberto Freire		José Agripino José Alves	
DEPUTADOS		Joel de Hollanda Vilson Kleinübing	
Titulares	Suplentes	PSDB	
Bloco (PFL/PTB)		Lúdio Coelho	
José Carlos Coutinho Jaime Martins		Coutinho Jorge	
João Maia Zila Bezerra		PPB	
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)		Epitácio Cafeteira	
Antônio do Valle Pinheiro Landim		Esperidião Amin	
Romeu Tuma		PSL	

Bloco (PPB/PL)		DEPUTADOS	
Gerson Peres	Márcio Reinaldo Moreira	Titulares	Suplentes
PSDB		Bloco (PFL/PTB)	
Arnaldo Madeira		Betinho Rosado	Coraúci Sobrinho
Zé Gerardo		Antônio dos Santos	Paulo Bauer
PDT		Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Matheus Schmidt		Gilvan Freire	Remi Trinta
Sílvio Abreu		Bloco (PPB/PL)	
PSB		Cunha Lima	Fetter Júnior
Sérgio Guerra	Gonzaga Patriota	PSDB	
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		Mário Negromonte	José Chaves
Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;		PC do B	
Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;		Jandira Feghali	Agnelo Queiroz
Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;		PPS	
Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;		Sérgio Arouca	Augusto Carvalho
Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.		De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.503-3, adotada em 8 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 21.000.000,00, para os fins que especifica".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;
Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;
Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;
Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.504-5, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução

nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Odacir Soares	Waldeck Ornelas
Vilson Kleinübing	Joel de Hollanda

PSDB

José Ignácio Ferreira	Lúdio Coelho
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro
	PT
Lauro Campos	Eduardo Suplicy

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Lima Netto	Paulo Cordeiro
Saulo Queiroz	Sarney Filho
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Antônio do Valle	Oscar Goldoni
	Bloco (PPB/PL)
Anivaldo Vale	Dilceu Sperafico
	PSDB
Luiz Carlos Hauly	Yeda Crusius
	PV
Fernando Gabeira1	
	PMN

Bosco França Melquíades Neto

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso

Nacional a Medida Provisória nº 1.505-5, adotada em 08 de agosto de 1996 e publicada no dia 09 do mesmo mês e ano, que "altera os arts. 2º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Odacir Soares	José Agripino
Waldeck Ornelas	João Rocha
	PSDB
Lúdio Coelho	Beni Veras
	PTB
Emília Fernandes	Regina Assumpção
	PSB
Ademir Andrade	Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Carlos Alberto	Raimundo Santos
Osvaldo Coelho	Paulo Lima
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Paulo Ritzel	Noel de Oliveira
	Bloco (PPB/PL)

Wigberto Tartuce Valdomiro Meger

PSDB

Ildemar Kussler Antônio Carlos Pannunzio

PT

Sandra Starling Nilmário Miranda

PDT

Matheus Schmidt Sílvia Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-96 – designação da Comissão Mista;
Dia 14-8-96 – instalação da Comissão Mista;
Até 14-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-8-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 7-9-96 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência convoca sessões solenes do Congresso Nacional a realizarem-se:

– dia 15 do corrente mês, quinta-feira, às 18h30min, no plenário do Senado Federal, destinada a promulgar a Emenda Constitucional nº 12, de 1996, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/95, que "dispõe sobre a instituição da contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde"; e

– dia 21 do corrente mês, quarta-feira, às 19 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a promulgar a Emenda Constitucional nº 13, de 1996, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/96, que "dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal" (Resseguros).

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18h30min, com a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

REQUERIMENTO Nº 604, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 604, de 1996, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Jornalista Jayme Sirotsky, por ocasião de sua posse no cargo de Presidente da Federação Mundial de Jornais – FIEJ, no dia 22 de maio de 1996, em Washington – DC.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência recebeu manifestação favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente à participação do Senado no VI Congresso do Grupo de Trabalho sobre Renda Básica Européia, na Universidade Católica de Louvain – Viena, Áustria, a realizar-se nos dias 12 a 14 de setembro próximos.

Em votação a proposta.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A Presidência designa o Senador Eduardo Suplicy para participar do referido evento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

OF.GLPTB/128/96

Brasília, 13 de agosto de 1996

Senhor Presidente,

Em cumprimento à forma regimental, em substituição ao OF.NR 122/GLPTB/96, venho à presença de Vossa Excelência com o objetivo de Indicar a Exmª Srª Senadora Emília Fernandes na condição de Titular, e a Exmª, Srª Senadora Regina Assumpção como Suplente, para como representantes do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, integrarem a Comissão incumbida de apreciar a Medida Provisória 1.483-15, de 8 de agosto de 1996, que reduz o Imposto de Importação para os produtos que especifica e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade, para reiterar a V. Exª os protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Valmir Campelo**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

REQUERIMENTO Nº 552, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 2º do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 552, de 1996, do Senador Roberto Requião, que solicita, nos termos regimentais, seja consignado em Ata voto de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrada em Cochabamba, Bolívia, tendo

Parecer favorável, sob nº 442, de 1996, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUP LICY – Peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas ressalto a importância dessa resolução dos chanceleres do Grupo do Rio, que condenou o caráter extraterritorial da Lei Helms-Burton, colocada em vigor pelo Governo dos Estados Unidos.

Essa legislação, que tem sido objeto da consideração de inúmeros Senadores aqui no Senado Federal, constitui uma lei de discriminação contra Cuba, e é importante que possa o Congresso norte-americano estar consciente desta recomendação do Senado Federal, do Congresso brasileiro, no sentido de que possa o Congresso norte-americano, a partir inclusive da decisão do Presidente Bill Clinton, sustar temporariamente a aplicação dessa lei, de propor ao Congresso que reveja a Lei Helms-Burton.

Sr. Presidente, gostaria também de agradecer a votação colocada no item anterior, que me designou, por recomendação da Comissão de Relações Exteriores, para representar o Senado no VI Congresso da Rede Européia da Renda Básica, quando então apresentarei trabalho juntamente com o Governador Cristovam Buarque, de 12 a 14 de setembro, em Viena, no Edifício das Nações Unidas, naquele encontro que constitui um fórum de debates sobre todas as experiências de renda básica, de renda de cidadania, de renda mínima.

Ressalto que, amanhã pela manhã, às 10h, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, é um dos itens da pauta da reunião o projeto de lei aprovado no Senado, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima e que tem como Relator o Deputado Germano Rigotto.

Já na semana passada, a proposição estava na pauta. Todavia, a Liderança do Governo preferiu, em função de que havia outro item na pauta, a CPI sobre o Sistema Financeiro, ausentar-se e não dar **quorum**. Espero que amanhã haja disposição dos Deputados Federais de dar **quorum** na Comissão de Finanças e Tributação para examinar a proposta de Garantia de Renda Mínima com a mesma seriedade com que foi aqui debatida e votada.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, assomo à tribuna para encaminhar a votação do presente requerimento, tendo em vista a circunstân-

cia de haver sido Relator desta matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Senador Roberto Requião pede a inserção de um voto em Ata, de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrado em Cochabamba, na Bolívia. Argumenta em seu requerimento que "o seu objetivo é apoiar as decisões do Grupo do Rio em defesa da soberania e dos interesses dos países e empresários que poderão ser afetados pelas medidas de bloqueio contra Cuba, contempladas pela mencionada Lei Helms-Burton."

Trata-se de uma Lei do Congresso dos Estados Unidos, através da qual há uma série de intervenções àquele país. É tida como violadora dos mais elementares princípios do Direito Internacional Comercial. Por isso, chanceleres do Grupo do Rio, inclusive o Chanceler Luiz Felipe Lampreia, manifestaram a sua reação contra essa Lei.

Na OEA houve uma deliberação, através de Resolução, de 4 de junho deste ano, para que a Comissão Jurídica Interamericana examine a questão.

Entendo que, mesmo não havendo a Comissão Jurídica Interamericana decidido em torno da matéria, o Congresso brasileiro, mais especificamente o Senado Federal, tem o direito, pela sua configuração de soberania, de tomar uma decisão a respeito.

Gostaria de lembrar que foi esta mesma a Lei invocada recentemente pelo Presidente Bill Clinton, por ocasião da terrível tragédia que se abateu com o Boeing, ao sair de Nova Iorque, há um mês. Invocaram-na contra a Líbia e contra o Irã, julgando que esses dois países agasalhariam os terroristas. As medidas, embora entendamos as razões humanitárias da pregação do Presidente, são tomadas, não em casos concretos, porque não foi descoberta exatamente a autoria do atentado, mas, em casos genéricos.

Entendemos a comoção americana e dela fazemos parte, mas não podemos deixar de consignar, aqui, a nossa aprovação ao requerimento do Senador Roberto Requião, até mesmo porque temos que defender os Estados-Membros da nossa OEA a fim de que estejam imunes de quaisquer medidas que venham a embotar a sua soberania.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não havendo mais quem queira encaminhar, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 642, de 1996, do Senador Joel de Hollanda, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1996, de sua autoria, que concede pensão especial aos dependentes das vítimas do tratamento de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru, no Estado de Pernambuco.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte

OFÍCIO Nº 15/96-CAS

Brasília, 2 de julho de 1996.

Senhor Presidente,

Em atenção ao seu ofício 1.033/96, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 086 de 1996, informo a V. Exª que nada tenho a obstar sobre sua inclusão em pauta, nos termos do requerimento do Senador Joel de Hollanda.

Atenciosamente, Senador **Beni Veras**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1996, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 658, de 1996, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1995, com o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995 – que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1995 – por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 763, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da alínea a, do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do Requerimento nº 658, de 1996, de minha autoria.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – Senadora **Marina Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovado o requerimento, o Requerimento nº 658, de 1996, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 667, de 1996, do Senador Ney Suassuna, solicitando, nos termos regimentais, a retirada em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 1995, de sua autoria, que revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 1995, será definitivamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 672, de 1996, do Senador Ney Suassuna, solicitando, nos termos do art. 119, caput, do Regimento Interno, a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 1995, de sua autoria, que revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica dispensado o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a matéria.

O Projeto de Lei do Senado nº 283, de 1995, vai à Comissão de Assuntos Sociais para exame.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995 (nº 106/91, na Câmara dos Deputados), que ratifica o texto da Convenção nº 167 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 357, de 1995, e 255, de 1996, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e
– de Assuntos Sociais (nos termos do Requerimento nº 936, de 1995, de audiência)

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária de 3 de julho último, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que estou dirigindo à Mesa um requerimento de adiamento da votação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O requerimento de V. Exª já se encontra sobre a mesa.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 764, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315, combinado com a alínea c do art. 279 do regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995, a fim de ser feita na sessão de 11 de setembro próximo.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – Senador **Hugo Napoleão**.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovado o requerimento, com o voto contrário do Senador José Eduardo Dutra, a matéria voltará à Ordem do Dia na data estabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 761, de 1996, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1996.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento 762, de 1996, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1996.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoio dos Senadores Sebastião Rocha, Benedita da Silva e Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador José Eduardo Dutra pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Exª será atendido.

Srs. Senadores, queiram ocupar os seus lugares para a verificação de votação solicitada pelo nobre Senador José Eduardo Dutra. (Pausa)

A Mesa pede aos Srs. Senadores que ainda não registraram a sua presença no painel eletrônico que o façam neste momento. Solicitamos a todos os Srs. Senadores que se encontram em seus respectivos gabinetes que compareçam ao plenário. (Pausa)

Solicitamos aos Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes que, por gentileza, compareçam à sala de sessões, porque vamos desativar o computador.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Pela ordem. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, gostaria apenas de comunicar à Mesa que estou cedendo o meu tempo ao Senador Pedro Simon, que deseja falar a respeito de assunto de natureza inadiável ao Plenário da Casa e à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Senador Lúcio Alcântara. Já está registrada a manifestação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os Srs. Senadores já podem ocupar os seus lugares.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem a palavra o nobre Senador Hugo Napoleão e, em seguida, o nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer que apus a minha assinatura nesse requerimento de urgência e, conseqüentemente, recomendo à Bancada do PFL o voto "sim".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, esta já é a terceira vez que peço verificação de votação para o requerimento de urgência dessa matéria. Estamos tentando sensibilizar os Líderes da maioria no sentido de cumprirmos o acordo que foi feito, junto com o Presidente da Casa, por ocasião do massacre de Eldorado dos Carajás, para darmos tramitação séria, no Senado, aos projetos que tratam da questão da reforma agrária.

Existem dois projetos de lei da Câmara que têm como Relator o Senador Ramez Tebet. Um deles é polêmico, sobre o qual ainda não se chegou a uma solução, que trata da questão das liminares. Quanto ao outro projeto, não vi ainda nenhum Líder da base governista levantar problema com relação a ele. No entanto, recusam-se a dar urgência a esse projeto, que estabelece como prerrogativa ao Ministério Público intervir nos conflitos de natureza agrária.

Fiz o pedido de verificação de votação porque, para esse outro projeto, também da Câmara, que é polêmico, do Deputado Odélmo Leão, já foi requerida urgência três vezes. No entanto, para o outro projeto, que interessa à reforma agrária e que, segundo manifestação de todos os Senadores, é um projeto pacífico, tranquilo – o próprio Relator, Senador Ramez Tebet disse que não haveria nenhum problema -, os Líderes do Governo não dão urgência, apesar de ter sido incluído na convocação extraordinária, apesar de ser, segundo o Ministro da Reforma Agrária e o próprio Presidente da República, de interesse do Governo.

Em função disso, encaminhamos o voto contrário ao requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1996. O PT vota "não".

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ney Suassuna, suplente de

Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Como vota o Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Algum outro Líder quer orientar sua Bancada?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto "sim".

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPB – MA) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jader Barbalho – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Bianco – José Ignácio – José R. Arruda – Lucidio Portella – Lucio Alcantara – Ludio Coelho – Mauro Miranda – Ney Suassuna – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simon – Regina Assumpção – Romeu Tuma – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Benedita da Silva – Eduardo Suplicy – José Eduardo Dutra – Marina Silva – Sebastião Rocha.

ABSTEM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:

Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO 05.

Houve uma abstenção.

Total: 48 votos.

O requerimento foi aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, desejo registrar o meu voto "sim".

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, desejo registrar o meu voto "sim".

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, desejo registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Ata registrará os votos de V. Ex^{as}, Senadores Nabor Júnior, Iris Rezende e Freitas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo apenas comunicar a minha decepção, a decepção dos Senadores do Estado da Paraíba, ao verificar que no Plano Brasil em Ação não está incluída a transposição das águas do São Francisco. Hoje, no meu Estado, todos os jornais estavam tristes em seus noticiários.

Não sei como pensam os Senadores de outros Estados, mas, no caso específico da Paraíba, a transposição das águas do São Francisco significa água para consumo animal e humano; não é somente para irrigação. Não se fazer isso num país que tem condição de fazê-lo é até falta de cristianismo, porque não se deve negar água a ninguém.

Por essa razão, quero deixar registrado o nosso protesto ao constatar que no Plano de Metas do Governo não está incluída essa transposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, para uma comunicação inadiável.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Peço desculpas à Senadora Benedita da Silva. Concederei a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou chegando de Belo Horizonte, onde houve um simpósio internacional. Não pedi a palavra para uma comunicação inadiável a fim de não atropelar nenhum dos oradores. Sou o primeiro orador inscrito na Ordem do Dia. Se continuarem os constantes pedidos de palavra para comunicação inadiável, os oradores serão prejudicados. Não tenho absolutamente nada contra a Senadora Benedita da Silva, por quem sinto enorme admiração e a quem até cedo o meu tempo. Porém, tanto o Senador Pedro Simon quanto eu estamos nessa circunstância. Eu

também poderia fazer o pedido de uma comunicação inadiável. Quero falar sobre Thiago de Mello e noto que, daqui a pouco, o plenário estará vazio, numa homenagem que é totalmente justa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Mesa recebe a reclamação do Senador Bernardo Cabral. Porém, lamentavelmente, o Regimento agasalha comunicação inadiável. Enquanto não mudarmos o Regimento, esta Presidência não pode tomar outra atitude senão, lamentavelmente, conceder a palavra aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho também o maior apreço e respeito pelo Senador Bernardo Cabral. Eu também estava inscrita e usei desse expediente até por entender que, com os pronunciamentos dos oradores seguintes, eu não teria tempo para fazer esta comunicação, que é também de homenagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 300 trabalhadores rurais sem-terras se instalaram pacificamente, ontem, na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Gran Circo Lar. Pretendem ali permanecer em apoio ao movimento, contra a violência no campo e para que seja dado um ritmo mais veloz aos assentamentos e ao processo de reforma agrária no nosso País.

Como parte integrante dessa mobilização, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais esteve marcando presença ontem, com seu Dia Nacional de luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo, realizando inúmeras atividades junto aos Ministérios, ao Congresso Nacional e à ONU. Unindo esforços e somando experiências, juntaram-se a elas as Mães da Praça de Maio, que vieram da Argentina para participar do movimento.

Dentro de um contexto de lutas pelo direito à terra e pela melhoria das condições de vida e trabalho do pequeno produtor rural, que há décadas vem marcando o cenário nacional, gostaria de salientar o papel fundamental da mulher, da mulher camponesa, daquela que participa da produção rural familiar em todas as suas etapas.

Conforme dados da FAO, a trabalhadora rural representa 50 % da mão-de-obra da pequena propriedade, cuja produção é responsável por aproximadamente 60% dos alimentos básicos consumidos no País.

Além dos afazeres domésticos -- lavando, passando, cozinhando, limpando, buscando água, colhendo lenha, cuidando dos pequenos animais e zelando pelos filhos -- ela está, dia após dia, a vida inteira, ao lado do seu companheiro na lavoura, na roça, participando de todas as etapas da produção, desde a preparação da terra, a semeadura, a colheita, até a comercialização dos alimentos.

Quando grávida, trabalha até momentos antes de dar à luz. Mal refeita do grande estresse do parto, lá vai ela novamente para os campos, com o filho recém-nascido nos braços, para reiniciar o trabalho do cultivo da terra. Esta mulher não dispõe de instrumentos que lhe aliviem a carga doméstica, como máquinas de lavar, aspirador de pó ou creche para abrigar os filhos. Isso, junto ao trabalho do campo, provocam um desgaste físico enorme, levando-a muitas vezes a um envelhecimento precoce e uma morte prematura.

Marginalizadas e oprimidas, sem amparo legal ou reconhecimento algum, isolada das atividades de capacitação profissional, treinamento e assistência agrícola, há algum tempo as mulheres trabalhadoras rurais deram-se conta da importância e da necessidade de se organizarem para conquistarem seus direitos.

Foi um processo difícil e lento, mas constante, que culminou em grandes avanços durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, onde lutaram e lograram garantir seus direitos. Despertaram a consciência de classe, o espírito de luta e de participação; se organizaram a partir das comunidades, municípios ou regiões. Hoje, participam do sindicalismo rural em todas as suas instâncias, construindo-o mais forte e combativo; formam lideranças para organização e articulação do movimento de mulheres, visando maior participação na sociedade e emprestam seu apoio às lutas da classe trabalhadora brasileira, como um todo.

A dura trajetória de vida e de trabalho das mulheres camponesas brasileiras não frutificou em mágoas, nem rancores, nem imobilismos. Frutificou em genuína consciência política e numa força de organização que não pode ser ignorada.

Hoje, esse movimento se torna a cada dia mais forte e mais expressivo. Acima de tudo, considero importante destacar que ele não existe isolado. Paralelamente às suas intensas batalhas, une esforços numa luta mais geral e abrangente: a de todos os trabalhadores brasileiros. Une-se com o movimento sindical e com os movimentos populares, tendo com eles uma relação de apoio e de solidariedade. Une-

se no presente momento com o Movimento Sem Terra, solidariamente emprestando-lhe apoio, somando seus esforços para que mais alto suas vozes possam ser ouvidas.

A luta dos trabalhadores sem terra e dos pequenos proprietários rurais é ampla, e nela as mulheres são parte fundamental. Sem que elas abdicuem de seus princípios específicos e de sua autonomia, seus trabalhos se completam somando formas para mudar a sociedade, buscando construí-la mais justa e fraterna, conforme os princípios cristãos.

Hoje, a Articulação Nacional de mulheres trabalhadoras rurais esteve reunida em atividades no espaço cultural da Câmara dos Deputados, aguardando com expectativa para acompanhar a votação do Projeto de Rito Sumário, que está na pauta na Câmara, o qual todos esperamos que seja aprovado. Desejo manifestar meu apoio incondicional a essa luta, minha admiração e meu profundo respeito a essas mulheres corajosas que, sabemos, sem condições materiais alguma levam adiante, firmes e decididas, sua histórica bandeira. Nessa hora de mobilização, irmano meu desejo, minha esperança e minha voz no sentido de que a reforma agrária avance verdadeiramente.

É urgente e inadiável a definição e a execução de uma política que garanta o desenvolvimento rural no País e o fim da violência no campo. Somente uma reforma agrária, ampla e conseqüente, poderá mudar o perfil atual da situação fundiária e suas nefastas conseqüências.

É certo que a questão do desemprego e da desconcentração de renda requer inúmeras ações políticas e sociais. Pois a reforma agrária é uma das alternativas. Ela trará paz no campo, emprego nas comunidades locais, aumentará a oferta de alimentos, diminuirá a criminalidade, os bolsões de miséria, melhorando a qualidade de vida de toda a população. Com ela estaremos gerando emprego e colocando um ponto final em conflitos que envergonham o mundo inteiro, como os de Corumbiara e Eldorado.

Era o que tinha a dizer!

Muito Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia, por 50 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é reconfortador falar sobre a poesia, porque quando se aborda a essência dessa arte divina, automaticamente enveredamos pelos cami-

nhos do amor, da compreensão e da solidariedade. Hoje, gostaria de fazer alguns comentários sobre a obra de um homem que, com talento e profunda sensibilidade, conviveu anos a fio com a arte da poesia. Refiro-me a Thiago de Mello, de inspiração tão vasta quanto a terra que lhe serviu de berço, o Amazonas.

Natural de Barreirinha-AM, filho de Pedro Thiago de Mello e Dona Maria Mitouso de Mello, Thiago de Mello, desde a sua infância, revelou uma inconfundível vocação para as letras. Depois de concluir o curso secundário no Colégio Estadual do Amazonas, Thiago migrou para o Rio de Janeiro, em 1943, com apenas 16 anos, ingressando na Faculdade de Medicina, cursando até o 4º ano.

Foi, como ele até hoje reconhece, uma incurção intelectual planejada. A anatomia nunca lhe trouxe a paz, aquela paz espiritual que é proporcionada por um soneto, e os diagnósticos jamais lhe trouxeram a alegria de um verso alexandrino bem acabado. Assim, abandonou os estudos. Perdeu-se provavelmente um grande médico, mas o Brasil, com aquela decisão, ganhou um dos maiores poetas das últimas décadas.

Findo o ciclo interpestivo da Medicina, Thiago de Mello dedicou-se com a costumeira persistência às letras, como poeta e jornalista, dirigindo, nesse interregno, o Departamento Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro. De 1959 a 1964, prestou serviços ao Itamaraty, como adido cultural na Bolívia e no Chile, tendo inclusive lecionado nesse último país. Por questões eminentemente políticas, acabou sendo afastado do cargo e, na véspera da sua despedida das terras andinas, recebeu expressiva homenagem dos intelectuais chilenos. Em 1964, retornava ao Rio de Janeiro.

Como poeta e escritor, Thiago de Mello produziu uma vasta obra literária, onde sempre estão presentes o amor pelo seu semelhante e a solidariedade aos oprimidos. Em 1951, lançou o seu primeiro volume de poesias "Silêncio e palavras", logo seguido pelo "Narciso cego" e "A lenda da rosa". "Vento geral" e "Madrugada camponesa", este último editado em português e espanhol, refletem as idéias de um pensador maduro, voltado para os mistérios do ser interior. "Faz escuro, mas eu canto porque amanhã vai chegar" e "Antologia poética de Pablo Neruda" são livros que trazem na sua essência verdadeiros discursos poéticos.

Ainda em 1957, Thiago de Mello publicou um livro de prosas que mais tarde se revelaria num hino de amor e de louvor à sua terra natal. "Notícia de visita que fiz no verão de 1953 ao Rio Amazonas e seus barrancos" é uma narrativa ágil, sensível e, ao

mesmo tempo, vigorosa, da pujança do Amazonas e da simplicidade dos caboclos que habitavam nas suas margens. Ainda em 1957, ele publicaria "A Estrela da manhã", criterioso ensaio sobre poema de Manuel Bandeira. Em 1963, foi editada uma coleção de poemas traduzidos pelo notável Pablo Neruda. "A Canção do amor amado", de 1965; "Estatutos do Homem", de 1973; "Poesia comprometida com a minha e a tua vida", de 1975; "Horóscopo para os que estão vivos", de 1980; "Mormaço na floresta", de 1981; "Arte e ciência de empinar papagaios", de 1983; e "Manaus, Amor e Memória", de 1984, são outras manifestações do talento e da inspiração do grande mestre da Amazônia.

Poeta laureado no Brasil e em vários países da América do Sul, é evidente que a atividade literária de Thiago de Mello é permanentemente acompanhada com justo orgulho pela imprensa amazonense. O jornal **A Crítica**, na semana passada, dedicou uma página inteira ao poeta, anunciando o seu próximo lançamento literário.

Diz o jornal:

"No período de 13 a 25" – e essa é a razão de hoje, dia 13 de agosto, estar eu nesta tribuna – "o poeta amazonense Thiago de Mello estará se preparando para uma maratona de eventos em São Paulo, onde estará lançando, na Bienal Internacional do Livro, a sua obra mais recente, De uma vez por todas, com a qual pretende encerrar a sua produção poética, dedicando-se daí para frente à prosa e ao projeto social por ele criado e voltado para a defesa das crianças que vivem nas florestas."

O Sr. Artur da Távola – Permite-me um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL – Já em seguida.

Continua o jornal:

"A respeito de sua nova produção, que reúne verso e prosa, Thiago de Mello confessa que não se trata do melhor nem do pior que já escreveu, mas ressalta que é um livro importante para os leitores que o têm acompanhado, porque faz uma espécie de resumo de sua vida e um balanço do que fez, do que viveu e do que escreveu."

As maravilhosas criações literárias de Thiago de Mello tomaram-no amigo e confidente de expressivas figuras da intelectualidade universal, como Neruda e Borges. Por sinal, tornou-se mundialmente famosa a entrevista que ele fez com o grande poeta

argentino, algo que dificilmente se repetirá em sua vida, porque, segundo ele, "todos os intelectuais que gostaria de entrevistar já morreram". Mas, de qualquer forma, já tem produzido um vasto material para um livro intitulado "Valeu a pena viver", no qual resgata a beleza da vida e a sabedoria de amigos que considera "radiosos", como Manuel Bandeira, Pablo Neruda, Ênio Silveira, Otto Maria Carpeaux e o pintor italiano Roberto Sambonet.

Ouçõ, primeiro, V. Ex^a, Senador Artur da Távola e, a seguir, o eminente Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Artur da Távola – Senador Bernardo Cabral, nenhum de nós poderia tirar de V. Ex^a e do Estado do Amazonas a honra de prestar a homenagem merecida e devida a Thiago de Mello. Por essa razão – de certa forma, morrendo de inveja –, ficamos como pingentes do oportuno discurso de V. Ex^a, que justamente homenageia uma voz maior da Amazônia para o Brasil. Thiago de Mello traça uma trajetória muito curiosa, porque redescobre a Amazônia ao longo do seu processo de amadurecimento, quando se transfere para o Rio de Janeiro, primeiro escrevendo como um poeta marcado por angústia existencial, por temas ligados a toda a poesia da sua chamada geração de 45, um poeta do ser, alguém que se examina num mundo complexo e conturbado. Trata-se da geração do existencialismo, da geração do fim da Segunda Guerra Mundial, do começo da entrada de velos de natureza psicológica, psicanalítica, enfim, é um período nitidamente existencial. Ele, inclusive, toma-se cronista do jornal **O Globo**, na década de 50, e faz uma trajetória muito curiosa: a da busca da afirmação literária para a redescoberta de uma outra etapa mais profunda no seu ser, que é a etapa telúrica. Essa etapa ele continua vivendo nesses últimos dez anos, após ter também passado pela fase política – uma dentre tantas outras descobertas. É muito curiosa – em qualquer vida – essa trajetória; na dele, sobretudo. Thiago de Mello se retira para Barreirinha exatamente perto dos 60 anos, quando o chamado êxito mundano já lhe acenava, inclusive com o apoio vindo da poesia política daquela época, quando a sua obra se identificava com a luta de redemocratização do País. Ele redescobre a Amazônia, em plano mais profundo, na casa dos 60 anos. Como é de seu temperamento, entrega-se por inteiro a essa descoberta, indo morar no interior do Amazonas, onde de novo procria – aliás, matéria farta em vida – e entra fundo em contato com a terra, o viver de seu povo e as lendas amazônicas, depois de haver passado pelo mundo.

Não concordo quando diz que tem pena de si, "porque todos os intelectuais que gostaria de entrevistar estão mortos". A inteligência humana é criação constante, permanente e desafiadora. Muitos dos que estão mortos, quando em vida, não mereceram o acatamento que em morte tiveram. Compreendo-o nisso. O que talvez esteja morrendo para Thiago de Mello são os seus amigos, a sua geração. E esse mundo novo, multifário, globalizante, não nacional, é um mundo muito surpreendente para um poeta com essa formação. Quero apenas dar um depoimento de muita importância, para mim pessoalmente e para um grupo de exilados políticos que aportou em 1964 ao Chile: Thiago era adido cultural, cargo que era extremamente prazenteiro, pelas facilidades, pela aceitação da sociedade. Era uma figura muito querida e conhecida no Chile. À época não se usavam cabelos compridos, e Thiago com sua vasta cabeleira e a roupa branca era sucesso nas ruas do Chile e também sucesso nos salões, como poeta, como intelectual. E quando, em 1964, lá chegou o primeiro grupo de exilados, ainda do AI-1 e do AI-2 – chamo-os de os pré-históricos, já que para uma certa crônica a História começa a partir do AI-5. Mas somos do AI-1 e AI-2, da geração de 64, que ficou afastada 18 anos, violência legal sem precedentes no mundo –, Thiago de Mello deu solidariedade integral, total a seus companheiros brasileiros exilados. Evidentemente foi demitido pouco tempo depois e permaneceu a trabalhar no Chile, ocasião em que até trabalhamos juntos. Entre parênteses, digo que é padrinho de um filho meu, nascido no exílio, tal a gratidão que nós, exilados, em lá chegando, tivemos pela atitude de Thiago de Mello. Essa é justamente a época em que ele se politiza, curiosamente indo até a uma postura radical, a qual posteriormente abandonou. Enfim, é uma vida de extrema riqueza. Peço desculpas a V. Ex^a pela extensão do aparte. Quase lhe roubei o tempo, mas eu não poderia deixar de dizer alguma coisa, havendo tanto a dizer, sobre uma pessoa com quem convivi, que é amiga fraterna e querida, um poeta importante deste País e que tem uma trajetória de extrema beleza. A verdade com que se entrega a cada uma de suas crenças é o apanágio da vida de Thiago, porque é dessa verdade que é feita a matéria-prima dos poetas. Congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade e pela qualidade do discurso.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Artur da Távola, ao começo da sua manifestação, que evidentemente já está acolhida com o carinho que V. Ex^a merece, ouvi V. Ex^a dizer que entrava no meu

discurso como um pingente. Não entendi a princípio, mas apenas ao final do seu aparte: desta concha áspera e dura que é a minha manifestação, V. Ex^a, tal como aqueles mergulhadores do Pacífico, retirou uma pérola e, com o seu aparte, pôs um pingente num cordão fino e sem nenhuma valia, se não aquela de ser amazonense e prestar uma homenagem a Thiago. Na beleza do seu aparte, V. Ex^a compõe o que Thiago merece: a condecoração com um pingente valioso.

O Sr. Lúcio Alcântara – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara – Desejo trazer também a minha manifestação de aplauso ao poeta Thiago de Mello. V. Ex^a, como amazonense, tem realmente a primazia para fazer esse elogio justo...

O SR. BERNARDO CABRAL – Ainda que não tenha maior mérito nem maior inteligência.

O Sr. Lúcio Alcântara – ... e merecido. Lembro uma passagem que tem V. Ex^a como um dos atores mais importantes: sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex^a se lembra que houve um ato público nos jardins do Congresso e ali tivemos "Estatutos do Homem", na voz do próprio Thiago de Mello. Com aquela sua postura amazônica, com aquele seu traje branco e com aquela sua sensibilidade, ele recitou para todos nós, que ali estávamos no início de uma grande e memorável jornada, que foi justamente a elaboração da Constituição de 88, os seus versos, que são de grande força, força espiritual, força política, força telúrica, de grande carga humanística. Então, um homem fiel à poesia e fiel à sua terra, a Amazônia – não apenas o Estado do Amazonas, mas a Amazônia como um todo. De forma que com esse pequeno acréscimo, congratulo-me com a iniciativa de V. Ex^a, fazendo um pedido no sentido de que esse anúncio feito nas páginas de *A Crítica*, de que vai silenciar a sua poesia, não se cumpra. Que ele faça a prosa e continue fazendo a poesia, para o encantamento de todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Obrigado, eminente Senador Lúcio Alcântara. V. Ex^a lembra uma fase nossa da Assembléia Nacional Constituinte que, com a sua abertura foi valorizada com a declamação do Thiago. E vou encerrar o meu pronunciamento exatamente com uma estrofe de "Estatutos do Homem".

Já que o Senador Artur da Távola lembrou várias figuras, lembro que, no ano de 1966, o escritor

Otto Maria Carpeaux definiu as obras de Thiago de Mello da seguinte forma:

"Foi o primeiro grande poeta que o Amazonas deu ao Brasil: terra nova, criando uma poesia nova. Do escuro das selvas tropicais veio o raio de luz que nos restabeleceu a visão do mundo, os contornos verdadeiros das coisas e das almas..."

Com esta citação, recolho outra, de uma carta que veio de Gênève, datada de 13 de janeiro de 1974, do educador Paulo Freire. Vejam que beleza de intróito:

"Eita, Thiago velho de guerra, amigo sempre, companheiro imenso, Poeta "de mesmo", sorriso constante para o mundo e para os seres humanos, capaz de conversar com uma flor, de entender os passarinhos e doar a vida bonita aos esfarrapados do mundo, aguente o barco, irmão. Precisamos de você, da sua fé e coragem, do seu desprendimento, da sua poesia..."

Não vou ler a carta toda para não cansar os Colegas, não pela beleza do seu conteúdo, mas pela minha manifestação.

A Sr^a Marina Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com prazer, nobre Senadora.

A Sr^a Marina Silva – Parabenizo V. Ex^a pelo discurso de homenagem que está fazendo. No dia do aniversário da morte dos chacinados de Corumbiara, de cuja cerimônia participei na Catedral do Município de Porto Velho, tive a oportunidade de ouvir ali recitados "Estatutos do Homem" em homenagem àqueles que lutam pela vida. Naquele instante, fiquei pensando o quão seria edificante se alguns decretos fossem feitos pelos poetas. Porque assim ficaria decretado que não mais haveria miséria, não haveria mais um ser humano sem terra para morar, bem como ficariam decretadas tantas outras mudanças, com as quais, naquela linda peça, o poeta nos homenageia com um sinal de esperança. O meu aparte a V. Ex^a se dá apenas para, timidamente, solidarizar-me com o seu pronunciamento e agradecer por existirem pessoas capazes de nos tocar com a sua sensibilidade, com o seu compromisso e com o seu desprendimento, levando a todos nós algum tipo de esperança, algum tipo de desejo de fazer com que essa vida terrena possa ser melhor partilhada. Assim, parabenizo V. Ex^a, agradecendo a Deus por a nossa Amazônia, além da beleza exuberantemen-

te empírica de sua natureza, ser capaz de gerar belezas que vêm da alma. Muito obrigada.

O SR. BERNARDO CABRAL – É exatamente isso, Senadora Marina Silva. Este é Thiago de Mello que conhecemos, monstro sagrado da literatura brasileira, poeta dos igarapés, cantador das belezas da nossa região. E, nem a propósito, V. Exª lembra o que disse o editor Martins Fontes, que, no meu entender, soube como ninguém definir a grandeza de seu gênio:

"Thiago de Mello, poeta e cantador, caboclo do Amazonas, nascido em Barreirinha.

O seu recado é o da esperança e de fé no homem.

O seu recado é o amor.

Com os "Estatutos do Homem", seu canto foi ouvido mundo afora.

Os povos de língua espanhola ganharam uma tradução de Pablo Neruda. Edições ilustradas foram publicadas no Uruguai, na Argentina, no Chile, no Peru, em Cuba, em Portugal, nos Estados Unidos. **Posters** no México, na Argentina, no Chile, na Alemanha e em Portugal, onde se venderam mais de 100 mil cópias.

Discos no Brasil, na França, em Cuba, na Checoslováquia, Portugal e Alemanha.

Os versos dos "Estatutos do Homem" têm servido como mensagem de Natal.

Gravados a fogo sobre couro são encontrados em feiras de arte popular no Chile, no México, no Uruguai.

Em Berlim, foi lançado, em 1977 a "Cantata dos Estatutos do Homem", composição de Peter Janssens para orquestra e coral, posteriormente apresentado em oito cidades alemãs".

Observem como, hoje, ecoa neste Plenário. É exatamente a voz que ressoa, no mundo inteiro, tantos e tantos países diferentes em derredor de Thiago de Mello.

O Sr. Humberto Lucena – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – É este eco que me faz ouvir V. Exª, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Senador Bernardo Cabral, V. Exª, com a sua inteligência e com o seu talento, brinda-nos nesse cair da tarde com um discurso inspirado nesse imenso valor de nossa cultura literária, que é Thiago de Mello. Gostaria de dizer a V. Exª que ele não é apenas um poeta da Amazônia nem do Brasil, é um poeta da humanidade. E que V.

Exª não saia desta tribuna sem insistir na entrada de Thiago de Mello na Academia Brasileira de Letras. Pelo que sei, ele ainda não é um imortal. Mas, tenho para mim que ninguém tem mais a dimensão da imortalidade, pela sua extraordinária dimensão cultural do que Thiago de Mello.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, devo concluir e acho que nada para Thiago, se aqui estivesse, e como não pôde estar presente, enviou duas das criaturas que ele mais adora: um, eu não diria o continuador, porque é muito difícil saber onde começa a inteligência de um e termina a de outro, que é este bravo e notável poeta brasileiro, que honra as tradições do pai, Manduca, que ali se encontra, com os óculos escuros e a sua barba branca, disfarçado, ao lado de sua esposa Valéria, como que a agradecer a homenagem que lhe presta esta Casa.

Mas sei que Thiago não ficaria tão satisfeito quanto agora, porque agora acaba de assumir a Presidência a Senadora Emilia Fernandes. E sempre Thiago foi um declamador, um autor da beleza, da inteligência da mulher brasileira.

Nada melhor para Thiago que eu encerre esta manifestação, sabendo ele que uma representante feminina ocupa a Presidência, com uma estrofe do seu "Estatuto do Homem":

"Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem.

Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, e como o ar confia no campo azul do céu."

Esse é Thiago.

Pelo Thiago, por Thiago, o meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Emília Fernandes, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Na qualidade de Presidente em exercício do Senado, solidarizamo-nos com o Senador Bernardo Cabral. S. Exª nos sensibilizou muito com essa reflexão e justa homenagem que prestou a esse homem que realmente deixou marcas profundas na história construída por ele.

Nossos cumprimentos.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que é com muito pesar e com muita mágoa que subo à tribuna neste momento. Era um assunto sobre o qual eu imaginava que tinha o direito de ter o respeito e – por que não dizer? – o esquecimento da sociedade.

Atuei muito firme, nesta Casa, na CPI do **Impeachment**, na CPI do Orçamento. Defendi, intransigentemente, a criação da CPI dos corruptores, que, lamentavelmente, o Governo Federal não deixou criar. E quando houve a morte do Sr. PC Farias, dei alguns depoimentos sobre o fato. O primeiro depoimento foi no sentido de que achei que a Polícia de Alagoas foi muito rápida em terminar com as provas, exageradamente rápida; segundo, eu disse, de saída, inclusive divergindo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que seria muito importante que a Polícia Federal entrasse imediatamente no assunto; e, terceiro, estranhei o pronunciamento do irmão do Sr. PC; achei-o muito frio e que ele havia aceitado com muita rapidez a tese de crime passionai. Em um dos programas de televisão, eu afirmei que a informação que eu possuía, por intermédio de pessoas importantes do Governo, é que teria sido realmente queima de arquivo, e que a família do PC, seu irmão e seus filhos, estavam muito preocupados, assustados e, por isso, queriam encerrar o caso.

Primeiramente, em nenhum lugar – nesta tribuna, em rádio ou em jornal –, levantei insinuação de que o Deputado Augusto Farias teria qualquer tipo de envolvimento na morte do irmão, o Sr. PC. Isso nunca passou pela minha cabeça; jamais imaginei isso. Pelo contrário, podemos ter todas as divergências, mas sempre chamou a atenção do Brasil a unidade da família do Sr. PC Farias. Ao contrário da família Collor, em que a mãe estava doente de um lado, o irmão morrendo de outro, e mesmo assim havia divergência, radicalização de inimizade, a família do Sr. PC Farias, desde o início, mostrara uma unidade, um entrosamento, uma amizade que merece respeito.

Repito: em nenhum momento, fiz insinuações de que o Deputado Augusto Farias teria participação no fato que envolveu a morte do seu irmão. Agora, sempre fui um dos que defendeu que seria muito estranho considerar aquilo um crime passionai; sempre disse que tudo parecia mais uma queima de arquivo.

Tenho comigo a **Veja** e a **IstoÉ** desta semana. Há quatro semanas, a **Veja** defende a tese de que foi um crime passionai. Ela vem preparando essa tese, culminando com uma declaração do legista de

Campinas. A **IstoÉ**, que desde o início vem divergindo da tese de crime passionai, publica laudo contestado, continuando a divergir e apresentando alguns legistas e alguns juristas que contestam o laudo apresentado pelo legista de Campinas.

Até aí, nada demais. Acontece que há uma reportagem da **Veja**, assinada por um jornalista, o Sr. Joaquim de Carvalho, que teria entrevistado o Deputado Augusto Farias, que teria dito:

"Acho que, agora, finalmente, podemos chorar em paz a morte de meu irmão".

A matéria continua:

"Augusto tem motivos de sobra para se queixar das acusações que sofreu. Mas excedeu-se ao responder na mesma moeda ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, que, no auge das especulações, insinuou na televisão que Augusto Farias era suspeito da autoria do crime".

Volto a repetir: em nenhum momento insinuei que o Sr. Augusto Farias tinha qualquer participação na morte de seu irmão. O que disse é que eu tinha informações de que tendo sido uma queima de arquivo com perigos grandes, a família queria equacionar a questão para que não houvesse mais vítimas, nas pessoas inclusive dos sobrinhos.

Continua:

"Pedro Simon é suspeito da morte da mulher dele, que se suicidou. Ela pode ter se suicidado de tanto Simon responsabilizá-la pela morte de seu filho, que também se havia suicidado, afirmou, ressuscitando um fato antigo e não comprovado."

Ora, Sr. Presidente, na verdade, trago aqui duas certidões de óbito e as manchetes de dois momentos dramáticos que vivi na minha vida.

Eu era 1º Vice-Presidente do PMDB. O Dr. Ulysses Guimarães estava tendo um dos seus problemas, e eu o substituí na presidência do Partido, naqueles dias que sucederam o registro da chapa Tancredo Neves para Presidente da República e José Sarney para Vice-Presidente, tendo o Sr. Moacyr Dalla como Presidente da Casa, considerando que a Mesa do Senado era malufista.

Naquela época, tínhamos então muitos Senadores e Deputados aí presentes, a começar pelo Presidente Sarney, e tínhamos medo de que a Mesa do Senado rejeitasse o registro da nossa candidatura, sob o argumento de que José Sarney tinha sido da ARENA e tinha assinado ficha no PMDB. E a

nossa tese é que podia, porque o artigo dizia o seguinte: "Não pode ninguém se candidatar por outro Partido pelo qual tenha sido eleito. Quer dizer, já havia o PDS; cidadão do PDS, eleito pelo PDS, não podia ser eleito pelo PMDB. Mas como o Sarney tinha sido eleito pela Arena, ele assinou ficha no PMDB, e nós o registramos como nosso candidato.

Havia uma movimentação; o Sr. Maluf tinha estudos jurídicos, a imprensa vinha publicando que iriam embargar, impugnar a candidatura sob o argumento de que o Sr. Sarney tinha trocado de partido.

Então, numa reunião nossa do Comando — lembro-me que estavam presentes o Sarney, o Dr. Tancredo, o Dr. Ulysses, o Marco Maciel e o Bornhausen e outros — era uma quarta-feira, final de outubro, e na semana seguinte, terça e quarta, eram dia 1º e 2, Dia de Todos os Santos e Finados. O Congresso Nacional iria ficar um período em recesso branco — não haveria movimentação — e esses eram os dias em que a Mesa se reuniria para decidir a questão de aceitar ou não o registro da chapa Tancredo-Sarney.

Decidimos, então, fazer um plantão em Brasília: Tancredo, Ulysses, Sarney, Marco Maciel e eu faríamos um rodízio para que, naquele período de doze dias, Brasília não ficasse sem um de nós para acompanhar, caso de uma hora para outra a Mesa fosse convocada, ou se reunisse, que estivessemos presentes para acompanhar e defender o registro da candidatura com os argumentos jurídicos que tínhamos em mãos.

Eu fiquei em Porto Alegre naquele fim de semana.

Naquele sábado, eu me comprometera com a questão da Aliança Democrática, porque fui um dos que ajudaram na sua composição. As reuniões eram feitas permanentemente na minha casa e na casa de Marco Maciel. Por tudo isso, fiquei um tempo enorme sem ir a Porto Alegre. Como a chapa fora feita, já estava registrada, tudo resolvido, eu me comprometi com a minha família passar aquele feriadão na praia com ela. No último instante, telefonei para dizer à minha mulher que eu não poderia ir. E ela disse: "como não vai poder?" Eu respondi: "não vou poder ir. Vocês vão para a praia amanhã, sábado, e domingo estarei lá. Estarei toda a semana que vem. Quarta-feira é Dia de Todos os Santos, quinta-feira é Finados, portanto, ficarei toda a semana que vem." Tudo bem. Quando minha mulher estava indo para a praia, com os meus filhos, aconteceu um acidente, e perdi um filho de 11 anos. Esse filho que a **Veja** disse que se suicidou.

Está aqui. Entrego para registro nos Anais, todas as notícias dos jornais, na presença de V. Ex^{as}. Faço questão de entregar essa documentação para que conste dos Anais. E quando me perguntarem por que, direi que é porque tenho mais três filhos: um de 25, um de 23 anos, e um filho de 2 anos de idade. Daqui a pouco, sairá uma notícia na **Veja** e até explicar o que é e o que não é...! Que um filho meu se suicidou e, pelo suicídio de um filho meu, cobrei da minha mulher, e ela também se suicidou! Uma maluquice dessa natureza publicada assim! Tenho que vir à tribuna, é o mínimo que posso fazer.

Essa matéria que eu trouxe não é minha. Quando eu disse que viria à tribuna, o meu assessor deu-me essa matéria. Por isso, vou lê-la, mas já há muito tempo que eu não via essa matéria. Foi com muita dor e sofrimento que eu a revi nesses últimos dias. São chagas que temos. Quem perdeu um filho pequeno sabe que somos uma espécie de um grupo que nos unimos. O Alceu Collares, que perdeu um filho afogado, disse-me algo que eu nunca mais esqueci. Disse-me que eu não esqueceria, mas aprenderia, aos poucos, a conviver com isso. Essa é uma confraria daqueles que entendem isso.

Então, foi uma dor muito grande rever essa matéria, mas faço questão de mostrá-la. Aqui está a foto do acidente de carro, com a batida.

Contarei mais um aspecto dramático. Esse filho que perdi era o mais moço, tinha 11 anos. Além dele, eu tinha dois filhos mais velhos: um de 15 e outro de 13 anos. Quando guiávamos o carro, coisa tradicional de três crianças, os dois mais velhos discutiam quem iria na frente. Sempre um queria ir sentado no banco da frente guiando ou com o pai ou com a mãe, ou eu ia sentado no banco da frente, e a Tânia ia sentada no banco de trás com os dois filhos, ou vice-versa.

No dia, estava aquela discussão de quem iria ou não sentado no banco da frente. Nesse momento — e o coitadinho do Mateusinho já estava no lugar dele sentado atrás, que era o lugar que ele sempre sentava —, a minha mulher disse:

"Vocês dois vão para trás. Mateus sente aqui na frente!". E o Mateus sentou no banco da frente do carro. Como ele era pequeno e estava dominando no momento do acidente, ele morreu. Se o mais velho estivesse sentado no banco da frente, pelo acidente em si, talvez nada tivesse ocorrido. Isso aconteceu com o meu filho, que a imprensa diz ter-se suicidado.

Minha mulher sofreu muito com isso. Minha mulher era bonita e sofreu apenas cicatrizes no rosto. Ela dizia que Deus a havia punido nas duas coi-

sas que ela gostava: na sua beleza e nos seus filhos. Na verdade, foi muito difícil a minha mulher superar aquele acidente. Perder um filho é dramático; perder um filho num acidente de automóvel é dramático; perder um filho num acidente de automóvel guiado pela própria mãe é dramático. A minha mulher não conseguia tirar da cabeça que o Mateusinho estava sentado no banco de trás do carro e que ela havia-lhe pedido que passasse para o banco da frente. Isso foi o mais dramático.

Na verdade, a minha mulher passou a sofrer bastante. Eu diria que ela nunca mais foi a mesma. Sofreu depressões, mágoas e tristezas. Minha mulher também morreu e de enfarto.

Estão aqui as páginas dos jornais. Não só estou entregando os dois atestados de óbito, como estou entregando as manchetes de todos os jornais, publicadas com a mais ampla matéria e as explicações que foram feitas na oportunidade, em que, até pela minha posição – eu tinha largado o Ministério –, a começar pelo Presidente Sarney, houve uma participação imensa e um acompanhamento permanente. Aquilo foi a morte da minha mulher.

Até publicaram algo que me emocionou muito e que marcou a minha vida: no mesmo dia em que saiu a notícia da morte da minha mulher, um jornalista do **Zero Hora** publicava a charge "Simon, a luta continua", porque "a luta continua" era o lema do MDB do Rio Grande do Sul.

Isso aconteceu. Foi difícil superar, foi muito difícil. Não nego que a minha vida foi muito árdua. Eu era um rapaz, Deputado de primeiro mandato, quando a Revolução – no Rio Grande do Sul estavam as grandes lideranças, era João Goulart, era Leonel Brizola, os grandes políticos do Brasil estavam lá no meu Estado – cassou todos. De uma hora para outra, recém-saído dos bancos escolares, eleito Deputado, assumi o comando da vida partidária. Para nós do Rio Grande do Sul, a vida foi muito difícil, pelo fato de Jango, Brizola, os exilados do Brasil, da Argentina, do Chile e os do Paraguai estarem ali no Uruguai. Ali era uma zona de guerra permanente. Nós do Rio Grande do Sul vivemos dramas permanentes.

Olhem, meus irmãos, por vinte e tantos anos presidi aquele Partido e foram vinte e tantos anos de dor e sofrimento: cassações e mais cassações, torturas e mais torturas. Eu era praticamente a única pessoa para assumir o comando partidário, porque não existia nenhuma autoridade. O governador era nomeado, o prefeito de Porto Alegre era nomeado, o

comandante do 3º Exército era o papa. E nós resistíamos.

Então, guardo um sentimento. Quando nasceu um dos meus filhos, tive que sair do hospital, porque havia um clima de prisão, de violência lá no alto Uruguai, e só voltei quando meu filho já tinha praticamente uma semana de vida.

Procurei dar atenção, procurei dar carinho em casa, mas na verdade, na verdade, aqueles foram dias em que os acontecimentos nem sempre permitiram que eu desse à minha casa aquilo que eu gostaria de ter dado. Aquilo para mim era considerado uma missão. Não se pede para dela participar mas não há como fugir. De um lado, havia um movimento que considerava ser aquele regime vitorioso; de outro, estávamos nós, os que acreditávamos que a democracia tinha a sua vez e a sua voz e que precisávamos fazer alguma coisa. Eu vivia uma situação difícil. Talvez por isso eu tenha comandado por tanto tempo a Oposição e não tenha sido cassado, porque sempre fui contra a radicalização. Divergi do Dr. Brizola no grupo de 11, divergi quanto às guerrilhas, divergi quanto ao voto em branco. Sempre defendi a tese de que deveríamos debater dentro da democracia e decidir no voto. Quando comentavam que o momento era excepcional e que havia chances enormes de uma revolução, eu replicava que não era possível, porque o Brasil não é Cuba e que, se isso fosse possível, os americanos, que colocaram 300 mil **mariners** em El Salvador, trariam muitos mais para o Brasil e acabariam por dividi-lo em Brasil do Norte e Brasil do Sul.

De certa forma, sofri dos dois lados, pois os que desejavam a luta armada tinham em mim a voz contrária; o mesmo ocorria com aqueles que pretendiam o regime militar.

Vivi e sofri aquele período, sofri tremendamente o drama de estar entre a obrigação de fazer aquilo que minha consciência dizia que eu devia fazer e a obrigação que, como ente natural, eu tinha para com a minha mulher e os meus filhos.

Não me considero melhor que ninguém. Na minha vida tenho procurado fazer aquilo que acho que devo. E acho que o nosso Brasil está tão longe dos verdadeiros ideais. O nosso Brasil está tão diferente de como eu gostaria de vê-lo. É um país de minorias tão arraigadas em seus privilégios, país de majorias tão esquecidas, tão humilhadas e espezinhadas.

Não sei se por felicidade ou por infelicidade – sinceramente não sei – ainda jovem, estudante da Faculdade de Direito, tive como meu orientador, meu padrinho, meu mestre, um homem como o Se-

nador Alberto Pasqualini. Três vezes por semana, na casa do seu irmão, que era diretor da **Folha da Tarde**, ou na biblioteca da Assembléia Legislativa, Alberto Pasqualini reunia um grupo de jovens e nos dava orientações. Durante cinco anos fui assim orientado. De tal forma aquilo entrou na minha cabeça, de tal maneira aquilo formou a minha maneira de ser que, mesmo se eu quisesse mudar, não conseguiria.

Os homens nasceram irmãos! Os bens foram distribuídos pelo mundo para que os homens se dêem as mãos e distribuam esses bens entre eles!

Claro que a propriedade privada existe! É óbvio que o mais competente pode crescer, pode avançar, pode enriquecer, mas em hipótese alguma se pode aceitar que o menos competente, que o mais incapaz, que aquele que faz o trabalho mais humilde e mais insignificante não tenha, mesmo esse, o direito de viver com dignidade, com decência, como merece a criatura humana.

Alguns dizem que sou meio sonhador, que sou meio paquiderme, que parei no tempo. Não sei. Tenho procurado fazer a minha parte. Nunca brinco com a honra de ninguém. Aqui nesta tribuna, durante o processo de **Impeachment** do Sr. Collor de Mello, até a última hora, não abri o meu voto. E a CPI do **Impeachment**, assim como a CPI do Orçamento, praticamente, nasceu no meu gabinete. Junto com o Senador Suplicy, que foi quem começou – e havia uma guerra para que elas não se realizassem – modéstia à parte, eu, agindo com autoridade, consegui fazer com que fossem criadas e instaladas. Mas nunca abri o meu voto. Eu dizia: nós, Senado, somos um tribunal e, como tal, só podemos declarar nosso voto depois de a defesa falar, e ela fala em último lugar. Até o último momento, o advogado ou o próprio Sr. Collor poderia vir aqui apresentar um argumento que eu seria obrigado a aceitar. O Senador Elcio Alvares, que foi Presidente da Comissão, lembra que esse era o pensamento de nós todos com relação àquela questão.

Então, dificilmente, tacho. Sou duro. Debato, discordo, apresento denúncia, mas não brinco com a honra de ninguém. Cobro, como cobro explicações sobre o caso do Banco Nacional, como cobro explicações sobre o Proer, que até agora ninguém investigou porque que não saiu para o Banco Econômico como saiu para o Banco Nacional. É certa esse investimento todo para o Proer? Será que essa força que o governo está dando para o sistema financeiro não deveria ser dada para um sistema na agricultura?

Mas não estou brincando nem com a honra do Senhor Fernando Henrique Cardoso nem com a honra do Ministro da Fazenda. Se conheço falo, se não conheço não falo.

Por isso, lamento que o jornalista Sr. Joaquim de Carvalho, com a responsabilidade que tem, tenha utilizado o tipo de argumentação que usou. Até entendendo o desabafo do Deputado. Acho que ele está no seu direito. Quer dizer, falaram tanto do irmão dele desde o tempo da CPI até a sua morte que entendendo o fato de ele falar o que fala. Mas o Sr. Joaquim de Carvalho poderia ter feito uma pesquisa antes de permitir a publicação da matéria. Ele podia ter investigado a veracidade dos fatos.

Somos a favor da liberdade de imprensa. Alguém como o Pedro Simon que acusa, que fala tem de aguentar calado a resposta. E eu aguento calado. Mas o jornalista poderia ter averiguado um pouco mais, até por que a **Veja**, com relação a mim, tem dívidas. Em mais de uma oportunidade, no meu gabinete, pediu desculpas pelo erro que cometeu. E eu nem lembro mais.

Venho a esta tribuna exatamente para dizer que pode ser que eu tenha culpa. Talvez eu devesse ter dito naquela oportunidade: "Sou o mais jovem entre vocês, o Dr. Ulysses chama a D. Mora e fica aqui, o Tancredo fica aqui e eu tenho que ir porque tenho um compromisso em Porto Alegre." Mas como fui escalado, aceitei ser o primeiro.

A morte do meu filho foi um acidente, a coitadinha da minha mulher estava dirigindo o carro. Como havia de passar pela minha cabeça dizer que ele morreu porque ela estava dirigindo o carro? Pelo amor de Deus! São coisas que não desejamos para o maior inimigo do mundo. Uma mãe perder um filho é dramático, ainda mais quando o acidente ocorreu enquanto ela dirigia o carro.

Há três anos, estava dormindo e, quando acordei, vi o Mateusinho, meu filho que morreu, batendo em minha perna: "Acorda, papai!" Eu disse: "O que meu filho está fazendo aqui?" "Papai do Céu me mandou ficar contigo." Levantei-me e ele não estava mais. Fui ao quarto onde ele dormia com meu outro filho, Tomaz, e olhando aquela cena parecia que estavam os dois dormindo. Mal consegui caminhar, acendi a luz e vi que lá só estava o Tomaz. Não contei nada para ninguém. Dois meses depois, minha atual esposa me disse que estava grávida. Quis dar ao meu filho, que tem dois anos, o nome de Mateus, o que não me deixaram fazer.

Assim, penso que, se Deus me tirou, Ele mesmo me deu. Deus me tirou um filho com dez anos e

Deus me deu um filho. Então, volto a repetir, essas coisas a gente não esquece.

Eu tenho esse complexo de culpa, já que foram tantos e tantos os anos de caminhadas por aquele Rio Grande do Sul; de repente, tocava o telefone e iam dizendo que prenderam fulano em Rio Grande. Lá ia o Pedro Simon pegar um carro correndo para ir ao Rio Grande. Modéstia à parte, como era respeitado, conseguia tirar as pessoas da cadeia. Apesar de líder da oposição, tanto o Guazzelli, como o Peracchi, como o Meneghetti, o Triches, o Amaral eram Governadores com quem eu falava a qualquer momento, e eles me respeitavam. Eu era a pessoa que podia fazer aquilo; só que me ocupava vinte e quatro horas por dia.

Então, Sr. Presidente, trago aqui – pedindo desde já a transcrição nos Anais da Casa – essa noticiuzinha, que a mim me sangrou. Abrir o jornal e ler uma notícia como esta e não ter contestação... O meu filho tem o direito de saber o que houve, o que aconteceu.

Gostaria de mandar uma cópia deste meu pronunciamento para a direção da **Veja**. Não quero que reparem, que alterem; não tenho queixa, não tenho nada! Mas é só para mostrar que as pessoas devem medir as palavras, tem que haver uma maneira de medir.

Vinha à Tribuna hoje para mandar o meu abraço ao Odacir Klein, esse grande Ministro, com quem aconteceu uma tragédia, que pode acontecer com qualquer um. Dramaticamente, aconteceu. E digo, de público, que não conheço ninguém mais digno, mais sério, mais honesto do que Odacir Klein. Entendo que o político tem que pagar um preço, tem que estar exposto, mas, às vezes, ilustre Dr. Civita, seria necessário orientar as pessoas a fazerem uma certa revisão. Não para esconder. É político? Que ponham na capa da revista! É escândalo? Coloquem na capa! Mas não precisa sangrar, quando não é preciso sangrar; não precisa esmagar, quando não é preciso esmagar.

O que se percebe aqui é um sentimento até meio de prazer masoquista, tipo: "Agora, vou dar o troco!" Com toda sinceridade, não consigo entender isso. Volto a repetir: respeito o Deputado. Ele não devia saber de nada disso, pois era um guri. Alguém deve ter contado para ele. Mas respeito o Deputado! Mas o jornalista poderia ter meditado, ter refletido, ter visto que essas coisas não eram verdadeiras, e não achar que talvez fosse me calar a boca. Como fui uma das pessoas que mais insistiu na tese de que não era crime passionai, podem ter pensado em

me dar uma cutucada, para que, com isso, eu paras-se de falar. O que não vai acontecer. Vou analisar, estudar e, se for o caso, volto ao assunto. Ninguém nunca me calou, sob nenhuma hipótese, em nenhum momento.

Posso estar com o coração sangrando, posso estar sofrendo, mas não é agora que vão me calar.

O Sr. Humberto Lucena – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Senador Pedro Simon, todas as pessoas que leram essa reportagem ficaram perplexas, justamente pela perversidade com V. Exª. Como bem diz V. Exª, mesmo que o Deputado tivesse prestado a infeliz declaração por conta da emoção, não era nunca para ser publicada. V. Exª está nesta tribuna por ser o homem autêntico que é, mas nem precisaria chegar aí, porque todos conhecemos V. Exª. E veja V. Exª, pelo silêncio que reina neste plenário, o apreço, a admiração, a estima que todos temos por V. Exª. Eu bem avalio a mágoa que lhe vai no coração, de homem de bem, de homem sério, de homem digno que é, não só na vida pública como também na vida privada e voltado sempre para suas obrigações, partidárias ou familiares. Quanto à análise que fez dos acontecimentos, eu lembraria a V. Exª que, como Líder do PMDB no Senado naquela época, acompanhei de perto todo o desenrolar da Aliança Liberal e fiz parte de todas as reuniões, inclusive em sua casa, e pude bem perceber o envolvimento em que V. Exª se encontrava naqueles instantes. Mas sempre preocupado com a situação de sua família, que estava no Rio Grande do Sul. Senti o seu sofrimento, lembro-me bem quando ocorreu o falecimento de sua esposa, após o falecimento de seu filho. O Deputado Ulysses Guimarães, que era Presidente da Câmara – eu era Presidente do Senado na época –, chamou-me para que juntos fôssemos a Porto Alegre. Lá estivemos na casa de V. Exª, fazendo-lhe uma visita. V. Exª estava acabrunhado, recebendo o apoio de todos os amigos e nos recebeu num ambiente de profundo abatimento. Eu queria, com estas palavras, apenas trazer a V. Exª a minha solidariedade pessoal e partidária. Não só do PMDB ou de minha parte, mas de todos os companheiros de Bancada que estejam ou não neste plenário. Receba o nosso apoio forte e sincero, certo de que a Nação inteira há de compreender que V. Exª continua a ser o homem que sempre foi. V. Exª não pode ser vítima de injustiças como essas, e não serão fatos dessa natureza que haverão de abater o

seu ânimo de luta, que conhecemos e que faz parte da sua formação de homem público. V. Exª citou bem o caso, por exemplo, do Ministro Odacir Klein. Ainda há pouco telefonei-lhe para levar também a ele a minha solidariedade nessa hora de angústia. Ele está pagando pelo cargo que ocupa. Todo esse sensacionalismo em torno do assunto é porque ele é Ministro dos Transportes. Se não fosse, não ocorreria esse noticiário. E sabemos todos que foi um acidente de trânsito que poderia ocorrer com qualquer um de nós. Receba V. Exª o meu abraço demorado e fraterno de amigo, de admirador e de companheiro de tantas lutas.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. José Fogaça – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça – Quero dar o testemunho de quem acompanhou de muito perto, aliás, de muito mais perto do que gostaria, todos os episódios relatados na *Veja*, porque, na maioria desses casos, eu me encontrava, senão próximo, pelo menos em constante contato de relacionamento com V. Exª. De modo que quero dar o depoimento, não só meu, mas creio que do Rio Grande do Sul inteiro, da imprensa, do quanto tem de verdade, da mais absoluta verdade naquilo que V. Exª traz como esclarecimento a esta Casa. Confesso até que para mim, que pude – assim como tantos gaúchos – acompanhar de perto, **pari passu**, todos esses episódios, tudo estava tão claro e esclarecido, que não cheguei a aperceber-me, Senador Pedro Simon, da crueldade – que só agora noto –, da perversidade dessa notícia e da deformação que ela contém. Cheguei a dizer a V. Exª – e cometi este engano pessoal – que a considerava apenas um erro de imprensa que não teria maior repercussão, sem perceber o enorme conteúdo dramático, quer dizer, o drama humano, pessoal, vivido por V. Exª nesse episódio. No entanto, da mesma forma como V. Exª coloca e reproduz os fatos no seu verdadeiro nível de realidade, Senador Pedro Simon, também penso que extraímos do seu pronunciamento não só a dor e a amargura de um homem que viveu esse triste episódio, não só o quanto é lancinante a dor da perda de um filho num acidente de automóvel, registrado pela imprensa de todo o nosso Estado e de todo o País à época, com a seqüente degradação física de sua esposa, D. Tânia, que, tendo sofrido demais com aquele acidente, foi acometida de uma doença que acabou culminando com o enfarte que lhe tirou a vida. Todos

nós acompanhamos esses fatos praticamente no dia-a-dia. E não queríamos que a revista *Veja* tivesse feito o mesmo. Agora, publicar uma nota dessas, sem checar a informação, sem avaliar a fonte e o dado que ali se contém e sem avaliar as conseqüências emocionais, o drama humano que está ali contido, parece-me uma grande irresponsabilidade. Muito mais do que a reposição da verdade de um fato da sua vida, creio que V. Exª está fazendo talvez o mais contundente e possivelmente o mais comovente pronunciamento em favor da ética na imprensa. Cobra-se ética na política, mas nunca haverá ética na política se não houver ética na imprensa. Quero registrar o pronunciamento de V. Exª como a mais dura, mais severa, mais contundente, mais pontiaguda cobrança por ética na imprensa deste País. Ética e respeito humano: que isso exista na imprensa brasileira. Que a revista *Veja* faça uma reflexão madura, séria e que seja capaz de olhar no seu próprio espelho, ela que nos cobra ética. A ética na política tem de ser cobrada diariamente, mas aqui estamos pedindo ética na imprensa. Daqui por diante, toda vez que tiver que me valer de um pronunciamento em relação à ética na imprensa, o pronunciamento de V. Exª e esse triste episódio dessa publicação infeliz da revista *Veja*, usarei como o mais lapidar exemplo nesse sentido. Obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Eu que agradeço as palavras do não apenas colega, mas amigo, porque V. Exª, sendo meu contemporâneo e amigo, testemunhou, acompanhou todos os fatos. V. Exª sabe que os fatos ocorreram como descrevemos. E como diz V. Exª, o Rio Grande do Sul todo sabe disso. Quer dizer, é isto que V. Exª disse: os fatos que narrei aqui foram do conhecimento do Rio Grande do Sul. Não há um fato em que haja alguma dúvida, alguma interrogação ou, como disse a revista *Veja*, fatos ainda não esclarecidos. Não há nada que nunca tenha sido esclarecido! Sempre foram esclarecidos! Por isso agradeço muito o aparte de V. Exª.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Exª me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Pedro Simon, eu ia homenageá-lo com meu silêncio, até porque entendo a profunda dor que deve V. Exª estar sentindo desde o instante em que tomou conhecimento dessa publicação. Acontece que o lado amargo da notícia não haverá ninguém no Rio Grande do Sul nem nesse Plenário que conseguirá impedir que, no resto do País, uma revista que tem mais de um

milhão de exemplares de tiragem, no mínimo quatro pessoas a lêem nas suas famílias, fora o Rio Grande do Sul e esta Casa, fiquem sem saber da verdade. E aí me lembro de quando cheguei à Câmara dos Deputados. Entre os nomes de que me lembro, Rubem Azevedo Lima, Carlos Castello Branco, Flamarion Borges, o próprio Fernando César Mesquita, que era do Comitê de Imprensa, nenhuma notícia saía sem que esses repórteres checassem a veracidade. Quantas vezes estávamos reunidos – nós, que éramos da Oposição – e a qualquer intriga, havia sempre a pergunta para checar e assim se chegar àquilo que disse o Senador José Fogaça: à ética jornalística. Que preço alto paga o homem público! Eu imagino V. Ex^a, e aqui vários já fomos objetos da mais pura humilhação quando fatos poderiam ser evitados com um simples telefonema confirmando a notícia. Penso que a solidariedade desta Casa não tem tanta importância para a retidão e a verticalidade de V. Ex^a. Não tem importância o reconhecimento de nós, que sabemos o quanto V. Ex^a está e foi ferido com uma notícia dessa. O que deve ter importância é a própria revista tomar cuidado com alguém que pode servir-se dela como veículo, e não sabemos com que finalidade, com que objetivo, para denegrir a imagem, a honra de um homem público com uma notícia que é demasiadamente amarga.

Portanto, se não lhe pude dar o meu silêncio, que era como queria homenageá-lo, quero que veja nas minhas palavras exatamente a dimensão da dor por que V. Ex^a passa.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Em primeiro lugar, quero louvar o esforço que V. Ex^a deve estar fazendo para se manter com a tranquilidade com que faz este importante e grave pronunciamento. Há de passar por todos o sofrimento que V. Ex^a teve e está tendo com essa notícia. Se tivesse sido verdadeira, a publicação já seria uma indignidade. Sendo uma infâmia, como é, é inqualificável. Fico triste quando vejo a **Veja**, que já foi tão importante na vida deste País, de certa época para cá usar de expedientes como esse, de irresponsabilidade total, em assuntos dessa ordem, ferindo as pessoas que não poderiam jamais ser feridas em assuntos que tais, como V. Ex^a está em relação a essa infâmia. Fico triste, porque como disse com tanta proprieda-

de o Senador José Fogaça, os pregoeiros da ética são aqueles que menos a praticam neste País. Fico triste, e V. Ex^a vê que todos estão contristados com o episódio. Eu mesmo tomei conhecimento pelo discurso de V. Ex^a. E sofri, porque já tive problema na minha família, grave, mais grave até do que esse que V. Ex^a passou, há cerca de dez anos, e sei o que a gente sofre a vida inteira. Posso imaginar, portanto, como isso lhe dói, como isso está lhe provocando um sofrimento desses que não passam nunca, mas que sempre desejávamos que não fossem lembrados, sobretudo da forma caluniosa com que foi. Quero trazer não só a minha solidariedade, como a de meu colegas, Senador Josaphat Marinho e Waldeck Ornelas, nesse episódio em que, creio, todo o Senado está ao seu lado, todo o povo brasileiro está ao seu lado. Quero mais ainda dizer: serve como exemplo a sua atitude e o esforço para manter a serenidade, porque a sua indignação deve ser capaz de arrebentar qualquer parede para dar vazão ao que lhe vai na alma. Portanto, trago-lhe neste instante a solidariedade, que sei, é de todo o Senado.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a V. Ex^a.

Antes de pegar o avião, fui ao cemitério colocar uma flor no túmulo do meu filho e da minha esposa. Com essa atitude, ganhei uma certa tranquilidade, que até então eu não tinha. Foi ali, olhando aquelas duas imagens, que eu, de certa forma, mudei o tom do meu pronunciamento.

O Sr. Elcio Alvares – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com muito prazer, Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares – O depoimento de V. Ex^a, Senador Pedro Simon, é profundamente comovente. Estamos aqui no exercício da vida pública, respeitamo-nos como homens públicos. V. Ex^a, ao longo de uma esteira luminosa, tem timbrado, permanentemente, com o comportamento que o alçou à condição de figura das mais respeitadas no cenário político da vida pública brasileira. Neste instante, eu poderia fazer o discurso do Senador da República, do companheiro, do parceiro de muitas alegrias e de muitas tristezas. Entretanto, Senador Pedro Simon, quero ficar no recôndito de uma amizade muito forte, que é sublinhada permanentemente pela admiração, pelo apreço e – sabe V. Ex^a mais do que ninguém – pela gratidão. Para mim, V. Ex^a tem um valor excepcional. Divergimos. V. Ex^a, na sua linha de Senador independente, fazendo críticas ao Governo, e eu, às vezes, falando em defesa do Governo. Mas, Sena-

dor Pedro Simon, entre nós existe um liame muito forte. Um liame que, enquanto vida eu tiver – seja na vida pública ou na vida pessoal –, faço questão de manter, porque é resultado de uma admiração que não tem limites e, a esta altura, sinto até dificuldades em expressá-la. Falar como Senador é reportar ao nosso companheirismo, mas falar como amigo – neste momento, talvez seja eu a pessoa que mais lhe tem apreço, em virtude de gestos pessoais – é remontar a uma vida que, desde o primeiro momento, na humildade do meu mandato, recebeu do seu gesto apenas exemplo de afeto. A sua dor é a minha dor. A sua dor é a dor de todos. E veja como isso é importante na vida pública. De repente, somos tocados por algo que nos irmana e nos identifica. Dizer que é uma formalidade de discurso, que os apartes vão, no âmago do seu discurso, colocar solidariedade, não é retratar este momento que estamos vivendo. Há uma comoção, que cresce e avulta, em razão da profunda e verdadeira amizade que lhe depositamos. Se somos assim com o Senador Pedro Simon, seremos inteiramente superlativos com toda a sua família, principalmente aqueles que já se foram. Meu abraço de profunda amizade, Senador. A sua lágrima é uma lágrima universal, é uma lágrima de todos nós.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, meu prezado amigo.

O Sr. Hugo Napoleão – V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O Sr. Hugo Napoleão – Nobre Senador Pedro Simon, todos nós, nesta Casa, e particularmente eu mesmo, estamos acostumados a ver o Parlamentar, o homem público, o ex-Ministro, o ex-Governador, o tribuno Pedro Simon a esgrimir a boa esgrima, a crescer na tribuna, defendendo as grandes causas do seu querido Rio Grande do Sul, as grandes causas do nosso querido Brasil. Todos nós o vemos, às vezes, até, como o cavaleiro de La Mancha, Dom Quixote, a investir em defesa daquilo em que acredita. Todos nós admiramos o espírito combativo de debatedor e de defensor das causas que lhe parecem as mais justas e as mais consentâneas para a nacionalidade. Hoje, infelizmente, pelas razões que V. Ex^a expõe, vemos um Pedro Simon triste, um Pedro Simon – para usar expressões do próprio orador – com o coração sangrando. Isto nos faz tristes a todos nós. Isso traz, também, sangue aos nossos corações. Nesta hora, só podemos lhe dizer que estamos irmanados na sua dor, na sua tristeza, na esperança de que dias futuros sejam mais amenos e venham amainar, venham a substituir este momento

de profunda dor e de reflexão sensata, sincera, nobre, que V. Ex^a faz na Casa, na tarde de hoje. Nada mais me resta dizer senão do meu respeito, da minha admiração, do meu apreço e da minha solidariedade.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Pedro Simon, gostaria também de externar a minha solidariedade, e por São Paulo também, o Senador Romeu Tuma pede que lhe estenda a mesma solidariedade. V. Ex^a nos permitiu, hoje, comungar do seu sofrimento diante de fatos que machucaram tanto V. Ex^a com respeito ao seu filho, à sua mulher, e esclarecendo fatos que muitos aqui não conhecíamos tão bem. No que diz respeito aos fatos que pudemos testemunhar ao seu lado, inclusive tendo assistido à entrevista de V. Ex^a no programa do Jô Soares, e tendo aqui escutado com muita atenção os pronunciamentos de V. Ex^a relativos à morte do Sr. Paulo César Farias, era mais que natural que V. Ex^a tivesse feito todas as perguntas que, de fato, formulou e que tivesse chamado a atenção para o empenho das autoridades quanto à elucidação dos fatos. Em nenhum momento ouvi de V. Ex^a qualquer alusão que significasse uma suspeita direta a qualquer dos irmãos, inclusive ao Deputado Augusto Farias. V. Ex^a, ao formular as perguntas que demandavam esclarecimentos, fazia o que solicitava a Nação, pois desejava-se o completo esclarecimento daquele trágico episódio, parte de uma tragédia brasileira que nos faz sofrer desde as eleições de 1989. Receba V. Ex^a o meu abraço.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço o aparte do nobre Senador Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho – Companheiro Pedro Simon, ponderei a V. Ex^a que desistisse deste pronunciamento. Assim o fiz porque o considero uma daquelas personalidades da vida pública brasileira que dispensa explicações sobre fatos e episódios como esse, no qual, lamentavelmente, V. Ex^a se vê envolvido. E sabia o quanto seria duro para V. Ex^a tratar do tema na tribuna do Senado. Quando li a reportagem, seguramente tive a mesma sensação que a opinião pública brasileira teve ao ler o noticiário

que envolve V. Ex^a e familiares já falecidos. Apenas mais uma miséria, mais nada além disso! Para mim, e creio que para o Senado, seria dispensável qualquer explicação. Porém, devo compreender que para a pessoa humana, para o cidadão Pedro Simon era indispensável vir à tribuna. Portanto, aqui retiro a minha ponderação, porque não teria condições de fazer a mesma análise, de estar emocionalmente envolvido no fato, como estava e está V. Ex^a. Lamento profundamente, companheiro Pedro Simon! Para mim, para o Senado, para a opinião pública brasileira, pelo seu passado, ninguém há de lhe cobrar justificativas por atitudes públicas e de natureza pessoal. V. Ex^a é homem que merece todo o respeito não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil como um todo. Apenas lamentamos que a vida pública, inevitavelmente no Brasil e aqui particularmente, seja um verdadeiro corredor polonês, onde ninguém pode percorrer e ninguém a percorre gratuitamente, principalmente aqueles que têm sucesso, como V. Ex^a o tem na vida pública, pelo acatamento e, repito, pelo respeito da opinião pública brasileira. Sobre o fato a que se referiu há pouco o Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a apenas cobrou, no episódio nebuloso – de certa forma, nebuloso até hoje – como Parlamentar e como homem público. V. Ex^a não merecia uma resposta a uma atitude pública, quando apenas representa o interesse público, muito menos no nível em que foi dada, através da injúria e da ofensa pessoal. V. Ex^a é apenas mais uma vítima da miséria que é fazer, lamentavelmente, vida pública neste País!

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a V. Ex^a, meu Líder.

O Sr. Ramez Tebet – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet – Senador Pedro Simon, esse episódio, permita-me dizer-lhe isso, só valoriza a classe política, porque só os homens públicos de valor, só aqueles que se dedicam a defender os interesses da coletividade, só aqueles que buscam a verdade estão assim tão expostos diante da opinião pública. Não quero transmitir-lhe a minha solidariedade de Senador e de colega, quero transmitir-lhe a minha solidariedade de amigo e de companheiro; e quando digo que lhe transmito a solidariedade de amigo e de companheiro, estou dizendo que me solidarizo integralmente com V. Ex^a, respeitando e sabendo a dor e a indignação que lhe invadem a alma e o coração neste momento. Mas também tenho plena convicção de que nada vai perturbar o caminho

de V. Ex^a como representante do Rio Grande do Sul, estado que tem traçado para ajudar a buscar a verdade, a ajudar a construir um Brasil melhor. Receba, portanto, de mim, este abraço de amigo e de companheiro. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. José Eduardo Dutra – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra – Senador Pedro Simon, gostaria também de solidarizar-me com V. Ex^a, em meu nome pessoal, em nome da Casa, do Partido dos Trabalhadores e em nome do Senador José Alves, de Sergipe. Já tive oportunidade de registrar, da tribuna desta Casa, a profunda admiração que tenho por V. Ex^a. Lembro-me que o sucedi nesta tribuna por ocasião do primeiro pronunciamento que fiz. Disse-lhe, então, que tinha muita honra em pronunciar-me depois de V. Ex^a, pelo fato de V. Ex^a ter sido para a minha geração um exemplo de resistência democrática, um exemplo de parlamentar combativo e atuante. Quero também registrar o meu testemunho de que ouvi o pronunciamento que V. Ex^a fez nesta Casa com relação à morte de PC Farias. Ouvi também a sua entrevista no Programa **Jô Soares**. A esse respeito, V. Ex^a simplesmente fez as indagações que todos nós e toda a Nação estávamos fazendo. Portanto, V. Ex^a não poderia, de forma alguma, ter recebido a resposta que foi dada pelo Deputado Augusto Farias, publicada pela revista **Veja**. Gostaria de deixar o meu abraço e a nossa irrestrita solidariedade. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a minha companhia nesta sua aflição. A revista a que se refere tem sido pródiga no cometimento de injustiças e de misérias dessa natureza. Poucos de nós terão até hoje escapado do látigo dessa revista de grande prestígio nacional, que, desgraçadamente, utiliza as suas páginas para promover infâmias, injúrias e misérias desse jaez. Conte V. Ex^a com a minha total solidariedade. Lamento as dificuldades que está passando por causa disso.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna – Eu gostaria apenas de me solidarizar com V. Ex^a e de dizer que me tocou muito a sua narrativa, sofri com V. Ex^a e fiquei triste pelo que aconteceu.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado.

O Sr. Iris Rezende – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Iris Rezende – Nós nos relacionamos há décadas. Desse relacionamento, surgiu uma amizade muito profunda e um respeito muito grande. A cada dia, a cada ano, V. Ex^a vem agigantando-se política, moral e civicamente diante de todos aqueles com os quais convive. A sociedade brasileira jamais esperava uma satisfação de V. Ex^a a respeito dessa matéria. Não precisava, pois cada pessoa, ao ler a matéria, instintivamente já a repudiava, não a aceitava em hipótese nenhuma, por conhecer V. Ex^a, homem que se dedicou inteiramente à vida pública, sem deixar de dar atenção à família, homem exemplar sob todos os aspectos. Todavia, V. Ex^a, ainda que homem de todas essas qualidades, de todos esses princípios, é, como nós, humano e como tal, está sofrendo. Por essa razão, nós, nesta hora, queremos, em nome dos Senadores de Goiás, Mauro Miranda e Onofre Quinan, solidarizar-nos com o amigo, com o companheiro, com o ilustre colega, fazendo uma solicitação: passe um espanador nesse episódio, levante a cabeça bem alto. Publicações como essa jamais atingirão um homem da estirpe e da formação de V. Ex^a, que está muito acima desses fatos, os quais, embora muitas vezes tenham o objetivo de atingi-lo, são muito pequenos. São publicações muito rasteiras; declarações as mais mesquinhas, que pretendem atingir um homem da estirpe de V. Ex^a. Receba a nossa solidariedade.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado.

A Sr^a Marina Silva – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com prazer ouço V. Ex^a.

A Sr^a Marina Silva – Confesso que fiquei emocionada ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a. O Senador Artur da Távola tem razão quando diz que V. Ex^a às vezes briga e gesticula. Hoje observo o nobre Senador bastante abatido. Tenha a certeza de que eu, que estou praticamente estreando nesta Casa, tenho muita gratidão por V. Ex^a. Quando publiquei meus trabalhos, fiz questão de inserir o aparte que V. Ex^a fez ao meu primeiro pronunciamento. Não foi por acaso. Era como se

V. Ex^a estivesse apresentando o meu trabalho nesta Casa, era como se o estivesse prefaciando. Com muita tristeza, fico pensando o quanto deve ser difícil para um homem público ser caluniado na sua alma, na sua personalidade. Solidarizo-me com V. Ex^a. A única coisa que podemos fazer, pelo que todos sentimos, é repetir para V. Ex^a uma frase do escritor chamado Léo Buscaglia que diz: "Somos todos anjos com uma só asa. E só conseguimos voar quando estamos abraçados". Aqui estamos emprestando a nossa asa para que V. Ex^a rume à reparação dessa injustiça cometida contra o Senador Pedro Simon, a quem muito admiro.

A Sr^a Emília Fernandes – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com prazer ouço V. Ex^a.

A Sr^a Emília Fernandes – Senador Pedro Simon, eu faria a manifestação na qualidade de Presidente desta Casa. No entanto, fiz questão de me colocar ao lado dos colegas Senadores, para falar como conterrânea, como pessoa que conhece a história de V. Ex^a, que acompanhou – não tão de perto como o Senador José Fogaça, seu correligionário e amigo há muitos anos – a uma certa distância os acontecimentos relatados por V. Ex^a nas duas ocasiões em que a vida e o destino lhe apresentaram esses momentos de dor e de sofrimento. As minhas ponderações traduzem respeito, solidariedade, como colega, como conterrânea, mas também como mulher e como mãe. Sabemos e podemos avaliar a dor – as mulheres que têm o privilégio de dar a luz a um filho depois de carregá-lo durante nove meses podem dizê-lo – e o sofrimento pelos quais certamente V. Ex^a e sua mulher passaram. Podemos avaliar ainda o quanto esta Casa se enche de sentimento de solidariedade. Por outro lado, a sua insistência em vir à tribuna é muito positiva, apesar do seu sofrimento e da sua dor. Penso que é importante que tiremos uma tarde – a meu ver, seria muito produtiva – para que possamos refletir sobre o fato de que quantas vezes a injustiça, a falta de reconhecimento – não é o caso, porque V. Ex^a é reconhecido e reverenciado não apenas no Rio Grande, mas no País e até mesmo fora dele –, pode nos ferir. A política exige tanto de cada um dos que a abraçam, dos que a vivem. No entanto, às vezes, não são reconhecidos. E os fatos a que eles se referem vêm revestidos em determinados momentos por esta característica, por este sentimento negativo, que é o mais triste: a ausência da verdade, a injustiça, a

calúnia, a falta de esclarecimento suficiente. Tenho a certeza, Senador Pedro Simon, de que a calúnia é o mais infame dos sentimentos negativos que podem tomar conta de algumas pessoas. Já sofri na carne episódios relacionados a isso – V. Exª bem sabe disso. Essa é a única falha que não conseguimos perdoar, apesar de não quisermos guardar rancor em nossos corações. É importante que se tire desse momento a importante lição, muito bem ressaltada pelo nosso colega e conterrâneo, Senador José Fogaça: a imprensa deve apreender com esse episódio. É triste o fato de sermos constantemente cobrados em relação a uma postura de ética, de credibilidade – é necessário que se viva isso mais profundamente neste País -, quando os que mais cobram às vezes incorrem em erros tão graves como esse que a Revista **Veja**, essa renomada e respeitada revista, incorreu em relação a V. Exª. É importante que a nossa sociedade, que os brasileiros que nos estão assistindo, que os leitores da revista tenham conhecimento das palavras que V. Exª está hoje registrando nos Anais da Casa. Esse episódio vai servir para a reflexão de cada um de nós, na sua ação, no seu local de trabalho, na sua atuação junto àqueles que estão construindo a História deste País. Meus cumprimentos, minha solidariedade e meu abraço a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado à querida companheira.

O Sr. Geraldo Melo – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O Sr. Geraldo Melo – Eu apenas gostaria de que não faltasse ao carinho que todos lhe estão tributando um pouco do carinho e da emoção deste seu amigo. Depois da ternura e do instante poético que foi o aparte da Senadora Marina Silva, trago também um pedacinho da asa do Rio Grande do Norte para que V. Exª alce seu voo. Eu, como todos os brasileiros, conheci V. Exª antes de ter qualquer mandato, quando havia no Brasil homens como Ulysses Guimarães, como Tancredo, como Teotônio e tantos outros, entre os quais estava V. Exª. Eram os depositários dos sonhos dos brasileiros, que almejavam a liberdade. V. Exª tem, portanto, uma vida, um pedaço de construção da história moderna do nosso País, dessa sociedade que estamos todos querendo edificar. Eu o admirava, respeitava como um dos patrimônios, um dos exemplos, um dos paradigmas para a vida pública do Brasil;

depois, a vida me deu muito, inclusive a oportunidade de ser Governador ao seu lado: V. Exª governando o Rio Grande do Sul e eu, o Rio Grande do Norte. Nessa época, a minha admiração de brasileiro, de cidadão se converteu na enorme amizade que tenho por V. Exª, no grande respeito, na relação quase reverencial que lhe dedico. O privilégio se renova agora, quando nós dois nos sentamos quase lado a lado nesta Casa. Quero dizer, por um lado, que reconheço em V. Exª o direito ao menos de sofrer sozinho, e com o respeito de todos, e, por outro, que este episódio termina sendo, ao preço de emoções que talvez V. Exª não mais desejasse, outra contribuição, na medida em que nós todos somos obrigados a refletir que, se desejamos, realmente, uma democracia para o País, precisamos descobrir que não apenas os homens públicos – Parlamentares, Ministros, Presidentes, Governadores – têm obrigação de cumprir o seu dever e de adotar um padrão ético de conduta e de responsabilidade; cada um de nós tem um papel a exercer na sociedade, a imprensa também. De maneira que este momento, que poderia ter sido um momento apenas de amargura do Senador Pedro Simon, transforma-se num momento de consagração do imenso carinho e do grande respeito que o Brasil inteiro lhe devota. Receba o meu abraço amigável e emocionado.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado a V. Exª, Senador.

O Sr. Sebastião Rocha - Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Sebastião Rocha - Senador Pedro Simon, a cada dia fico mais convencido de que realmente Deus escreve certo, embora por linhas tortas. Essa matéria da revista **Veja** oportuniza o Senado da República a prestar a V. Exª uma grande homenagem. Embora emocionante, mas cheia de ternura, de carinho, de apreço pela figura humana que é V. Exª, acima de qualquer outra qualidade que V. Exª possa ter como parlamentar, admirável, exemplar, como já foi colocado aqui, comportamento ético e que enche de esperanças a todos nós de que o Brasil possa ter jeito, que nós, políticos de uma nova geração, possamos também ajudar o Brasil nessa nova direção. Embora eu entenda que estávamos devendo a V. Exª uma homenagem e que, portanto, esta que hoje se presta aqui, decorrente desse episódio, certamente não será a derradeira, pelo excelente trabalho que V. Exª executa no Senado da República e presta à Nação brasileira. A minha solida-

riedade, lá também do Amapá, do outro extremo do Brasil, a V. Ex^a, que representa, com tanta dignidade, o Estado do Rio Grande do Sul e todo o povo brasileiro.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado a V.Ex^a.

O Sr. Osmar Dias – Permite-me V Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Osmar Dias – Senador Pedro Simon, eu também, e me pede a Senadora Regina que fale em seu nome, em nome dos muitos gaúchos do Paraná e dos paranaenses, que não são gaúchos, mas que admiram V. Ex^a igualmente, porque também no Paraná conhecemos a história verdadeira, e por isso a nossa admiração cada vez maior por V. Ex^a, vou falar bem rápido, porque sei que esse momento é de profunda tristeza para V. Ex^a e para todos nós. Mas, com certeza, Senador Pedro Simon, todos nós, que temos orgulho de estar ao seu lado no Senado, não temos um orgulho tão grande como deve estar sentindo o Mateus, a sua esposa, e com certeza, o orgulho que sente o Pedrinho e a sua atual esposa, pela convivência que tem com V. Ex^a. Sou um profundo admirador de V. Ex^a – e falo com muita sinceridade, não pelo momento – de antes, de agora, e agora muito mais. Meus cumprimentos e um abraço profundo; e do meu irmão Álvaro, Senador, que é um grande admirador de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Romeu Tuma – Senador Pedro Simon, eu, como o Senador Bernardo Cabral, achei que o silêncio seria a melhor homenagem a V.x^a, mas, como outros Senadores, presto testemunho do fato de que V. Ex^a, às vezes conversando comigo, eu como policial e V. Ex^a, pela experiência do tribunal do júri, trocava idéias e conjecturas sobre as circunstâncias da morte de PC Farias e de sua companheira. E V. Ex^a, em nenhum momento, fez qualquer referência a suspeitas, apenas às circunstâncias dos fatos e do material revelado pela imprensa. E eu dizia a V. Ex^a que Badan Palhares tinha dificuldade em encontrar o caminho correto e consistente da materialidade que ele buscava no

seu laudo pericial, porque houve destruição de materiais que seriam importantes até para uma reciclagem no fato do que ocorreu naquele quarto e que realmente a sociedade brasileira, por se tratar dos personagens que morreram, com relação à história recente brasileira, precisava tomar conhecimento. Essas conjecturas, essas interrogações V. Ex^a fez públicas. Trouxe ao nosso conhecimento, questionou o Governo e insistiu que houvesse realmente a disposição das autoridades, em todos os meios, para que a verdade fosse clara e nada ficasse sob dúvida. Mas este é um testemunho simples. Eu queria também, na parte afetiva, se me permitisse, Senador Pedro Simon, chamá-lo como amigo da nova-guarda. Não como outros Senadores que têm participado da vida pública com V. Ex^a há décadas. Eu sou novo. Talvez inexperiente, recebi o carinho, o afeto de V. Ex^a nos erros que provavelmente eu cometeria se não recebesse o seu carinho, a sua orientação. E se V. Ex^a me permitir, não fique triste, Senador Pedro Simon, porque essa auréola de espiritualidade que toma conta desse Plenário faz com que V. Ex^a receba as forças espirituais de sua esposa e de seu filho, que provavelmente estão neste momento ao lado de Deus, sabendo de seu sofrimento, da sua angústia, querendo tirá-lo do seu coração, porque a injúria e a calúnia não farão mal a V. Ex^a, porque esta solidariedade e esta força espiritual que V. Ex^a encontra entre seus Pares lhes dão a alegria e a certeza de que aqui no Senado se vive realmente em família. Que Deus o proteja! Nossa solidariedade e nossa amizade.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Josaphat Marinho – Senador Pedro Simon, a expressão de solidariedade e apreço da bancada baiana já lhe foi transmitida, com rigorosa propriedade, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Pessoalmente, pela estima que nos une, quero apenas dizer-lhe que a maior prova de consideração e amizade que poderia receber deste Plenário reside exatamente na sobriedade e comoção com que V. Ex^a foi ouvido. Eu não lhe preciso dizer mais nada.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço e encerro, Sr. Presidente, fazendo uma recordação que já fiz em outra oportunidade, e que a fiz exatamente

para caracterizar minha maneira de fazer política. Conto uma lenda que meu pai me contou, quando eu era criança. Dizia ele que dois árabes brigaram na beira do mar e um deles tentou matar o outro. A vítima se salvou e escreveu na areia: "Aqui Said tentou matar Sabad". Veio a onda e apagou a frase, porque ela tinha sido feita na areia. Mais adiante Sabad foi nadar e quase morreu afogado. A mesma pessoa que atentou contra a sua vida foi lá e salvou-lhe.

Com a vida assegurada, ele escreveu na rocha: "Aqui Said salvou Sabad". Uma pessoa que assistiu ao dois fatos perguntou: "Mas por que que ali você escreveu na areia e aqui você escreveu na rocha?" Ele respondeu: "Aquele acontecimento foi uma maldade, um ato involuntário, um momento errado. Ele avançou em mim, agrediu-me e quase me matou. Escrevi na areia porque vem a onda e tudo apaga, e quero esquecer o acontecimento. Agora, escrevi na rocha porque ali ele me salvou. Se não fosse ele, eu morreria. Escrevi na rocha porque quero que o meu coração nunca esqueça que ali ele me salvou."

De certa forma, sou assim na vida pública. Podem reparar que, às vezes, tenho uma linguagem até acre, dura, mas não tento agredir e não guardo rancores. Tento ser amigo. Penso que, às vezes, política exige isso. Enganam-se aqueles que imaginam que, quando falo de maneira mais agressiva, mais viril, eu esteja sentindo algum prazer em denunciar um fato. Faço isso, porque acho que essa é a minha obrigação.

Mas sou pessoa que não guarda mágoa, nem ressentimentos. Vou-me lembrar, durante toda a minha vida, das coisas boas que me acontecem. É claro que nunca me esqueci do Mateusinho e da minha mulher Tânia. Nunca esqueci aquele meu filho carinhoso, que era o que mais me telefonava, com quem mais eu conversava e que tinha um espírito de debate e de análise que me emocionava.

As coisas se passaram. Ocorreu o contrário do que diz a revista. Eu sofria e estava mais machucado com a morte do meu filho do que a minha mulher. Eu me acusava, porque eu não estava presente no momento do acidente. Eu deveria estar ali. Mas a imprensa disse que eu acusava minha mulher da morte de meu filho. É exatamente o contrário. Eu é que me culpava, porque eu deveria estar presente ali e não estava.

Então, quero dizer daqui a meu filho Mateus que vamos nos encontrar um dia, ele, a Tânia, eu, a minha família e o Pedrinho, que Deus me deu. A vida é exatamente isto: temos que crer na espiritualidade e que Deus criou o homem para o bem. Não podemos aceitar que o lado mal, perverso, faça parte da maneira como Deus criou a humanidade. Nós, de certa forma, fomos nos afastando. Neste final de século, mais do que a tecnologia fantástica da eletrônica que nos aproxima do mundo global, temos que promover a paz, a espiritualidade, onde haja respeito e condições de se produzir e onde todas as criaturas vivam com dignidade, umas melhor, outras mais simples, mas que não falte pão, livro e teto, ainda que humilde, para todos os lares.

Por isso, luto. Essa é a minha caminhada simples, singela. Sou das pessoas que não se apresentam, que não se intituam lideranças. Acompanhei esse tempo todo, mais de lado do que na frente, mas sempre com um objetivo: acredito na humanidade e no seu destino de paz e de respeito. Por isso, diria ao meu prezado amigo Civita – a quem não tenho nenhuma mágoa e nenhum ressentimento –, àquele que é pai, que tem família, que parasse e refletisse. Faz parte da democracia uma revista, um jornal, uma imprensa viril debater e, às vezes, denunciar, mas também faz parte da vida humana a gente pensar, refletir e ter a coragem de, às vezes, reconhecer o equívoco praticado.

Posso ter sofrido muito hoje, é verdade. Quando o meu colega, Rômulo Brasil, que foi meu secretário há trinta anos, trouxe-me essa papelada – que devo ter guardado, mas não revisto – quando a reli, pensei que, de certa forma, talvez, essa seja a minha missão: parar, olhar para trás, reconhecer os erros e os acertos, sofrer o que for necessário, mas caminhar. Na minha idade, 66 anos, não sei mais nem quantos passos nem qual a minha missão. Sejam eles quantos e quais forem, seja qual for a missão, o importante é que cada um faça o que puder pelo seu irmão e pela sociedade.

Agradeço aos meus pares pela benevolência para comigo, oferecendo-me carinho e diversos apares.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO:**



Sepultada a esposa de Pedro Simon

Pedro Simon

Há quase 30 anos acompanhando a trajetória de Pedro Simon como pessoa e liderança política, e, na maior parte dela, o deputado, senador e dirigente partidário teve pela frente momentos difíceis, alguns dolorosos, mas sempre superados, contando com apoio e sua força interior. Ora sofrendo rudes golpes no exercício do comando partidário, depois de legislação casuística ou punições de congressistas, ora perdendo familiares, que o atingia profundamente, mas sempre recebendo o apoio que lhe permitiu recuperar-se dos abalos sofridos. Pois agora vive Pedro Simon mais um momento extremamente penoso com a morte de sua esposa, Orlinda Grande, política, acompanhou sua dor, ontem, com ela se solidarizando, ao mesmo tempo que, nele continua identificando um líder e um homem com formação capaz de vencer, mais uma adversidade e uma nova surpresa que a vida lhe reservou. O camarão pode chamar a atenção, a su-

cessão de fatos provocar reflexões de sua parte, mas por isso a colocação extremamente feliz da nota com que o PMDB se propôs, em meio a tantas manifestações vindas do Norte e Sul. Dix o seu partido que ele conta com a solidariedade afetiva de todos os integrantes do PMDB gaúcho, desde a direção até os militantes de base e, também, de todo o povo rio-grandense: "Dios parece estar colocando à prova a resistência deste homem que, temos certeza, terá forças para superar mais esta passagem dolorosa, com a perda irreparável de sua companheira Tânia".

É esta precisamente a expectativa de todos quantos estiveram ao seu lado, nas longas horas por ele vividas. Horas que ele imaginava usar na substituição de um outro líder, ausente e doente, o deputado Ulysses Guimarães, mas que o trouxeram a Porto Alegre para chorar outra perda familiar. Quem o conhece, porém, sabe que ele tem sido um lutador, um político que soube suportar e vencer os piores momentos que lhe foram reservados. Sua estrutura haverá de

assegurar-lhe a conciliação entre os problemas pessoais, aos quais tanto se dedicou, e a carreira política que abraçou, vitorioso, como uma liderança nacional, hoje reconhecida.

Presenças

A solidariedade recebida ontem por Pedro Simon foi expressiva e certamente confortadora. Políticos de todos os partidos lá estiveram e através de figuras representativas, começando pelo presidente José Sarney que o acompanhou em Brasília até o embarque. O carinho com que foi cercado, a solidariedade recebida, demonstram que seu valor pessoal e político constituem um elemento importante e o seu reconhecimento um alento para mais esta etapa que atravessa. Num momento de dor foi possível perceber que os políticos do Rio Grande são sensíveis e solidários. E disto, também, que precisamos aqui no Estado.

Carles Fehlberr

AMASS - 04.05.96 - 04.05.96 - 04.05.96

POLÍTICA

ADITIVO

ZERO HORA - Quarta-feira, 14.06.96 - PÁGINA 14

Muita emoção e solidariedade

Ministros, governadores, líderes de todos os partidos e amigos levam seu apoio a Pedro Simon

A esposa do senador Pedro Simon, Tânia CHAMAS Simon, faleceu na madrugada de ontem, 13, sábado, no Hospital da PUC, de parada cardíaca respiratória, sendo sepultada às 11h30min, no Cemitério João XXIII, em ato que contou com a presença de centenas de pessoas, incluindo representantes do mundo político gaúcho e autoridades do Governo Federal. O falecimento de Tânia contou com profunda consternação nos meios políticos, e também do parlamentarismo. Ministros, secretários de Estado, governadores e integrantes dos diversos partidos levaram ao Cemitério Esplanada João XXIII levar suas condolências ao senador Pedro Simon, que um ano e oito meses após a morte de sua filha mais moça, Mathias, perdeu agora sua esposa Tânia.

Tânia Chamas Simon era natural de Encarnação, onde nasceu a 28 de abril de 1946, filha de Salim Antônio Chamas e Clotilde Carvalho Chamas, e deixou dois filhos, Thiago, de 17 anos, e Thomas, de 14. Tânia deixou também três irmãos: Paulo, de 46 anos, Alexandre, de 41, e Daniela, de 38. Seus pais são, respectivamente, 70 e 64 anos. Mãe aluna de graduação em Letras, foi professora no Hospital da PUC, enquanto recomendadora médica. Ela sofreu uma parada cardíaca e infarto agudo da miocárdia.

O senador Pedro Simon, que se encontrava em Brasília, foi comunicado e, em seguida, providenciou um voo para ele vir a Porto Alegre, onde chegou às 11h30min. O senador vivenciava e grande abalo pela perda da esposa. Na chegada Tânia, centenas de pedestres e integrantes de outros partidos foram aguardá-lo, enquanto que o corpo de Tânia já havia sido trasladado do Hospital da PUC para o cemitério do Cemitério Esplanada João XXIII. Um altar de grande beleza estava instalado nos

meios políticos, onde foi grande a dor causada não apenas pela morte de Tânia Simon, como pela trágica virada pela família nos últimos anos, com a perda, primeiro, do filho mais moço, e, agora, da esposa do senador, que também perdeu recentemente seu cunhado Siegfried Houser. Desde que chegou ao cemitério até o momento do enterro, Simon não deixou de um minuto sequer de alívio, junto ao qual permaneceram também seus irmãos Altes e Salim, os pais de Tânia, como Rênis Thomas e Thiago, os irmãos e demais familiares.

Toda a comunidade política do Rio Grande do Sul foi levar condolências ao senador, incluindo seus principais dirigentes, como Sarney Chales (PDT), Nelson Marchesan (PDS), Clóvis Jacobi (PPS), Clóvis Riquelme (PT), Edson Silva (PO do R), além de todos os membros da Executiva do PMDB, presidida pelo deputado César Schirmer; toda a bancada estadual psomedeista liderada pelo deputado José Paulo Bini; bancada municipal, cujo líder é Celso Lantieri; presidente da Câmara de Vereadores, André Furtner; dirigentes do interior, e deputados e dirigentes de todos as agremiações, e também deputados federais e membros do PMDB.

Lideranças

Os governadores Léoni Brincó, José Riche, Franco Monteiro e Jair Soares, além dos ministros Paulo Brum (representando o presidente José Sarney), Danilo de Oliveira (Governo Agrário) e Rafael de Almeida Magalhães (Providência Social) compareceram ao velório e ao enterro de dona Tânia Simon. As lideranças, chegou a comissão do PDT, liderada por Leonel Brincó, acompanhado de dona Meira, Aldo Pinó, Berenice Chales, Alceu Chales, Carlos Araújo, Gilio e Lúcia Peres, Valério Antônio

e vários outros. Brincó e dona Meira permaneceram bastante tempo junto com Simon, procurando confortá-lo. Em seguida, chegaram os ministros Danilo de Oliveira e Rafael de Almeida Magalhães, e um pseudônimo e governador Franco Monteiro acompanhado do deputado José Paulo Bini. Logo após, estiveram presentes Dom Vicente, Paulo Brumard e José Riche. Depois de celebrado o ato de homenagem, foi realizado o enterro, sob forte emoção. O sepelido foi conduzido pelo senador Simon, os irmãos e o pai de dona Tânia, os governadores Franco Monteiro, José Riche e Jair Soares, além de César Schirmer e Paulo Brumard.

Além de políticos, vários representantes do mundo empresarial e das mais diversas agremiações da comunidade estiveram presentes ao enterro da esposa do senador Pedro Simon. Entre eles, os dirigentes da Rede Brasil Sul Fernando Ernesto Corrêa (vice-presidente), Pedro Botary e Carlos Meiser (diretores superintendentes).

Solidariedade do PMDB

O presidente do PMDB gaúcho, deputado César Schirmer, afirmou em nota à imprensa que o "PMDB do Rio Grande do Sul manifesta sua mais profunda pesar pela falecimento de dona Tânia, esposa e companheira do senador Pedro Simon. Nessa momento de dor inenunciável, Pedro Simon pode estar certo de contar com a solidariedade afetiva de todos os integrantes do PMDB gaúcho, desde a direção até os militantes de base, e também do povo rio-grandense. Deus parece estar colocando à prova a resistência deste homem que, sempre lutou, terá forças para superar mais esta passagem dolorosa, com a perda irreparável de sua companheira Tânia".

No aeroporto, solidariedade no desembarque do senador

O senador Pedro Simon desembarcou às 11h30min do avião no Aeroporto Salgado Filho, emocionado e profundamente abatido, para assistir aos funerais de sua mulher Tânia Simon, que morreu na madrugada de ontem. A partir das 8h da manhã de ontem, a Sala VIP do aeroporto encontrava-se repleta pelas lideranças partidárias de todas as agremiações políticas, amigos e assessores do senador Pedro Simon, numa expectativa de profunda consternação, que foi acentuada ao desembarque do ex-ministro da Agricultura, quando este desceu do avião e se dirigiu pela portão lateral da Sala VIP, diretamente para o automóvel que o conduziu à Capela 11 do Cemitério João XXIII.

Compareceram no Aeroporto Salgado Filho, pelo PDT, Valdomiro Lima, presidente do Legislativo, prefeito Aloisio Collares, deputado Diomar Machado e assessores do partido; pelo PSD, deputados federais e estaduais, Baltasar De Bona e Canto e Oty Facchin, Roberto Cardoso, Jertus Lima, Francisco Napoli e Ayrton Vargas; pelo PMDB, o presidente da Câmara Municipal, André Furtado, presidente do Diretório Regional, Cesar Schirmer e vice Antonio Ferrari; suplente o senador Alcides Baidarra; prefeito de Canoas, Carlos Giacomardi; jornalista Antônio Brito; delegado Federal do Ministério da Agricultura, Ivo Sprandel, e outros próceres petroleiros; pelo PFL, Rauli Diehl e Leônidas Ribas.

Cardeal Scherer destaca força da fé na vida eterna

Às 17h30min, no interior da capela 11, do Cemitério João XXIII, foi oficiado o ato religioso de encomendação do corpo de Tânia Simon, pelo cardeal dom Vicente Scherer, pelo bispo auxiliar dom Tadeu Canellas e padre Florindo Ciman, da Igreja da Pompéia e que foi professor de Tânia, na cidade de Encantado.

Na presença dos familiares, do governador Jair Soares e esposa, dos ministros da República, de políticos de todos os partidos e mais de 800 pessoas que ficaram na parte externa da capela, o cardeal dom Vicente, antes de iniciar o ritual, disse que aquele "era um momento de fé cristã, de esperança", lembrando passagem do

Evangelho de São João que diz "que aquele que tem fé, mesmo que morra, viverá eternamente". Apresentou péssimas ao senador Pedro Simon e familiares, concluindo suas palavras com a oração do Pai Nosso. A seguir, o cardeal procedeu a rezas de diversas orações, conforme prescreve o rito da encomendação.

No final do ato religioso, o bispo dom Tadeu Canellas lembrou que por diversas vezes foi procurado por Tânia Simon para receber seus desabaços, vendo nela uma mulher de fé: "Temos certeza que ela partiu para uma vida melhor e será nossa intercessora junto a Deus". Para os que não têm fé, a morte é inexplicável, acentou o religioso, mas para os que

crêem no sobrenatural, a vida é uma passagem, um momento de preparação para uma vida melhor. Também estiveram apresentando o consórcio cristão e bispo dom Edmundo Kuns e o monsenhor Afílio Fontana, da Igreja São Pedro, amigo da família Simon.

Antes de fazer diversas orações juntamente com os presentes, o monsenhor lembrou diversas passagens bíblicas que falam da vida futura. Disse que o senador Pedro Simon é um homem de fé profunda e que saberá superar "este momento terrível e que as palavras humanas não sabem explicar", além de admirá-lo como "político de altitudes corajosas e destemidas e que ainda muito deverá contribuir ao seu Estado".

VEJA, 14 DE AGOSTO, 1996

CRIME

Tudo confirmado

*Peritos divulgam laudo
sobre morte de PC Farias e descartam
a hipótese de complô*

JOAQUIM DE CARVALHO

O legista Fortunato Badan Palhares, da Unicamp, divulgou na sexta-feira passada o laudo sobre as mortes de Paulo César Farias e de Suzana Marcolino da Silva. Conforme VEJA antecipou na sua reportagem de capa da semana passada, a conclusão do legista e de sua equipe é que Suzana matou PC e suicidou-se em seguida, na madrugada do dia 23 de junho na casa de praia de Guaxuma, em Maceió. Numa exposição de mais de duas horas, ilustrada por slides que registram o trabalho da perícia e de uma animação gráfica que reproduz a cena dos crimes, Palhares e sua equipe afastaram todas as possibilidades de que pudesse ter havido ali duplo homicídio. A certeza dos peritos se baseia num conjunto de informações, como a trajetória da bala, as manchas de sangue e os sinais de arrombamento na janela. Todas convergem para uma só conclusão. "Não havia outra pessoa no quarto", disse Palhares.

O legista apresentou também o resultado de um exame de DNA realizado nos respingos de sangue encontrados no buraco da parede feito pela bala com a qual Suzana se matou. Era uma informação complementar, não decisiva. O código genético do material orgânico é o mesmo de Suzana Marcolino. Que o buraco foi feito pela bala que matou Suzana já se sabia, inclusive por um detalhe que Palhares fez questão de realçar. O desenho da bala nas costas de Suzana é igual ao da parede. Não é de uma circunferência, o que ocorreria se o projétil tivesse saído na mesma posição em que entrou. A bala entrou de frente e virou 90 graus ao atravessar o corpo de Suzana. Saiu de lado, deixando nas costas de Suzana a mesma figura encontrada na parede e na cadeira.

O primeiro da equipe de peritos a falar, o foneticista Ricardo Molina, apresentou um estudo da gravação de três telefonemas dados por Suzana Marcolino ao dentista Fernando Colleone, de Santo André. Seu laudo é diferente do que o Instituto de Criminalística de São Paulo apresentou, ao fazer a primeira deglavração da fita. Não são dois, como dizia o primeiro laudo, mas três os telefonemas de Suzana para Colleone. Não existe aquela fala masculina "estamos esperando". Existe, sim, um ruído de voz, que Molina tentou identificar isolando sinais que pareciam vogais. "Há muitas hipóteses sobre o que diz aquela voz, menos o que foi divulgado", afirmou. Antes dessa frase não identificada, houve duas, que ele transcreveu. Depois de três batidas em madeira, que pode ser uma porta ou a parede — já que a casa de Guaxuma é de madeira —, a voz masculina pergunta: "O que cê tá fazendo? Te arruma". Suzana responde: "Me arruma". É possível que a voz masculina, dita a uma distância de no máximo 2 metros e meio de Suzana, seja de PC. Mas isso não foi provado. Molina identificou suspiros nos três telefonemas, próprios de quem estava chorando. A entonação de Suzana não mudou de uma ligação para outra. Isso prova, segundo ele, que não houve mudança de estado emocional. Ela estava triste, não tinha medo, raiva ou excitação, sentimentos que a voz denuncia.

GENI — Logo depois da exposição da equipe de Palhares, o deputado federal Augusto Farias deu uma entrevista em que fez um desabafo: "Minha família cansou de ser a Geni do Brasil". Augusto, que foi apontado como suspeito da

morte do irmão, declarou que sua família irá processar alguns órgãos de imprensa por danos morais. Ele ficou particularmente irritado com um episódio do programa *Você Decide*, da Rede Globo, que teria induzido o público a acreditar que PC Farias havia sido morto num complô. "Acho que, agora, finalmente, podemos chorar em paz a morte de meu irmão", disse. Augusto tem motivos de sobra para se queixar das acusações que sofreu. Mas excedeu-se ao responder na mesma moeda ao senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, que, no auge das especulações, insinuou na televisão que Augusto Farias era suspeito da autoria do crime. "Pedro Simon é suspeito da morte da mulher dele, que se suicidou. Ela pode ter se suicidado de tanto o Simon responsabilizá-la pela morte do filho, que também se havia suicidado", afirmou, ressuscitando um fato antigo e não comprovado.

A decisão de reagir aos ataques foi tomada há duas semanas, numa reunião dos sete irmãos Farias com o advogado Nabor Bulhões, na sede da *Tribuna de Imprensa*, jornal da família, que passará a circular no dia 16 de agosto. Na cobertura sobre a morte em Maceió, a imprensa sensacionalista se esbaldou, inventando as hipóteses mais absurdas. Irresponsavelmente, sem qualquer evidência, por exemplo, acusaram os seguranças de PC de o terem executado. Também deram vazão a um preconceito antinordestino arraigado. Diziam que só Badan Palhares poderia elucidar o caso. E, quando o legista deu seu veredicto, esconderam a descoberta de seus leitores.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Poder Judiciário

EDAIR JOSÉ CARNEIRO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DA 4.ª ZONA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Av. Osvaldo Aranha, 236 - Fone: 24-1675

Ajudantes { Edalmir João Carneiro
Sônia Maria Arioli Dapper
Avamiria de Oliveira MoraesOfício do Registro Civil das
Pessoas Naturais
da 4ª Zona de Porto Alegre
Nascimento, Casamentos e Óbitos
Av. Osvaldo Aranha, 236
OFICIAL
EDAIR JOSÉ CARNEIRO

CERTIDÃO DE ÓBITO

N.º 15.835.***

CERTIFICO que a fls. 119.*** do Livro C. - 115.*** de Registro de Óbito
foi lavrada o assento de TANIA CHANAN SIMON, *****falecido em 18.ª de junho.*** de 19.86;
às 02:30.*** horas no Hospital São Lucas, desta cidade, *****
do sexo feminino, *** de cor branca, *****, profissão comerciária, *****
natural de ste Estado, ***** domiciliado nesta cidade, *****
e residente na Avenida Protásio Alves, nº 584, apto. 322, *****
com 41 anos, ***** de idade, estado civil casada com Pedro Jorge Simon, ***filha de Salim Antonio Chanan, *****
profissão aposentado, ***** natural de ste Estado, *****
e residente *****
e de Candida Carvalho Chanan, *****
profissão do lar, ***** natural de ste Estado, *****
e residente em Encantado, neste Estado, ***

Foi declarante Eduardo Mazzarino, *****

O atestado de óbito foi firmado pelo doutor E Martha de Souza Coutinho, *****
que deu como causa morte Parada cardíaca respiratória, fibrilação ventricular,
infarto agudo do miocárdio, *****

Sepultamento: cemitério Ecumênico João Vinte e Três, local, *****

Observações: A finada era eleitora, deixou bens e deixa os filhos: Thiago e
Tomáz, o declarante ignora a existência de testamento. Assento foi lavrado
no dia 18/06/1986, *****

O referido é verdade e dou fé.

Porto Alegre, 12 de agosto.*** de 1996. - R\$6,80 - AAF

EDALMIR JOÃO CARNEIRO
OFICIAL AJUDANTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Poder Judiciário

EDAIR JOSÉ CARNEIRO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DA 4.ª ZONA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE
Av. Osvaldo Aranha, 236 - Fone: 24-1676

Ajudantes { Edalmir João Carneiro
Sônia Maria Arioli Dapper
Avarilla de Oliveira Moraes

Ofício do Registro Civil das
Pessoas Naturais
da 4ª Zona de Porto Alegre
Nascimentos, Casamentos e Óbitos
Av. Osvaldo Aranha, 236
OFICIAL
EDAIR JOSÉ CARNEIRO

CERTIDÃO DE ÓBITO

N.º 37.540 * *

CERTIFICO que a fls. 171vº do Livro C-94 * * de Registro de Óbito
foi lavrado o assento de MATEUS CHANAN SIMON, * * * * *

falecido em 27 de outubro * * de 1984
às 13:00 horas no Hospital São Lucas (ao dar entrada), nesta Capital,
do sexo masculino * *, de cor branca, profissão estudante, * *
natural deste Estado domiciliado
e residente nesta Capital na Av. Protásio Alves, 2.584 * *
com 10 anos de idade, estado civil * * *

filho de Pedro Jorge Simon, * *
profissão advogado * * natural deste Estado, * *
e residente no mesmo endereço supra referido, * *
e de Tania Chanán Simon, * * *
profissão do lar * * natural deste Estado, * * *
e residente no endereço acima referido, * *

Foi declarante João Rodrigues Barcellos Filho, * *
O atestado de óbito foi firmado pelo doutor a Ivone Soares da Silva (legista), *
que deu como causa morte hemorragia cerebral, consecutiva a múltiplas fraturas
de base do crânio por traumatismo crânio encefálico, * * *

Sepultamento: cemitério Eucumênico João Vitor a Três desta Capital, * *

Observações: O assentamento foi lavrado em 28 de outubro de 1984. **

Emolumentos R\$ 6,80

O referido é verdade e dou fé.

Porto Alegre, 12 de A G O S T O de 1996. - -

Edair José Carneiro

EDAIR JOSÉ CARNEIRO
Oficial Registrador

Folha Patrulhense**Morte do filho de Simon:****Escoteiros socorreram os feridos**

Um gesto de altruísmo foi demonstrado sábado, no começo da tarde, na auto-estrada Porto Alegre-Osório, quando um grave acidente de trânsito vitimou a família do Senador Pedro Simon, matando o pequeno Mateus, de apenas 10 anos de idade: como os carros não quiseram parar para socorrer os feridos, os escoteiros do Grupo Júlio de Castilhos, que estavam acampados na chácara do político Odone Pires, foram até à rodovia levar ajuda, sem saber quem eram as pessoas que estavam no carro. O chefe escoteiro Luiz Collar foi quem tomou Mateus nos braços e segundo o Padre Ermelin-

do Lottermann, que também é escoteiro, Luiz sentiu que o menino morreu em seus braços.

«Ninguém quis parar para socorrer as pessoas, talvez pelo temor de sujarem seus carros de sangue», denunciou o Padre na missa das 8h30min de domingo último na cidade alta. «Mas se soubessem que era a família do Senador Pedro Simon, teria mudado de atitude», desabafou o sacerdote. Lamentou o espírito de materialismo e individualismo que infelizmente tem a tomar conta do mundo moderno. Para ele, valores cristãos, como o es-

pírito de solidariedade, estão sendo rechaçados da vida moderna.

Os escoteiros que socorreram os feridos, tiveram que atacar um caminhão na auto-estrada para efetuar o transporte dos feridos ao Hospital São Vicente de Paula, em Osório. Os garotos estavam acampados na propriedade Odone e quase todos viram como ocorreu o desastre. No dia seguinte pela manhã, os meninos observaram muito luto por terem ficado muito abalados com a morte do garoto.

O carro acidentado, foi rebocado para a sede do Município.

Rápidas**Sepultado o filho do senador Simon**

A bem da verdade, a foto de Maluf, com um texto-legenda "ataques sistemáticos contra Maluf deixam a sucessão em ritmo de intranquilidade" nada tem a ver com minha opinião. Ela foi inserida indevidamente nesta coluna, não sei por quem, mas, certamente, um malufista. Acho, inclusive, que os ataques partem justamente do candidato Maluf. Tentaram malufar em meu nome. ★★ A dor que fere o senador Pedro Simon, nos ferem também. Choramos com ele a perda irreparável do querido Matheus, que conheci e que tristemente

vimos desaparecer. Mas que da memória do jovem Matheus acenda uma chama mais forte ainda no Pedro e que ele, cada vez mais e pensando no filho querido e até em sua homenagem, lute cada vez mais pela democracia deste País. E que os Matheus que habitam nossa pátria possam, um dia escolher seu futuro, ajudados por uma figura como a do Pedro. Choro com vocês, Pedro e Tânia. ★★ O JC não pára na luta em dar o melhor aos seus leitores. Agora o Adroaldo Streck que chega para falar de economia. Grande conquista. O JC é o

jornal que está do seu lado. Assine logo. Venha com a gente. ★★ Meu amigo, Jair Soares, governador atento, honesto e trabalhador, está sendo enganado por seus assessores. Faltou luz e água em S. Lourenço, domingo. A CEEE não avisou e hotéis e hospitais ficaram em dificuldades. A Secretaria de Imprensa do Palácio, ao que parece, serve como ajudante do serviço de segurança. Por que não avisaram a comunidade? Olho, Jair, estão te enganando. ★★ Antes que esqueça: não tenho medo de pressões, ameaças e coisa do gênero.

Filho de Simon morre em acidente

Uma capotagem na auto-estrada que liga Porto Alegre a Osório provocou sérios ferimentos em Tânia Simon, esposa do senador Pedro Simon, que foi internada no Hospital da PUC em Porto Alegre, junto com o filho mais moço do casal, Mateus Simon, de 11 anos de idade, que faleceu.

O acidente aconteceu às 13h de sábado, quando a mulher do senador junto com os três filhos viajava para o Litoral, dirigindo o automóvel Gol, placas GZ-0545, que na altura do quilômetro 22 capotou. Socorridos pelos

motoristas que passavam, os feridos foram levados até o Hospital São Vicente de Paulo em Osório, onde receberam os primeiros cuidados dos médicos. No entanto, face aos ferimentos de Tânia e Mateus, eles foram trazidos numa ambulância especial para a Capital, onde ficarão internados no hospital da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para uma melhor avaliação do estado clínico, e receber melhores cuidados médicos. O carro ficou totalmente destruído, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, do posto de Osório.

12 — GERAL — EDUCAÇÃO — Segunda-feira, 29 de outubro de 1984

Senador Simon perde filho em acidente

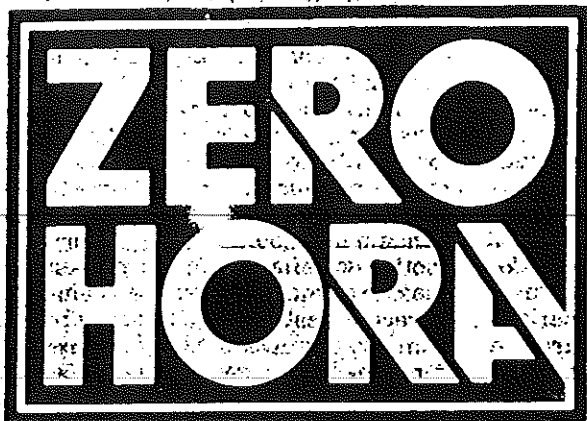
Da Sucursal de Porto Alegre.

Mateus, onze anos, filho mais velho do senador gaúcho Pedro Simon, do PMDB, morreu anteontem em consequência de ferimentos recebidos durante o capotamento do Gol placa GZ-0545 na rodovia que liga Porto Alegre ao litoral. O veículo era conduzido por sua mãe, Tânia Simon, que está hospitalizada com contusões generalizadas.

O carro desgovernou-se à altura do km 22, onde sinalização especial alerta para os riscos dos fortes ventos que atingem a rodovia às margens da lagoa dos Barros. As placas recomendam que os motoristas reduzam a velocidade na área. Tânia e três filhos dirigiam-se à praia de Rainha do Mar, onde o senador possui uma casa de vera-

neio. Este encontrava-se em Brasília e chegou a Porto Alegre ainda no sábado à tarde. O capotamento ocorreu às 14h mas Mateus morreu por volta das 17, quando deu entrada no hospital da Pontifícia Universidade Católica, na Capital do Rio Grande, para onde fora conduzido com a mãe. Eles haviam recebido atendimento de emergência no hospital São Vicente de Paula, na cidade de Osório, a 22 km do local do acidente.

Outros dois filhos do senador, Tomaz e Tiago, que viajavam no carro, também sofreram ferimentos e estão em observação. O estado mais grave, agora, é da mãe: Tânia sofreu hematomas em várias partes do corpo. Mateus foi sepultado ontem pela manhã, em Porto Alegre.



ANO XXI - DOMINGO, 28.10.84 - N° 6979
PORTO ALEGRE — Cr\$ 800

Filho de Pedro Simon morre em acidente

Tânia Simon, esposa do senador, dirigia o automóvel que capotou na free-way. Mateus, de 11 anos, não sobreviveu aos ferimentos. Tânia está ferida.
PAGINA 42

Política

Pedro Simon

HA mais de 20 anos conhece Pedro Simon e, ao longo desse tempo todo, teve oportunidade de acompanhar sua trajetória política na liderança e comando partidário, na campanha para o Senado e Piratini, esta várias vezes breçada quando ele era o favorito tranqüilo. No plano nacional, para onde foi levado pelo voto popular em 78, passou a ser figura de destaque e de confiança da cúpula do partido. Mas um ponto comum de toda sua carreira política foi sua força interior para vencer adversidades e conseguir superar, uma a uma, as dificuldades com que se deparava. Quem não se recorda de sua posição nos episódios em que a presença oposicionista esteve ameaçada de desaparecer do quadro político nacional, diante das teses de autodissolução e renúncia coletiva de 64 a 66? Os traumas causados pela punição de correccionários e mudanças na regra do jogo eleitoral, além de polémicas em que se viu envolvido? A tudo isso, o senador soube superar e sua formação pessoal sempre influiu para enfrentar os maus momentos e as surpresas da vida. Pois ele está passando, agora, novamente por uma adversidade, talvez a pior de todas. Sua capacidade para absorver, que passa neste momento pelo seu mais duro teste, está sendo posta à prova, mas os que o conhecem sabem que ele haverá de transpor mais esta quadra da vida. Claro que seu sofrimento, compartilhado pelos amigos, supera as asperidades do jogo político, mas quem sabe essa própria força interior de que fala e a guerra em que se viu envolvido durante tanto tempo não ajudaram a moldar uma estrutura capaz de fazer frente, também, às mais caras perdas? Todos esperam por isso.

12 — GERAL — EDUCAÇÃO — Segunda-feira, 29 de outubro de 1984

Senador Simon perde filho em acidente

Da Sucursal de Porto Alegre
Mateus, onze anos, filho mais velho do senador gaúcho Pedro Simon, do PMDB, morreu anteontem em consequência de ferimentos recebidos durante o capotamento do Gol placa GZ-0545 na rodovia que liga Porto Alegre ao litoral. O veículo era conduzido por sua mãe, Tânia Simon, que está hospitalizada com contusões generalizadas.

O carro desgovernou-se à altura do km 22, onde sinalização especial alerta para os riscos dos fortes ventos que atingem a rodovia às margens da lagoa dos Barros. As placas recomendam que os motoristas reduzam a velocidade na área. Tânia e três filhos dirigiam-se à praia de Rainha do Mar, onde o senador possui uma casa de vera-

nelo. Este encontrava-se em Brasília e chegou a Porto Alegre ainda no sábado à tarde. O capotamento ocorreu às 14h mas Mateus morreu por volta das 17, quando deu entrada no hospital da Pontifícia Universidade Católica, na Capital do Rio Grande, para onde fora conduzido com a mãe. Eles haviam recebido atendimento de emergência no hospital São Vicente de Paula, na cidade de Osório, a 22 km do local do acidente.

Outros dois filhos do senador, Tomaz e Tiago, que viajavam no carro, também sofreram ferimentos e estão em observação. O estado mais grave, agora, é da mãe; Tânia sofreu hematomas em várias partes do corpo. Mateus foi sepultado ontem pela manhã, em Porto Alegre.

A MORTE DO MENINO MATHEUS SIMON

Um dia de consternação para gaúchos de todos os partidos

Acidente fatal com o filho do senador Pedro Simon comprou o Estado

O filho mais novo do senador Pedro Simon, Mathews Chagas Simon, que completaria 11 anos no dia 15 de dezembro próximo, foi enterrado ontem, às 11h30, no Cemitério João XXIII. Um clima de dor e perplexidade marcou o ato fúnebre do enterro de Mathews, que faleceu vítima de um acidente automobilístico no quilômetro 23 da Fvsa-Way, estrada, da Ilhópolis. Políticos de todos os partidos, lideranças e autoridades da Executiva estadual compareceram ao ato, incluindo o governador do Estado, Jair Soares. Representou a executiva estadual do PMDB o secretário-geral, senador Afonso Camargo.

Já no tarde de sábado a notícia do acidente começou a ser divulgada, mobilizando as várias instituições da Capital e Interior, e, às 18h, quando o senador Simon chegou de Brasília, um grande número de psiquiatras e aguardava no aeroporto. Ele foi direto para o hospital da PUC, onde se encontravam hospitalizados sua esposa, Tânia, e seu filho Thomas, de 13 anos, entrando ambos fora de perigo, assim como Thiago (15 anos), que inclusive compareceu ao enterro de irmão. O abalo emocional de Simon em face da tragédia afetou todos, já profundamente entristecidos pelo desaparecimento de seu filho mais jovem. Inclusive porque ele sempre entusiasticamente era notícia de manchetes locais, tornando o trabalho das mãos de um assessor, em Brasília, ao ouvir a palavra "acidente", e o contato de pessoal judiciário, que ligava de Curitiba, detalhes do ocorrido. Ele chegou inclusive a falar com uma Tânia — que se encontrava comente — e em seguida desmaiou, sendo atendido em seu apartamento em Brasília pelo dr. Aspásio, um amigo que fazia uma visita.

No sábado, dando que o corpo de Mathews chegou à capital 18 do Cemitério João XXIII, no início da noite, grande número de pessoas dirigiu-se ao local, entre parentes, amigos, parlamentares e lideranças de entidades da sociedade civil. Assim, lá estiveram César Rogério Valente (presidente da Federação), e prefeito João Dill; e presidente da OAB/RS, Mariano Beck; e conselheiro do Tribunal de Contas e ex-secretário-geral do extinto MDB, Rosalino Belan; os dirigentes do PDT regional e nacional, Berene Chaves e Alois Collares; e líder do Governo na Câmara Federal, Nelson Marchezan; e senador Paulo Brumard e praticamente todos os deputados e vereadores dos diversos partidos que naquela noite se encontravam em Porto Alegre. O arcebispo de Porto Alegre, dom Cláudio Cel-

ling, também esteve no velório sábado à noite, juntamente com o bispo-auxiliar, dom Antônio Cheulche. Fazendo uma oração com os demais presentes junto ao corpo de Mathews, os lados de quem estava permanentemente a irmã do senador, Alice Simon Heuser, e o seu marido, Magrind Heuser.

Simon ficou praticamente toda a noite junto ao caixão de seu filho e a todos que procuravam consolá-lo ele apenas indagava: "Por que ele e não eu? Por que, se ele tinha apenas 11 anos?" Muitos parentes e dirigentes partidários permaneceram com o senador durante a noite. O ex-deputado Collares foi um dos que mais tempo permaneceu no velório, e isto era compreensível: ele era um dos que podia avaliar com exatidão a dor de Simon, já que há alguns dias também perdeu um filho em circunstâncias trágicas, num atropelamento.

Enterro

O enterro ocorreu às 11h30 da noite, após um breve ato de encomendação feito por dom Antônio Cheulche. O governador Jair Soares, que chegou às 18h, foi um dos que auxiliou a conduzir o caixão até o jazigo, juntamente com irmãos de Simon, o dirigente psiquiatra Brum Netto e outros. Estavam presentes, entre outros, o presidente regional do PMDB, Victor Faccioni; e líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa, Dilmar Machado; o presidente da Câmara Municipal, Waldir Fraga; e senador Amaral de Sousa; e chefe da

Casa Civil do governo do Paraná, Euclides Scalco; vários deputados federais do PMDB; praticamente todos os vereadores, deputados estaduais e federais do PMDB; o dirigente nacional do PT, Cláudio Ilgner; muitos prefeitos, como Bernardo de Souza, de Pelotas; dirigentes sindicais; e comandante da Brigada Militar, Antônio Odornis de Oliveira; os secretários de Estado Augusto Barthier (Segurança Pública), Germano Bonow (Saúde), João Jardim (Agricultura) e Loris Reali (Minas e Energia); Rubens Scheid, juiz do Tribunal Militar do Estado; ex-deputado Júlio Brumelli; os líderes da bancada e partidários do PMDB, Cesar Schirmer e Rosalino Netto; integrantes da Executiva, Alcides Saldanha, Odacir Klein, Brum Netto, Ruy Ostmann, André Forster e outros, além de dirigentes de setores partidários.

Muitos jovens, amigos de Mathews, além de seu irmão, Thiago, foram dar seu adeus, e entre as diversas corais de flores havia uma da Associação de Futebol da Grêmio, a qual ele integrava.

O ato de encomendação foi breve e enquanto parentes e amigos formavam uma corrente, dom Antônio Cheulche pediu a Deus que "a alma de Mathews, e qual leva o sinal de nosso batismo, seja recebida por Vós e encontre vossos louvores para sempre".

A seguir Simon e familiares, o irmão José, os irmãos e o filho Thiago, deixaram o local, seguidos por grande número de pessoas, e rumaram para o hospital da PUC, a fim de permanecer com dona Tânia e filhos.

Executiva se reúne, sem Simon

A Executiva Regional do PMDB reuniu-se hoje às 11h para dar prosseguimento ao trabalho partidário, na medida do possível, tendo em vista que todos se encontram profundamente abalados devido à tragédia que atingiu a vida familiar do senador Pedro Simon. É possível que não haja licenciamento formal do presidente do PMDB gaúcho, mas é certo que as próximas reuniões não contarão com sua presença. E o encontro de hoje não terá uma pauta definida, inclusive porque os dirigentes psiquiatras, como amigos pessoais do senador, ainda não absorveram o choque causado pelo acontecimento.

Outra, um dos temas comentados era o de que o acidente ocorreu justamente quando Simon cumpria um plantão partidário em Brasília, atendendo solicitação

dos demais dirigentes nacionais, que se encontravam em João Pessoa. Com esse plantão, o PMDB nacional iniciava uma sequência que se pretende manter pelo menos até a reunião do Colégio Eleitoral, a 15 de janeiro, mantendo-se em constante estado de alerta em face aos sintomas de que a provocação dos setores "da extrema-direita" vai aumentar, inclusive a nível de novos casuários.

Hoje a executiva estadual vai fazer uma avaliação do quadro, embora todos ainda estejam muito abalados com o acidente que vitimou um dos filhos do senador, reconhecendo um dos dirigentes partidários considerados fundamentais dentro do PMDB nacional, e agora temporariamente afastado, em face das circunstâncias.

Matheus chega com vida a Osório. Mas não resistiu

E MAIS.

O acidente com a família de senador Pedro Simon aconteceu no km 22 da auto-estrada Osório-Porto Alegre, quando tomou um trecho no qual parte da faixa se encontra em adensamento o carro Gel (locado pela Sul Drive) dirigido pela sra. Tânia Simon. Ela viajava com os três filhos — Thiago (que completava sábado 11 anos), Thomas (13) e Mateus (10) — para a praia de Rainha do Mar. O carro tomou uma das hipóteses e de que tenha furado um poço (diferença) e foi cair no vale que separa as duas faixas de free-way que se invadindo a contramão.

O acidente aconteceu na frente do sítio de um correio eletrônico do senador, Odono Pires, esvaziado em Santo Antônio da Patrulha e candidato a vice-prefeito no último pleito. Ele conta que estava estacionando seu carro no sítio quando viu a poeira e movimento anormal na pista, chegando ao local quando o chefe de um grupo esportivo de Santo Antônio, Luis Colar, conduzia um menino muito machucado tentando parar os carros. Odono se dispunha a levar os feridos para Santo Antônio, mas um carro particular se antecipou em conduzi-los para o Hospital de Osório.

Foi só então que, verificando os documentos dentro do carro, Odono lembrou-se de que se tratava da família Simon e de sua casa, em Santo Antônio, telefonou para o diretório regional do PMDB, transmitindo a informação.

Tânia e os meninos foram levados para o Hospital de Osório, onde no momento não havia condições para atendimento adequado. O pequeno Matheus ainda se encontrava com vida (dizem que não se lembrava o que tinha acontecido) e pouco depois uma ambulância da Prefeitura de Osório partiu com os feridos para Porto Alegre, em busca de socorro. Mas Matheus acabou não resistindo aos ferimentos, falecendo antes de chegar a esta capital.

Tânia segue na sala de recuperação do hospital

Tânia, esposa de Simon, permanece recolhida à unidade de cirurgia — sala de recuperação, do Hospital da PUC nesta capital, onde não recebe visitas. A esposa do senador foi gravemente ferida no rosto tendo sido submetida a duas intervenções cirúrgicas buco-faciais ainda na tarde e noite de sábado, sendo uma plástica, pois sua face foi bastante atingida na capotagem.

Outro filho do casal Simon que se encontrava no Gel acidentado, Thomas, de 13 anos, está internado no mesmo hospital, mas em estado de observação. Ele sofreu escoriações pelo corpo mas seu estado geral não chega a inspirar cuidados. É provável que ainda hoje Thomas saia do Centro de Tratamento Intensivo para um apartamento do Hospital da PUC, pois seu estado de saúde é considerado satisfatório.

Por outro lado as últimas informações dadas ontem pela equipe médica que atende Tânia Simon indicavam que ela deverá permanecer no bloco de recuperação provavelmente até quarta ou quinta-feira, quando será transferida a um apartamento. Seu estado geral, a exemplo do filho Thomas, igualmente não é grave.

Ontem o senador Pedro Simon, depois do sepultamento do filho Matheus, acompanhou o estado de saúde da esposa e do outro filho no hospital, sempre acompanhado do filho mais velho do casal, Thiago, 18 anos, que sofreu apenas pequenas escoriações no acidente.

O FILHO de dez anos do senador Pedro Simon, Mateus Chaman Simon, foi sepultado ontem em Porto Alegre. Ele morreu em um acidente ocorrido no sábado, em um carro dirigido por sua mãe, Tânia Simon. Ela precisou de cirurgia reparadora no rosto. Os outros dois filhos que estavam no veículo, que saiu da estrada e capotou, eram Tomás, de 12 anos, e Tiago, de 14, e praticamente nada sofreram.

**FORA DE PERIGO
TÂNIA E TOMAZ**

Tânia Simon, esposa do senador Pedro Simon, está fora de perigo. Também seu filho Tomaz, de 12 anos, poderá receber alta hoje. Estão no Hospital da Pontifícia Universidade Católica, onde se encontram desde às 15 horas de sábado, quando sofreram ferimentos no acidente de trânsito, na auto-estrada à 20 quilômetros de Osório. Um dos filhos, Mateus, faleceu a caminho de Porto Alegre e o mesmo foi sepultado ontem, às 11 horas, no Cemitério João XXIII. Ontem à noite, o médico Jaderson Costa da Costa, chefe do Serviço de Neurologia do Hospital da PUC, informou sobre o estado de saúde dos pacientes. Tânia Simon passa bem, após cirurgia recuperadora da face. Tomaz encontra-se bem, apesar de ter sofrido fortes lesões. Pode ganhar alta hoje mesmo. Tiago, o mais

velho dos três irmãos, nada sofreu e foi quem deu os primeiros socorros aos familiares atingidos pelo acidente. Tiago foi avaliado, indo para casa. Tânia Simon dirigia o automóvel que capotou, fazendo o trajeto Porto Alegre-Praia Rainha do Mar. O senador Simon encontrava-se em Brasília. Deslocou-se imediatamente para Porto Alegre para socorrer a família. Teve que ser medicado e permaneceu ao lado de Tânia e Tomaz no Hospital da PUC. Mais de mil pessoas presentes ao enterro de Mateus Simon, dentre elas o governador Jair Soares (que assistiu ao senador), ex-governador Amaral de Souza, Alceu Collares, Clóvis Ilgenfritz da Silva, Victor Faccioni, Dilamar Machado, prefeito João Dib e Euclides Scalco, representam o Governo do Paraná.

JORNAL DO COMÉRCIO

30/10/84

POLÍTICA

Tânia e Tomaz recuperam-se

Passam bem Tânia Simon e seu filho Tomaz, que continuam no Hospital da PUC. Tomaz já anda pelos corredores e Tânia recupera-se no Centro Cirúrgico. O senador Pedro Simon permanece no hospital, dando assistência aos seus familiares. O senador vem recebendo algumas visitas de amigos e correligionários.

ALGIR LORENZON

Algir Lorenzon, vice-líder do PMDB, em nome da bancada encaminhou o requerimento verbal para que a Assembléia envie à família do senador, vítima de acidente, que atingiu também seus outros filhos e sua esposa, D. Tânia. O deputado afirmou que a tristeza que todos partilham nesta hora faz parte dos "maus momentos por que todos nós passamos, em todo o elenco de nossas atividades e que sempre, mas sempre mesmo, atinge nossos familiares." Lorenzon lembrou que são muitos os homens públicos que sofreram traumas como o que está sofrendo o presidente regional do PMDB e sua família, que o comparecimento de personalidades políticas e de outros setores do Estado mostram que Pedro Simon dispõe de um bom relacionamento com todos os integrantes do parlamento, que independentemente das suas cores partidárias, que reconhecem no senador um dos grandes nomes do Rio Grande do Sul.

A bancada do PDT, através de Olímpio Albrecht e a bancada do PDS, através de Nestor Schneider se associaram a esta manifestação.

VALDOMIRO LIMA

O dia 28 de outubro, dia do funcionalismo público, passou em brancas nuvens, afirmou Valdomiro Lima, numa comunica-

ção de líder, do PDT. Para o deputado, o dia seria indicado para dar uma notícia boa para os funcionários, que satisfizesse alguma das suas reivindicações. No entanto, nada aconteceu e os funcionários terão que continuar lutando pela solução dos seus problemas.

O líder do PDT solidarizou-se com a classe e registrou, especialmente, os que fazem parte da categoria e que trabalham na Assembléia, ajudando no andamento dos processos e funcionamento dos departamentos.

Valdomiro Lima desculpou-se por não falar com mais entusiasmo, até porque os problemas do funcionalismo são imensos e porque o Estado está de luto com o falecimento do filho do senador Pedro Simon. O deputado afirmou que num momento como este não há palavras para consolar a dor de um pai, mas pediu a Deus que ilumine este ilustre homem público do Rio Grande e do Brasil, para que ele possa continuar na sua luta, que é semelhante a nossa.

RUBI DIEHL

O deputado Rubi Diehl, em nome da bancada do PDS, também trouxe "solidariedade à família Pedro Simon, pelo triste evento, ocorrido no sábado, em que um dos seus filhos faleceu e que sua esposa se encontra, ainda, ferida. Certamente - considerou Diehl -, a maioria não saberá avaliar a dor que está sentindo o senador Pedro Simon, a dona Tânia e os irmãos do pequeno Matheus".

Desejo, sem nenhuma preocupação de ordem partidária, e lógico, participar daqui de viva-voz, reiterando, aliás, o que já foi feito, ao senador Pedro Simon e aos seus familiares, os nossos pesames muito sentidos, muito sinceros, formulando votos de que Deus o ajude e, também, a toda família, a superar essa passagem difícil".

O deputado Rubi Diehl disse, ainda que o senador Pedro Simon pode estar certo de

que tem amigos, mesmo entre os que são seus adversários políticos, que, nesta hora", partilham a grande dor que, certamente, está sentindo".

PORFÍRIO PEIXOTO

O deputado Porfírio Peixoto, do PDT, manifestou sua "solidariedade ao senador Pedro Simon" pelo falecimento de seu filho, lembrando ser o presidente do PMDB no Rio Grande do Sul, "um homem apegado à família e aos amigos".

RUY OSTERMANN

O deputado Ruy Ostermann (PMDB) fez uma reflexão sobre a atividade política e as exigências que daí decorrem. Disse se obrigar a isso, a partir da constatação de que "o homem vitimado se insurgia contra o homem público que é, por entender que uma tarefa do político tinha impossibilitado que ele cumprisse rigorosamente com as tarefas de das quais nunca abriu mão: de ser também um pai de família". Mas o parlamentar observou que esta é a sina dos políticos, "somos destinados a não ter lugar certo para as coisas, a estarmos em muitos lugares, e de repente, a não estarmos no lugar certo. Somos assim e não podemos deixar de ser. O senador Pedro Simon sabe bem que é assim, e que nenhuma culpa ele leva, porque nenhuma culpa nenhum de nós levaria, se fosse acometido da mesma incerteza, da mesma dor, e tivesse que, de repente, fazer esta reflexão já não mais sobre política, mas sobre o modo como todos somos políticos".

Ostermann disse que desejava falar da fragilidade da democracia brasileira, mas pensa ter feito algo legítimo ao refletir um pouco "sobre a atividade que exercemos", e sobre a qual poucas vezes, temos tempo de perguntar: "é importante?" Creio que o é", concluiu.

comew Bunk'elam. 29/10/84

Filho de Simon sepultado no Sul

Porto Alegre — Foi sepultado às 11 horas de ontem, no cemitério ecumênico João XXIII, com grande acompanhamento, o menino Mateus Chamam Simon, de dez anos, filho do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele morreu sábado à tarde, víti-

ma de traumatismo craniano, quando o carro Gol que era dirigido por sua mãe, Tânia Simon, saiu da pista e capotou, no KM 22 da BR-290, que liga Porto Alegre ao litoral.

Um grande número de políticos esteve presente ao cemité-

rio, entre eles o senador Afonso Camargo, secretário-geral do PMDB; o governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares; o presidente do PDS-RS, deputado Federal Victor Faccioni, e representantes do PDT e do PT.

segunda-feira, 29/10/84 □ 1º caderno □ 5

Mulher de Pedro Simon se recupera

Porto Alegre — Continua internada em unidade de tratamento intensivo, mas já sem risco de vida, Tânia Simon, mulher do Senador Pedro Simon, vice-presidente nacional do PMDB e presidente regional do partido. Tânia foi vítima de um acidente de carro na tarde de sábado, quando ia com os filhos para a praia, no

litoral gaúcho. Também está em recuperação o menino Tomaz, 12 anos, filho do casal, que sofreu traumatismo craniano.

Cerca de 1 mil pessoas — políticos de todos os partidos, o Governador Jair Soares, o ex-Governador Amaral de Souza, o Secretário Nacional do PMDB, Deputado Afonso Camargo, e representantes de governos pemedebistas — compareceram ao enterro, pela manhã, do menino Mateus, 11 anos, que morreu no acidente. Bastante abalado, o Senador Pedro Simon chegou a necessi-

tar de atendimento médico durante o velório do filho.

EMOÇÃO

Durante longo tempo, ao lado do caixão, na capela 10 do Cemitério Ecumênico João XXIII, o senador permaneceu abraçado ao Governador Jair Soares, seu adversário político desde as eleições estaduais de 1982. Entre as dezenas de cartas enviadas, estavam a do Governador Leonel Brizola e Dona Neuza e a dos alunos da escola de futebol do Grêmio, onde Mateus jogava. Muitos curiosos se aglomeravam nas

galerias do cemitério, acenando para o cortejo que passava.

Foi Tiago, 14 anos, filho mais velho de Simon e Tânia e o único a sofrer apenas ferimentos leves, quem primeiro socorreu a mãe e os irmãos. Ele os retirou do carro e ainda ajudou a serem transportados para o Hospital São Vicente, no município de Osório, onde receberam os primeiros socorros. Mateus morreu quando era transportado para a capital. Tânia sofreu diversos ferimentos no rosto, deslocamento do maxilar e fraturas, mas passa bem.

Esposa de Simon recupera-se bem

Segundo boletim médico divulgado ontem pelo Hospital da PUC, a esposa do senador Pedro Simon, Tânia, que sofreu acidente automobilístico sábado passado, "fez exames de rotina pela manhã. Seu estado clínico é bom, devendo permanecer internada". Quanto ao filho Thomas, que também se encontrava hospitalizado, teve alta ontem e já retornou à sua residência, enquanto o senador Simon permanece no hospital até Tânia se recuperar e ter alta. Segundo a funcionária do hospital que deu a informação, o boletim foi expedido pelo neurologista Jaderson Costa.

A Executiva Estadual do PMDB foi ao hospital da PUC prestar solidariedade ao senador Pedro Simon, que perdeu seu filho mais jovem no acidente ocorrido no sábado. Simon ainda se encontra muito abalado e sendo tratado com sedativos. A visita durou cerca de 40 minutos e durante esse tempo, segundo um membro da Executiva, não foram abordados temas políticos. Os dirigentes partidários conversaram com o senador numa ante-sala do quarto onde se encontra Tânia, que está consciente e na ocasião recebia visita de familiares. Os líderes da bancada do partido

acompanharam o grupo visitante na condição de membros da Executiva. Hoje, será a vez da bancada visitar o senador e sua esposa no hospital da PUC.

Por outro lado, o vice-presidente do PMDB, Alcides Saldanha, informou na Assembleia que o partido manterá suas atividades já programadas, apesar do ambiente de consternação, mas como uma maneira de homenagear o Senador Simon, "que, atravessando um momento extremamente difícil, vê o partido dar continuidade ao que ele próprio estabeleceu".

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Emília Fernandes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa Diretora presta total solidariedade a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra a nobre Senadora Emília Fernandes, para uma comunicação inadiável.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me que nesta tarde trouxemos – sem nenhuma combinação prévia – questões carregadas de sentimento e de emoção, como a que acabamos de assistir no pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Peço a atenção das Sr^{as} e Srs. Senadores para um assunto que tem trazido à reflexão e ao debate diversos grupos de pessoas e Parlamentares, organizações não-governamentais e vários movimentos ligados às mulheres. Gostaria que esta Casa se somasse a esse sentimento, buscando algumas alternativas para encontrarmos uma solução. Refiro-me a um assunto relacionado a uma brasileira chamada Lamia Maaruf Hassan, que há 10 anos e três meses foi presa e condenada à prisão perpétua por um tribunal militar de Israel.

No último Acordo de Paz, assinado em setembro de 1993, na Casa Branca, nos Estados Unidos, entre árabes e israelenses, ficou estabelecido a libertação das prisioneiras.

É importante destacar que a libertação dos prisioneiros e, particularmente, das prisioneiras é um ponto fundamental das iniciativas adotadas para se criar uma atmosfera positiva na implementação mais global do Acordo.

O Acordo de Paz reza, em seu Artigo 16, que a libertação dos prisioneiros e detentos será implementada em três fases, sendo que a primeira delas é a imediata libertação de todas as palestinas presas e detentas.

Em outubro passado, anunciou-se a libertação de todas as prisioneiras, mas, na última hora, o governo de Israel se negou a libertar Lamia, apesar de diversas iniciativas nesse sentido, bem como se negou a libertar cinco prisioneiras acusadas de estarem envolvidas em "crimes de sangue".

Em face da restrição imposta por Israel às condenadas, inclusive a Lamia, as demais prisioneiras, mais de vinte, recusaram o indulto em solidariedade às companheiras excluídas.

Recentemente, na primeira reunião entre palestinos e israelenses, com o novo governo eleito, anunciaram a retomada das negociações que envolvem a libertação das prisioneiras.

A libertação de Lamia tem sido alvo de uma intensa campanha nesses últimos anos, que tem envolvido diversos setores da vida política nacional, particularmente as organizações femininas.

Inclusive, recentemente, a Bancada Feminina no Congresso Nacional encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministro Luís Felipe Lampieira, manifesto em favor da libertação de Lamia.

A Embaixada brasileira, por sua vez, também tem acompanhado o caso e, especialmente, tem intercedido por Lamia, através de diversas iniciativas junto ao Governo de Israel e também de apoio pessoal.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa comunicação é mais no sentido de se fazer um apelo. Na condição de integrante da Comissão Parlamentar Brasil-Israel, faço um apelo especial a esta Comissão, que tem por objetivo o fortalecimento entre Brasil e Israel, tanto na área política quanto na social, na cultural e, sem dúvida, na área diplomática. Faço também um apelo ao Presidente da nossa Comissão, o ilustre Senador Bernardo Cabral, para que S. Ex^a, por intermédio da nossa Comissão, se manifeste no sentido de que este acordo seja cumprido. Estamos dando, por meio deste gesto, o exemplo vivo do repúdio à violência, ratificando a nossa posição em defesa da paz e da união entre os povos.

No mesmo sentido, quero registrar que estou encaminhando uma correspondência à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional solicitando a esta Comissão – da qual também sou membro titular – que se manifeste no sentido de se juntar a nós nesta campanha em favor da agilização do processo de libertação da Lamia.

Além dos seus contornos políticos, a libertação de Lamia deve também ser vista como um gesto de humanidade, de consideração com seus familiares, especialmente com a sua filha, Patrícia, hoje, com 11 anos de idade e afastada da sua mãe.

Esta é uma posição, Sr. Presidente, que registro em nome da bancada feminina do Congresso Nacional, porque entendemos que, no momento em que todos nós envidamos esforços no sentido de que os acordos internacionais sejam cumpridos, será uma forma de estarmos trabalhando em prol do reconhecimento, da integração, da solidariedade e,

acima de tudo, em prol da paz e da justiça para o mundo. Muito obrigada.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, ao senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de ter sido citado pela eminente Senadora Emilia Fernandes e não ter podido apartear-se, porque S. Ex^a usava da palavra para uma breve comunicação, quero registrar a minha solidariedade e a minha contribuição ao que aqui foi manifestado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, para uma breve comunicação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero solidarizar-me com o Senador Pedro Simon; cedi o meu tempo a S. Ex^a. Fiz-lhe, portanto, uma homenagem prévia, para que S. Ex^a pudesse mostrar, aqui, todo o seu sentimento com relação a essa notícia maldosa, perversa, inverídica e injusta.

A solidariedade do Plenário, por si só, já diz do apreço, da amizade que todos nós temos para com S. Ex^a. Pretendo em um outro dia fazer uma avaliação do trabalho da imprensa com relação à cobertura da morte do PC Farias, até para que a imprensa possa refletir sobre a maneira como ela se conduz em determinados momentos.

Peço ao Sr. Presidente, dada a exigüidade do tempo, que dê como lido o meu pronunciamento que aborda o chamado Projeto de Irrigação Jaguaribe/Apodi, no Estado do Ceará. Há necessidade não só da conclusão das suas obras, mas de uma gerência que possa fazer com que, realmente, sejam realizadas as finalidades para as quais foi concebido e em parte construído.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para comunicação inadiável.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que me impele a fazer

essa comunicação é a angústia do setor pesqueiro brasileiro, que envolve diretamente cerca de 700 mil pessoas e que enfrenta hoje a maior crise da sua história.

Temos um País com uma costa de 7.367 quilômetros e, infelizmente, se encontra no 33º lugar do **ranking** mundial na atividade da indústria pesqueira, mas que, pelo seu potencial, deveria estar entre os dez primeiros. Com a extensão territorial das nossas costas, onde o pescador sem infra-estrutura, sem o apoio que deveria receber, praticamente não consegue competir com os países que mais se dedicam a este mister.

Eu pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considerasse como lida esta comunicação, agradecendo desde já pela tolerância.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Ofício enviado pela Fed. dos Sind. e Associações de Produtores e Distribuidores de Pescados no Brasil e qual nos dá conta que o setor pesqueiro, que no Brasil envolve diretamente cerca de 700 mil pessoas, está enfrentando hoje a mais grave crise de toda a sua história.

Na verdade, é uma crise que se arrasta há muito tempo. Ao longo dos últimos anos, o setor de pesca vem reduzindo suas atividades no Brasil embora este País possua uma costa de 7.367 quilômetros. E, em todo esse litoral, nosso domínio territorial se estende por duzentas milhas marítimas sem se defrontar com os mares de países vizinhos.

Vejamos alguns números relativos à pesca no Brasil e no mundo. Estima-se que hoje a produção mundial de pescado seja da ordem de cem milhões de toneladas/ano, contra 70 milhões de toneladas de carne de porco, 52 milhões de toneladas de carne de gado e 42 milhões de toneladas de aves. Enquanto isso, a produção brasileira de pescado está estimada em apenas 740 mil toneladas/ano. Ou seja, respondemos por menos de um por cento da produção mundial embora contemos, por exemplo, com 3 por cento da população do planeta. O consumo médio **per capita** no Brasil é de quatro quilos de peixes por ano, enquanto no mundo toda essa média sobe para dezoito quilos. O Brasil ocupa hoje a trigésima terceira posição no **ranking** mundial dos países que mais pescam, mas deveria, pelo seu potencial, estar entre os dez primeiros.

Analisemos agora alguns dos motivos que levaram à derrocada do nosso setor pesqueiro, que, é bem verdade, nunca teve a pujança que poderia ter, considerado o nosso litoral. Antes de mais nada, é preciso levar em conta que, atualmente, os barcos brasileiros pagam trezentos e sessenta dólares pela tonelada de óleo diesel marítimo que consomem, enquanto na Argentina a tonelada desse mesmo combustível custa duzentos dólares e no Uruguai apenas cento e sessenta e nove dólares.

Só esse fator já basta para anular a competitividade da nossa produção. Mas, além disso, nossos pescadores pagam um grande número de tributos que não são cobrados nos países vizinhos. Há também um claro desinteresse por parte das autoridades nacionais, que nunca quiseram encarar de frente os problemas da pesca. Podemos considerar ainda que, descapitalizado,

porque não conta com linhas especiais de crédito, o setor há muito não renova sua frota nem atualiza seus equipamentos.

Dentro de um quadro desses, é lógico que estejam aumentando nossas importações de pescado, já que o produto vem do exterior por um custo muito menor. E, assim fecha-se um círculo de ferro em torno dos nossos pescadores.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, para tentar superar esse grave problema, em São Paulo está surgindo a Frente Parlamentar paulista para a Pesca e Aquicultura, a que tenho a honra de pertencer. Nosso objetivo é resgatar aqueles milhares de pescadores – desde os que atuam de forma artesanal até os que trabalham em barcos modernos – que hoje estão passando por dificuldades. Queremos também lutar pelas nossas empresas de pesca, em todo país que se encontram totalmente desprotegidas diante da competição internacional, uma vez que não existe no Brasil política de amparo ao setor, nem ao menos linhas de crédito para financiar o aparelhamento das empresas.

O que se quer, acima de tudo, é que o Brasil saia da atual situação de apatia diante dos percalços enfrentados pelo setor de pesca. Vamos exigir do Governo Federal uma atitude concreta diante desse problema. Queremos linhas de crédito para a aquisição de embarcações, bem como dos equipamentos modernos necessários à prática de uma pesca eficiente e rentável.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

São Paulo, 26 de Julho de 1996

Exmo. Sr.

Romeu Tuma

D. D. Senador

Brasília – DF

Senhor Senador

O setor pesqueiro, que envolve direta e indiretamente milhões de pessoas, está passando pela pior crise de sua história em todo o País. Quando poderia estar contribuindo de modo mais amplo e efetivo para minimizar os problemas alimentares, oferecendo proteínas naturais para a população, vem se debatendo com problemas cruciais à sua sobrevivência. Para citar alguns aspectos: o produtor nacional de pescados paga o maior preço do mundo pelo óleo diesel marítimo (US\$ 360/ton. enquanto o custo é de US\$ 169/ton. no Uruguai e de US\$ 200/ton. na Argentina); paga um grande número de tributos dos quais outros países como Argentina, Uruguai, por exemplo, estão isentos; paga elevadas taxas para importação de insumos básicos. Também não conta com nenhum crédito efetivo embora este esteja previsto na Constituição Federal, ou estímulo do Governo que funciona como controlador da atividade pesqueira. Nos tempos atuais, exatamente pelos incentivos oferecidos pelos governos de outros países, as importações de pescados industrializados e mesmo in natura vêm aumentando notavelmente, agravando ainda mais a situação já precária dos produtores nacionais que estão perdendo o poder de competitividade no mercado interno.

Considerando a importância do Congresso Nacional nos destinos do País, e a exemplo do que já acontece com parlamentares federais do Sul, que já constituem uma ativa Frente Parlamentar da Pesca, gostaríamos de contar com sua participação numa Frente Parlamentar Paulista para a Pesca e Aquicultura, cuja atuação iria beneficiar milhares de produtores, desde os artesanais que atuam em colônias aos empresários do setor (da captura à industrialização, da captura ao consumidor final), assim como, em última análise, a população em nome da qual e para a qual é exercida a atividade pesqueira.

Instituída a referida Frente, os assuntos relativos à pesca seriam canalizados pela nossa entidade e pelas nossas associadas (abaixo relacionadas) e conduzidos através dos seus integrantes, com nosso total apoio e acompanhamento.

Senhor Parlamentar, é hora de a pesca ser lembrada e reconhecida como atividade sócio-econômica importante para o País. É hora de sairmos da contramão da história e fazermos como aqueles países que incentivam e promovem a criação/manutenção de empregos, o suprimento de um alimento rico à população e, também, como é o caso do Chile, por exemplo, a entrada de divisas com a exportação de pescados.

Certos de contarmos com sua sensibilidade de homem público, aguardamos suas manifestações no sentido de integrar a Frente Parlamentar Paulista para a Pesca e Aquicultura, de modo que, no prazo mais breve possível, possamos nos reunir para estabelecer as bases de um trabalho em benefício do próprio País.

Aproveitamos para manifestar nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração. – Jiro Yamada, Presidente.

Entidades Associadas

Sindicato das Indústrias de Pesca do Estado de São Paulo

Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo

Sindicato da Indústria de Pesca de Itajaí – Santa Catarina

Cooperativa Mista de Pescas Nipo-Brasileira

Associação Profissional das Empresas de Pesca do Estado de São Paulo

Associação dos Produtores de Pesca da Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro

Associação dos Comerciantes Atacadistas de Pescados do Estado de São Paulo

Associação dos Comerciantes Varejistas de Pescados do Estado de São Paulo

Associação Brasileira de Culinária Japonesa

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Os Srs. Senadores Júlio Campos e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos submetendo à deliberação superior dos Srs. Congressistas projeto de lei objetivando, em síntese, a supressão do inciso VI, do parágrafo 2º, do artigo 171, do Código Penal, assim redigido:

Art.171.
§2º

VI – Incide em crime de estelionato aquele que emite cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhes frustra o pagamento.

Definindo, como se vê, a emissão de cheque sem fundo como crime de estelionato, esta disposição, de fato, mostra-se envelhecida, ultrapassada e, por isso mesmo, injusta, à semelhança de outras tantas do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que aprovou a codificação das normas penais ainda hoje prevaletentes.

Especialmente em nossa economia, onde o cheque assumiu características de moeda e de ins-

trumento de crédito, a emissão de cheques sem fundo deve ser tratada apenas como ilícito civil.

Deve-se acrescentar que o nosso Código Penal tipifica como crime de estelionato o recurso à fraude nos pagamentos por meio de cheque, o que geral não se configura, responsabilizando pelo fato delituoso o indivíduo que, em qualquer caso, "emite cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado; ou lhes frustra o pagamento", como vimos há pouco.

A penalidade a ser aplicada ao emitente, no caso assinalado, é a de reclusão de um a cinco anos, acrescida de multa, sem embargo de se admitir, nas hipóteses de cheque de pequeno valor e de o réu ser primário, que o magistrado limite a condenação à sanção pecuniária e à substituição da pena de reclusão pela de detenção.

Conforme esclareceu, recentemente, o Juiz Roberval Casemiro Belinati, da Terceira Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, devolvido o cheque, o credor, de hábito, transfere o título para um escritório de cobrança. Esse, não conseguindo receber, oferece representação criminal por estelionato contra o emitente à Delegacia de Polícia e, ao mesmo tempo, ajuíza ação de cobrança ou de execução, no juízo civil.

Mobiliza-se, assim, o aparelho do Estado contra o faltoso: a delegacia instaura o competente inquérito policial e o Poder Judiciário dá consequência à ação executiva impetrada. Insatisfeita a primeira exigência, o inquérito é encaminhado ao Ministério Público, para oferecimento de denúncia contra o emitente, iniciando-se a ação penal para apurar o crime de estelionato.

Tem-se aí que o emitente, afinal, acaba sendo processado duas vezes, uma na vara cível e outra na vara criminal.

É normal acontecer que o emitente efetue o pagamento do cheque devolvido durante a ação penal. Nesse caso, a solução produzirá efeito somente no juízo cível, onde corre a ação de cobrança, que será extinta. O mesmo, entretanto, não ocorrerá com a ação penal. Depois de instaurada, ela deve ir até à sentença final, com a absolvição ou condenação do emitente, uma vez que o pagamento do cheque somente autorizará o juiz a atenuar a pena.

Acontecendo a quitação antes do recebimento da denúncia, o inquérito será arquivado, porquanto não mais haverá justa causa para a ação, o que deveria ocorrer durante a ação penal, fosse esse o entendimento da jurisprudência dominante. Identifica-se aí uma incoerência, haja vista o fato de que o interesse maior da vítima não é recolher o emitente do

cheque sem fundo à cadeia, mas unicamente receber o que tem a seu crédito.

Preocupam-se os juízes com o fato de que, somente no mês de maio de 1995, foram devolvidos um milhão e quatrocentos e onze mil cheques sem a devida provisão de fundos, segundo os apontamentos da Centralização de Serviços de Bancos. Isso representa 0,415 por cento do total compensado e corresponde à maior taxa do último decênio. Somente nos primeiros cinco meses do ano citado foram devolvidos mais de seis milhões de cheques sem fundo, configurando um número assustador.

Pergunta-se, então, como ficaria a situação do Poder Judiciário e da Polícia se todas as pessoas prejudicadas quisessem processar por estelionato os emitentes daqueles seis milhões de cheques? A verdade é que não há estrutura física nem para receber cinco por cento desse montante. Todavia, de acordo com a lei vigente, as pessoas que receberem cheques sem fundos podem procurar a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário para processar criminalmente os emitentes que não lhes honraram o pagamento.

Esse cenário demonstra que o problema é gravíssimo, principalmente agora que o cheque passou a ser utilizado como moeda. A realidade é que as varas criminais e a polícia não estão preparadas para enfrentar o crescente problema.

Assim, para desafogar as varas criminais e os cartórios policiais que estão recebendo diariamente milhares de reclamações e de ações devidas a cheques sem fundos, a solução imediata seria a revogação do inciso VI do parágrafo 2º do artigo 171 do Código Penal, para pôr fim ao estelionato-cheque e determinar que a simples devolução de cheque sem fundos somente configuraria ilícito civil, a ser reparado pelo juízo cível.

Comprovado que o agente utilizou-se de cheques sem fundos para aplicar golpes, para enganar as pessoas, o crime de estelionato continuaria existindo nessa modalidade, mas seria enquadrado no **caput** do artigo 171 do Estatuto Repressivo.

Tão-só a alegação de que recebeu cheque sem fundos não garantiria o direito de processar o emitente pelo estelionato, exigindo-se, primeiro, instrumento de prova quanto à existência de golpe ou de fraude por meio de cheque.

Por outro lado, a revogação do estelionato-cheque aumentaria a responsabilidade e o cuidado de quem recebe cheques e obrigaria o Governo a agir com maior rigor contra os emitentes, de má fé, de cheques sem fundos.

Continuando como está, não vai demorar muito e as Varas Criminais e a Polícia haverão de estar

ocupadas, a maior parte do tempo, somente com as ações de estelionato-cheque, em prejuízo da apuração dos crimes graves.

Devemos acrescentar, finalmente, em abono da proposição, que a média altíssima de cheques compensados, a partir da implantação do Plano Real, e, conseqüentemente, o crescimento extraordinário do número daqueles devolvidos por insuficiência de fundos, tem estreita ligação com o uso cada vez maior do cheque pré-datado uma instituição nacional. Segundo informes da Centralização dos Serviços Bancários Serasa, eles representam hoje mais da metade dos cheques emitidos no País.

Pois, no Brasil, a população empobrecida está afastada dos mecanismos regulares de crédito e as empresas, à míngua de capital de giro, não têm como financiar as vendas. Então, num notável exercício de criatividade, instituiu-se o pré-datado, que aqui exerce a função de título representativo de compra a prazo, enquanto no resto do planeta todo cheque preserva a condição de instrumento de troca à vista.

Conseqüentemente, é por inteiro defensável que o cheque pré-datado, oferecido à compensação em data antecipada à do vencimento combinado, não pode ensejar o apenamento do emitente, por crime de estelionato, no âmbito do Direito Penal.

A proposição, até por força da argumentação expendida, contará, decerto, com o amplo acolhimento dos membros de ambas as Casas Legislativas, e com a subsequente sanção presidencial, posto que intenta atualizar as normas reguladoras das trocas de valores mediante cheque, tornando-as consentâneas com os procedimentos consagrados pelo uso comum das pessoas, em geral inocente, e que, não obstante, vem sendo injustamente apenado como dos mais graves ilícitos da lei penal.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o jornal **O POVO**, de Fortaleza, publicou recentemente uma reportagem sobre a precariedade em que se encontra o Projeto de Irrigação Jaguaribe – Apodi, no Ceará, e em editorial intitulado "Salvemos o Projeto", que pedia o fim da acomodação e da convivência.

As informações que dão conta da inadimplência de um projeto de irrigação recente, de alto custo, com modelo inovador, impactaram na sociedade cearense, provocando uma ampla discussão em fóruns de parceria Governo e Sociedade, através do Pacto de Cooperação e do Conselho de Desenvolvimento Sustentável.

Para dar embasamento às minhas idéias, a propósito de questões de recursos hídricos e irriga-

ção no semi-árido, onde se insere o problema do Apodi, vale pontuar que com o processo de globalização e a retirada de subsídios e incentivos, muitos produtos agrícolas no Brasil enfrentam dificuldades naturais e, necessitam, por conseguinte, ser equacionados através do vetor competitividade.

A cultura do trigo e a pecuária de leite estão ameaçadas pelas atuais vantagens comparativas de países do MERCOSUL, e a bananicultura atravessa uma grande crise devido a sobrevalorização do real, o que inviabilizou as exportações, apenas para citar alguns exemplos.

Se tais fatos acontecem nas regiões mais ricas do País, o que pensar sobre a atividade agrícola nordestina, principalmente aquela desenvolvida no semi-árido?

Parece claro que nesta região vai ser muito difícil reter a maior parte da população que vive à base da agricultura de subsistência não irrigada. Conforme constatado no Habitat II, o homem só permanecerá no campo se usufruir das mesmas e até de melhores condições que consegue obter nas cidades, para onde está migrando em número cada vez mais expressivo.

Essas reflexões vêm à propósito da necessidade do semi-árido encontrar sua verdadeira vocação, que possa ser desenvolvida em condições de concorrência efetiva com a agricultura moderna, que é praticada em países de clima semelhante, através da agricultura irrigada e de elevados níveis de tecnologia.

É consenso que o semi-árido tem que explorar, de forma inteligente, sua vocação para uma agricultura capitalista, à base da irrigação e com a exportação de produtos nobres, aproveitando a entressafra de outras regiões do mundo.

Essa constatação nos remete a outro questionamento. Por que, depois de cinquenta anos de implantação de obras de açudagem e mais recentemente de instalações de projetos de irrigação, ainda não se construiu, com a possível exceção de Petrolina-Juazeiro, uma economia no semi-árido nordestino baseada na produção e exportação de produtos nobres, como acontece em áreas como a Califórnia, Israel, Chile e outros países, até mesmo no mundo subdesenvolvido?

Vamos por partes. Devemos reconhecer que as nossas intervenções na área de recursos hídricos, talvez devido a falta de tradição cultural como tinham os chineses, incas e aztecas, constituíram-se em poucos sucessos e sobras de equívocos.

Em um primeiro momento, iniciado em 1945, o DNOCS optou pela solução hidráulica e construiu

295 grandes barragens com capacidade de acumulação de cerca de 16 bilhões de metros cúbicos de água. Embora pareça um esforço gigantesco, e ele o é, falta ainda ativar 50% do potencial hídrico para construção de barragens.

A lógica seria que, com este grande volume de água armazenada e com alguns rios perenizados, os problemas oriundos das secas seriam resolvidos ou atenuados, com uma ampla oferta de abastecimento d'água para a população e um incentivo para que os agentes econômicos iniciassem a irrigação das terras aptas.

Essa tese revelou-se falha na medida que em virtude da falta de obras complementares, tais como as adutoras, a água para abastecimento humano ficou concentrada em algumas áreas, restando grandes vazios hídricos, cuja população migrava em épocas de escassez.

Com relação à irrigação, neste primeiro momento – fase hidráulica –, por falta de tradição cultural e de um programa de atração de investidores com experiência, a irrigação ficou reduzida, grosso modo, à cultura de vazantes ou às margens dos rios perenizados, e por falta de técnicas adequadas acabou por salinizar algumas áreas dos chamados aluviões, solos pesados próximos aos cursos d'água. Além disso, a eletrificação, que poderia viabilizar a massificação da irrigação, não foi feita na escala desejada, e hoje parte das águas acumuladas correm para o mar, vez que a irrigação à base de combustíveis fósseis é muito cara e especialmente complicada.

Outro fato constatado é que em anos continuados de secas, mesmo os grandes açudes chegavam a secar, não oferecendo aos agentes econômicos garantias para suas atividades. E não se implementou obras de interligação de bacias e de transposição, como a do rio São Francisco, que poderiam resolver definitivamente o problema da oferta permanente d'água à população e aos agentes econômicos.

Portanto, o que se vê até agora são obras feitas pela metade, sem as complementações necessárias.

No início da década de setenta chegou-se à conclusão de que o Estado deveria investir na criação de uma infra-estrutura que permitisse a massificação da irrigação através de perímetros.

Embora a iniciativa seja louvável, o conceito de Estado que tudo pode, predominante na época, acabou por influenciar um modelo de intervenção que revelou-se inadequado.

Além de levar a água até o lote do colono, o DNOCS responsabilizou-se pela construção de ca-

sas, assistência técnica, saúde e educação, adotando uma forma de atuação paternalista, perdulária e ineficiente.

A própria escolha dos irrigantes revelou-se desastrosa, sendo a seleção baseada no número de filhos e não na aptidão para a atividade. Além disso, não houve preocupação com um amplo programa de qualificação. Daí, o Nordeste paga por isso até hoje.

Quando o Estado não mais pode subsidiar, dado o esgotamento financeiro, veio à tona a falta de sustentabilidade desses perímetros que hoje encontram-se sucateados, com os agricultores desfrutando de um padrão de vida semelhante aos de seus colegas que praticam a agricultura de sequeiro.

Além disso, constatou-se que a melhor oportunidade para a irrigação estava nos tabuleiros costeiros, mais adequados que as terras de aluvião, até então prioritárias.

Finalmente, chegou-se à conclusão de que os atuais perímetros deveriam ser emancipados, constituindo-se em distritos de irrigação com a priorização da iniciativa privada e a construção dos projetos como uma atividade econômica auto-sustentada.

O projeto de irrigação Jaguaribe-Apodí já foi concebido dentro dessa nova estratégia. Ele previa um projeto piloto para avaliar, em amostragem, os vários aspectos do projeto para subsidiar as demais etapas. Ele foi realizado em área de 1.143 hectares. Seguir-se-ia a primeira etapa com 1.750 hectares e a segunda com 2.500 hectares, denominada de área empresarial para onde estariam previstas 51 empresas. O projeto totalizaria 5.393 hectares, mas hoje somente a primeira etapa foi concluída e, mesmo assim, só funciona com 32% do potencial.

Quase todas as obras civis foram concluídas, como a barragem derivação, canal de aproximação, estação elevatória principal e adutora, para levar a 110 metros a água por um sistema de bombeamento, além de outras obras imprescindíveis neste tipo de projeto, inclusive uma pista de pouso para facilitar o escoamento dos cultivos.

O projeto foi concebido como um distrito de irrigação denominado DIJA, que já nasceu emancipado e dirigido por uma cooperativa de proprietários dos lotes, e segundo os jornais, já foram consumidos desde 1989, quando começou a ser implantado, recursos de 58,2 milhões de dólares. Encontra-se, porém, como várias obras do setor, inacabado, precisando de mais 14 milhões de dólares para concluir a etapa 1 e realizar a etapa 2.

O projeto não se viabilizou financeiramente e a cooperativa deve ao BNB R\$1,2 milhões, de dívidas pouco securitizadas.

O DIJA tem 320 famílias, 1.750 hectares irrigados por pivô central, 512 hectares de irrigação por aspersão convencional e 246 hectares de irrigação localizada e dois lotes empresariais de 375 hectares. Os irrigantes plantam tomate industrial, feijão carioca e mocassar, milho, algodão e outros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe mais uma reflexão. Como é possível tornar rentável um projeto com culturas pouco nobres – como o feijão e o milho – e sem uma agroindústria de processamento, já que no caso do tomate, este viaja até Petrolina-Juazeiro na divisa Pernambuco-Bahia para o esmagamento?

Isso faz com que cada uma das 320 famílias de irrigantes que paga 20 reais por hectare tenha um custo fixo de 44 reais/hectare/ano, ocasionando um déficit de 494 mil reais/hectare/ano.

Além dos fatores já citados, contribui para inadiplência do projeto a não conclusão da primeira etapa, bombas que necessitam de recuperação, um aeroporto sem utilidade para os irrigantes, que têm de pagar um custo mensal de 400 reais. Destaca-se ainda o custo da energia elétrica utilizada para fazer subir água a 110 metros.

Estamos de acordo com as demandas e ao lado dos irrigantes. E vamos defendê-las junto ao Governo Federal. No entanto, se num projeto que foi concebido para evitar as falhas percebidas nos projetos realizados na fase pioneira, avultam os mesmos problemas e inadimplências, são necessárias medidas definitivas que possam fazer com que a irrigação no Nordeste passe a ser um grande negócio para o País, como é a irrigação das terras áridas chilenas, para dar apenas um exemplo.

Com relação especificamente ao Projeto Jaguaribe – Apodi, é necessário concluir a segunda etapa, denominada de área empresarial e que ao nosso ver deveriam ter se constituído na etapa inicial. Com a atração de empresas âncoras, experientes e detentoras de mercado, que inclusive montariam agroindústrias e exportariam os produtos, utilizando a pista para aeronaves, os proprietários dos pequenos lotes teriam um comprador garantido.

Por outro lado, temos de acabar com este hábito nacional de conservar obras inconclusas, cumprindo o que estava previsto no projeto.

Um terceiro aspecto que extrapola o Projeto Jaguaribe – Apodi é o engajamento das instituições de ensino de todos os níveis na formação de pessoas que possam realizar pesquisas, dar aulas, gerenciar projetos e irrigar. Contam-se nos dedos desde as universidades, passando por órgãos de pesquisa e de extensão, pessoas com conhecimento de irrigação.

Por fim, vale ressaltar algumas medidas de ordem geral:

- concluir as obras inacabadas e recuperar as deterioradas;
- regularização definitiva da posse de terra onde estão assentadas 320 famílias;
- emancipar os perímetros com a atração de grandes conglomerados empresariais agro-industriais para dar auto-sustentação aos distritos;
- viabilizar um programa de interligação de bacias incluindo a transposição do rio São Francisco;
- e, novamente, qualificar, educar, preparar legiões de agricultores aptos para a agricultura, devendo passar por criterioso processo de seleção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estas são nossas opiniões para salvar não apenas o projeto Jaguaribe – Apodi, mas para tornar a agricultura irrigada auto-sustentável. Só assim, os investimentos terão retorno econômico e social, não se constituindo em agravo aos contribuintes do País, mas favorecendo o desenvolvimento nacional e diminuindo as desigualdades regionais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, lembrando aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão deliberativa extraordinária a realizar-se daqui a dois minutos, às 18h e 30min.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h28min.)

Ata da 117ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 13 de agosto de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Júlio Campos

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Eptácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Gelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Holanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júlio Campos – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Marina Silva – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 444, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 117,

de 1994 (nº 4.151, de 1993, na Casa de Origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151, de 1993, na Casa de Origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de agosto de 1996. – **Júlio Campos**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Ernandes Amorim** – **Renan Calheiros** – **Eduardo Suplicy**.

ANEXO AO PARECER Nº 444, DE 1996

Altera dispositivo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

EMENDA Nº 1

(Coprresponde à Emenda nº 1-CI)

Acrescente-se no final da ementa do projeto a expressão "...e dá outras providências".

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2-CI)

Acrescente-se ao art. 1º do projeto a referência aos arts. 2º, 6º, 20, 26, 43 e 58, do Código de Mineração, bem como a expressão "7.805, de 18 de julho de 1989, 7.886, de 20 de novembro de 1989, e 8.901, de 30 de junho de 1994", passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 6º, 7º, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 37, 41, 43, 44, 55, 58, 63, 64, 81, 85, 92 e 93 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967, e pelas Leis nºs 6.403, de 15 de dezembro de 1976, 6.576, 6.567, de 24 de setembro de 1978, 7.085, de 21 de dezembro de 1982, 7.805, de 18 de julho de 1989, 7.886, de 20 de novembro de 1989, e 8.901, de 30 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:"

**EMENDA Nº 3
(Correspondente à Emenda nº 3-CI)**

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, com a seguinte redação:

"Art. 2º Os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, para efeito deste Código, são:

I – regime de concessão, quando depender de portaria de concessão do Ministro de Estado de Minas e Energia;

II – regime de autorização, quando depender de expedição de alvará de autorização do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

III – regime de licenciamento, quando depender de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro da licença no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

IV – regime de permissão de lavra garimpeira, quando depender de portaria de permissão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

V – regime de monopolização, quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do Governo Federal".

**EMENDA Nº 4
(Correspondente à Emenda nº 4-CI)**

Dê-se ao § 1º do art. 3º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, constante do art. 1º do projeto a seguinte redação:

"§ 1º Não estão sujeitos aos preceitos deste Código os trabalhos de movimentação de terra e de desmonte de materiais **in natura**, que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplanagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra."

**EMENDA Nº 5
(Correspondente à Emenda nº 5-CI e de redação)**

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o **caput** do art. 6º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de

1967 – Código de Mineração, com a seguinte redação:

"Art. 6º Classifica-se as minas, segundo a forma representativa do direito de lavra, em duas categorias:

I – mina manifestada, a em lavra, ainda que transitoriamente suspensa a 16 de julho de 1934 e que tenha sido manifestada na conformidade do art. 10 do Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934, e da Lei nº 94, de 10 de dezembro de 1935;

II – mina concedida, quando o direito de lavra é outorgado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia."

**EMENDA Nº 6
(Correspondente à Emenda nº 7-CI)**

O parágrafo único do art. 7º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Independe de concessão do Governo Federal o aproveitamento de minas manifestadas e registradas, as quais, no entanto, são sujeitas às condições que este Código estabelece para a lavra, tributação e fiscalização das minas concedidas."

**EMENDA Nº 7
(Correspondente às Emendas nºs 8-CI e 40-CAS)**

Substitua-se a redação do art. 15 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, pela seguinte:

"Art. 15. A autorização de pesquisa será outorgada pelo DNPM a brasileiros, pessoa natural, firma individual ou empresas legalmente habilitadas, mediante requerimento do interessado."

**EMENDA Nº 8
(Correspondente às Emendas nºs 9 e 11-CI)**

Suprima-se o inciso II do art. 16 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, remunerando-se os demais incisos, mantida a referência "inciso VII" constante do § 1º desse artigo.

**EMENDA Nº 9
(Correspondente à Emenda nº 12-CI)**

Substitua-se a redação do § 2º do art. 16 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, pelo seguinte texto:

"§ 2º Os trabalhos descritos no plano de pesquisa servirão de base para a avaliação judicial da renda pela ocupação do solo e da indenização devida ao proprietários ou posseiro do solo, não guardando nenhuma relação com o valor do orçamento apresentado pelo interessado no referido plano de pesquisa."

EMENDA Nº 10

(Correspondente à Emenda nº 13 – CI)

Modifique-se a numeração dos incisos VI, VII e VIII referidos no § 3º do art. 16 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, para V, VI e VII, mantida a redação original.

EMENDA Nº 11

(Correspondente à Emenda nº 14 – CI – 2ª parte)

Modifique-se a numeração dos incisos I a VIII constantes do *caput* do art. 17 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, na redação proposta pelo projeto, para incisos I a VII.

EMENDA Nº 12

(Correspondente à Emenda nº 15 – CI)

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o art. 20 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a seguinte redação:

"Art. 20. A autorização de pesquisa importa nos seguintes pagamentos:

I – pelo interessado, quando do requerimento de autorização de pesquisa, de emolumentos em quantia equivalente a duzentas e setenta vezes a expressão monetária UFIR, instituída pelo art. 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991;

II – pelo titular de autorização de pesquisa, até a entrega do relatório final dos trabalhos ao DNPM, de taxa anual, por hectare, admitida a fixação em valores progressivos em função da substância mineral objetivada, extensão e localização da área e de outras condições, respeitado o valor máximo de duas vezes a expressão monetária UFIR, instituída pelo art. 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991;

§ 1º O Ministro de Estado de Minas e Energia, relativamente à taxa de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, estabelecerá, mediante portaria, os valores, os prazos de recolhimento e demais critérios e condições de pagamento.

§ 2º Os emolumentos e a taxa referidos, respectivamente, nos incisos I e II do *caput* deste artigo, serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A. e destinados ao DNPM, nos termos do art. 5º, *caput*, inciso III, da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994.

§ 3º O não-pagamento dos emolumentos e da taxa de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do *caput* deste artigo ensejará, nas condições que vierem a ser estabelecidas em portaria do Ministro de Estado de Minas e Energia, a aplicação das seguintes sanções:

I – em se tratando de emolumentos, indeferimento de plano e conseqüente arquivamento do requerimento de autorização de pesquisa;

II – em se tratando de taxa:

a) multa, no valor máximo previsto no art. 64;

b) nulidade *ex officio* do alvará de autorização de pesquisa, após imposição de multa."

EMENDA Nº 13

(Correspondente à Emenda nº 16 – CI)

Dê-se ao inciso II do art. 22 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"II – é admitida a renúncia à autorização, sem prejuízo do cumprimento pelo titular, das obrigações decorrentes deste Código, observado o disposto no inciso V deste artigo, parte final, tornando-se operante o efeito da extinção do título autorizativo na data da protocolização do instrumento de renúncia, com a desoneração da área, na forma do art. 26 deste Código."

EMENDA Nº 14

(Correspondente à Emenda nº 18 – CI)

Dê-se ao *caput* do art. 23 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 23. Os estudos referidos no inciso V do art. 22 concluirão pela:"

EMENDA Nº 15

(Correspondente à Emenda nº 20-CI)

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o art. 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, modi-

ficado pela Lei nº 7.886, de 20 de novembro de 1989, com a seguinte redação:

"Art. 26. A área desonerada por publicação de despacho no Diário Oficial da União ficará disponível pelo prazo de sessenta dias, para fins de pesquisa ou lavra, conforme dispuser portaria do Ministro de Estado de Minas e Energia.

§ 1º Salvo quando dispuser diversamente o despacho respectivo, a área desonerada na forma deste artigo ficará disponível para pesquisa.

§ 2º O Diretor-Geral do DNPM poderá estabelecer critérios e condições específicos a serem atendidos pelos interessados no processo de habilitação às áreas disponíveis nos termos deste artigo.

§ 3º Decorrido o prazo fixado neste artigo, sem que tenha havido pretendentes, a área estará livre para fins de aplicação do direito de prioridade de que trata o art. 11, letra a.

§ 4º As vistorias realizadas pelo DNPM, no exercício da fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra de que trata este Código, serão custeadas pelos respectivos interessados, na forma do que dispuser portaria do Diretor-Geral da referida autarquia."

EMENDA Nº 16

(Correspondente à Emenda nº 21-CI)

Dê-se ao inciso III do art. 30 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"III – arquivamento do relatório, quando ficar demonstrada a inexistência de jazida, passando a área a ser livre para futuro requerimento, inclusive com acesso do interessado ao relatório que concluiu pela referida inexistência de jazida."

EMENDA Nº 17

(Correspondente à Emenda nº 22-CI)

Dê-se ao § 2º do art. 30 do Decreto-lei nº 227, de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"§ 2º Se, no novo estudo apresentado, não ficar demonstrada a exequibilidade técnico-econômica da lavra, o DNPM poderá conceder ao interessado, sucessivamente, novos prazos, ou colocar a área em disponibilidade, na forma do art. 32, se entender

que terceiro poderá viabilizar a eventual lavra."

EMENDA Nº 18

(Correspondente à Emenda nº 23-CI)

Dê-se ao parágrafo único do art. 31 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Parágrafo único. O DNPM poderá prorrogar o prazo referido no caput, por igual período, mediante solicitação justificada do titular, manifestada antes de findar-se o prazo inicial ou a prorrogação em curso."

EMENDA Nº 19

(Correspondente à Emenda nº 25-CI)

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o art. 43 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, com a seguinte redação:

"Art. 43. A concessão de lavra terá por título uma portaria assinada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia."

EMENDA Nº 20

(Correspondente à Emenda nº 26-CI)

Dê-se ao parágrafo único do art. 44 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Parágrafo único. O titular pagará uma taxa de emolumentos correspondente a quinhentas UFIR."

EMENDA Nº 21

(Correspondente à Emenda nº 27-CI)

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o art. 58 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a seguinte redação:

"Art. 58. Poderá o titular da portaria de concessão de lavra, mediante requerimento justificado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, obter a suspensão temporária da lavra, ou comunicar a renúncia ao seu titular."

EMENDA Nº 22

(Correspondente à Emenda nº 28-CI)

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o caput do art. 63 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, adicionando-lhe um § 3º com a seguinte redação, mantidos os §§ 1º e 2º constantes do projeto.

"Art. 63. O não cumprimento das obrigações decorrentes das autorizações de pesquisa, das permissões de lavra garimpeira, das concessões de lavra e do licenciamento implica, dependendo da infração, em:

I – advertência;

II – multa; e

III – caducidade do título.

§ 1º

§ 2º

§ 3º As penalidades serão sempre aplicadas gradativamente, iniciando-se pela advertência, seguindo-se a multa e finalmente a caducidade, sempre mediante instauração do correspondente processo administrativo."

EMENDA Nº 23

(Correspondente à Emenda nº 29-CI)

Dê-se ao parágrafo único do art. 81 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Parágrafo único. O não cumprimento do prazo estabelecido neste artigo ensejará as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, a qual será aplicada em dobro no caso de não atendimento das exigências objeto deste artigo no prazo de trinta dias da imposição da multa inicial, e assim sucessivamente, a cada trinta dias subsequentes."

EMENDA Nº 24

(Correspondente à Emenda nº 30-CI)

Dê-se ao art. 85 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, constante do art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 85. O limite subterrâneo da jazida ou mina é o plano vertical coincidente com o perímetro definidor da área titulada, admitida, em caráter excepcional, a fixação de limites em profundidade por superfície horizontal."

EMENDA Nº 25

(Correspondente à Emenda nº 31-CI)

Acrescentem-se ao art. 85 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, constante do art. 1º do projeto, os seguintes parágrafos:

"§ 1º A iniciativa de propor a fixação de limites no plano horizontal da concessão poderá ser do titular dos direitos minerários

preexistentes ou do DNPM, **ex officio**, cabendo sempre ao titular a apresentação do plano dos trabalhos de pesquisa, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação da intimação no **Diário Oficial da União**, para fins de prioridade na obtenção do novo título.

§ 2º Em caso de inobservância pelo titular de direitos minerários preexistentes do prazo a que se refere o parágrafo anterior, o DNPM poderá colocar em disponibilidade o título representativo do direito minerário decorrente do desmembramento."

EMENDA Nº 26

(Correspondente à Emenda nº 32-CI)

Transponha-se para §§ 3º e 4º do art. 85 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, a redação do art. 93, **caput** e seu parágrafo único, constante do art. 1º do projeto, passando os dispositivos a ter a seguinte redação:

"§ 3º Em caráter excepcional, **ex officio** ou a requerimento da parte interessada, poderá o DNPM, no interesse do setor mineral, efetuar a limitação de jazida por superfície horizontal, inclusive em áreas já tituladas.

§ 4º O DNPM estabelecerá, em portaria, as condições mediante as quais os depósitos especificados no **caput** poderão ser aproveitados, bem como os procedimentos inerentes à outorga da respectiva titulação, respeitados os direitos preexistentes e as demais condições estabelecidas neste artigo."

EMENDA Nº 27

(Correspondente à Emenda nº 33 e 34-CI)

Substitua-se a redação do art. 93 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, constante do art. 1º do projeto, pela seguinte:

"Art. 93. Serão publicados no **Diário Oficial da União** os alvarás de pesquisa, as portarias de lavra e os demais atos administrativos deles decorrentes."

II – Suprima-se, em consequência, o parágrafo único do art. 93 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

EMENDA Nº 28

(Correspondente às Emendas nºs 35 e 36-CI)

I – Acrescentem-se ao projeto os seguintes artigos:

"Art. 2º É suprimido o título do Capítulo VII – "Da Empresa de Mineração" do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passando o referido capítulo a ter o título "Das Disposições Finais", com início no art. 81 do citado diploma e renumerado, em consequência, o seu atual Capítulo VIII."

"Art. 3º A taxa anual instituída pelo art. 20, inciso II, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 7.886, de 20 de novembro de 1989, vencida e não paga até a data desta Lei, relativa a alvará de autorização de pesquisa em vigor, deverá ser recolhida, devidamente atualizada com base na variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo ensejará a nulidade **ex officio** do respectivo alvará de autorização de pesquisa."

II – Renunere-se, em consequência, os arts. 2º e 3º do projeto para art.4º.

EMENDA Nº 29

(Correspondente às Emendas nºs 37 e 39-CI)

Dê-se aos arts. 2º e 3º do projeto, renumerados para art. 4º, a seguinte redação:

"Art. 4º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os arts. 5º, 21, 79, 80 e 82 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967."

EMENDA Nº 30

(Correspondente à Emenda nº 38-CI e de redação)

Acrescente-se ao projeto o art. 5º com a seguinte redação:

"Art. 5º O Poder Executivo fará publicar no **Diário Oficial** da União, na íntegra, o texto do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com todas as alterações subsequentes à sua publicação e as decorrentes desta Lei, no prazo de noventa dias da promulgação desta Lei."

EMENDA Nº 31

(Correspondente às Emendas nºs 6, 10, 14,

(1ª parte), 17, 19 e 24-CI e de redação)

Nos arts. 7º, **caput**, 16, **caput**, e seus incisos VI e VII; 17, **caput**, e seu § 2º; 22, inciso III, alínea a, e inciso V; 25; e 41, § 3º, onde se lê "Diretor do DNPM" leia-se: "Diretor-Geral do DNPM".

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 765, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea B, do Regimento Interno, para o Ofício nº S/70, de 1996, que autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Goiânia – LFTG, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira a sexta parcelas.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – **Jader Barbalho – Edison Lobão – Eplácio Cafeteira – Valmir Campelo – José Eduardo Dutra.**

REQUERIMENTO Nº 766, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea B, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1996, que revoga o art. 75 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1996. – **Jader Barbalho – Edison Lobão – Geraldo Melo.**

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Esses requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto do art. 340, item II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 604, de 1996, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal,

do discurso pronunciado pelo Jornalista Jayme Sirotsky, por ocasião de sua posse no cargo de Presidente da Federação Mundial de Jornais – FIEJ, no dia 22 de maio de 1996, em Washington – DC.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada

FALA DE JAYME SIROTSKY
COMO NOVO PRESIDENTE DA FIEJ

Washington DC, 22 de maio de 1996

Senhoras e Senhores, queridos amigos,

Como novo Presidente da FIEJ, a Associação Mundial de Jornais (Transparência 1), quero, antes de tudo, agradecer esta Assembléia Geral e o Board of Directors da FIEJ por depositar sua confiança a este editor brasileiro que lhes fala e é, a partir de hoje, o primeiro Latino-Americano a presidir esta grande Associação Mundial de Editores e Diretores de Jornais.

Minha primeira obrigação como novo Presidente da FIEJ é prestar merecida homenagem de admiração e respeito à pessoa e ao trabalho realizado, nos últimos quatro anos, pelo meu antecessor, o Sr. Prescott Low. O Sr. Prescott Low, que é um autêntico cavalheiro, amigo e mestre, tem sido o grande embaixador dos interesses da imprensa no mundo. Peço-lhes, portanto, merecidos aplausos de gratidão e afeto, no momento em que lhe entregamos esta recordação simbólica.

Todo Presidente da FIEJ conta com a inestimável ajuda de muitas pessoas: um Board of Directors e um Executive Committee, composto por prestigiosos profissionais de empresas jornalísticas, que colocam a serviço da Associação Mundial de Jornais algumas das melhores cabeças desta indústria; e uma equipe de profissionais que, desde Paris e sob a liderança de Timothy Bolding viabilizam este Congresso e as centenas de atividades que fazem da FIEJ uma das organizações internacionais mais ativas no mundo das comunicações.

Esta formidável equipe humana que, agora, me cabe presidir, é o verdadeiro responsável pela FIEJ, como grande Associação Mundial de Jornais (Transparência 2), que estréia este logotipo. É um redesenho da imagem corporativa, que faz parte do meu programa presidencial.

Há poucos dias, o Board of Directors da FIEJ aprovou por unanimidade este programa presidencial para os próximos dois anos, programa este que reafirma os três objetivos basilares de 1948 (Transparência 3).

Objetivos que, com a ajuda de vocês todos, pretendo desenvolver e fortalecer para atingir estas dez metas corporativas (Transparência 4): Liderança mundial, nova imagem, ética e utilidades, mais membros, investir nas novas gerações, aumentar os patrocínios, mais serviços, melhores comunicações, treinamentos de primeira classe, inovação, progresso e criatividade para nossa indústria.

Durante seu 50º aniversário, estas metas devem converter a FIEJ em advogado, por excelência, da liberdade de imprensa, e em opositor resolutivo de regulações que restrinjam a atividade de edição de jornais, ou ameacem a prosperidade e independência econômica da nossa indústria.

Entre todas estas metas, quero destacar meu compromisso de trabalhar, de maneira muito especial, em prol do desenvol-

vimento e projeção da FIEJ na América Latina e na Ásia, onde estão crescendo muito a publicidade e circulação dos jornais, e o de dedicar muita atenção aos nossos colegas de África, muito dos quais lutando, em circunstâncias muito difíceis, para dar à luz e manter viva uma imprensa livre e independente.

A FIEJ há de desempenhar papel fundamental na hora de facilitar o futuro desta indústria, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Para estar à altura deste enorme e empolgante desafio, e para obter um impacto real e duradouro, decidimos deflagrar um projeto de três anos para que os jornais possam estar "prontos para o ano 2000" (R.E.A.D.Y. for the Year 2000) (Transparência 5). Permitam que eu cite textualmente alguns dos principais propósitos desta iniciativa:

"Nestes últimos anos temos visto como cresceram, enormemente, a demanda por informação e o intercâmbio de idéias na indústria periodística internacional. Isto é decorrência, de um lado, da globalização dos negócios e, de outro lado, da conscientização de editores, pressionados pela mudança e a inovação, de que existem, em outros mercados periodísticos, tremendas possibilidades de resolução criativa dos seus próprios problemas (...). Em reação a este novo ambiente, a FIEJ tem desenvolvido amplo espectro de serviços: conferências sobre management e marketing, seminários para visitar jornais com as melhores experiências do setor em campos específicos, viagens de estudo, publicações informativas e analíticas, etc. Ao mesmo tempo, a FIEJ lançou, por meio de seu Fundo para o Desenvolvimento da Imprensa, amplo programa de treinamento, assessoramento e consultoria, destinado a ajudar os jornais de países em desenvolvimento e transmissão a cultivarem know-how e os métodos de trabalho necessários para dirigir empresas rentáveis. O objetivo do projeto R.E.A.D.Y. for the Year 2000 é desenvolver e intensificar de forma muito considerável esta iniciativa."

Chegou o momento de investirmos em nosso futuro, e o projeto R.E.A.D.Y. for the Year 2000 é uma maneira muito criativa de colocar para trabalhar juntas as melhores cabeças deste ramo em algumas das questões fundamentais que afetam esta indústria, em um esforço para construir novos modelos, capazes de conduzir os jornais no caminho para o novo milênio.

Com a ajuda do nosso novo Primeiro Vice-Presidente, Sr. Bengt Braun, e a dedicação de todos os membros do Board, do Secretariado e dos Patrocinadores da FIEJ, o projeto R.E.A.D.Y. converter-se-á em um dos esforços cooperativos mais importantes realizados por esta indústria para enfrentar os novos desafios do futuro.

Desejo, agora, agradecer todos os bons amigos que hoje me apresentam, neste ato, com sua presença e afeto. Em particular, quero mencionar a minha esposa, Marlene, e toda a minha família; meus companheiros de RBS e meus queridos colegas da Associação Nacional de Jornais – ANJ – e da Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP;

Também quero encerrar esta fala juntando-me à merecida homenagem que a FIEJ quis prestar à Sra. Katherine Graham. Ela é exemplo e modelo do que é ser editor de jornais neste fascinante fim de século. Com Kay, todos nós vivimos na encruzilhada da "Sociedade de Informação" e, nesta convergência de meios e linguagens, nós, editores e diretores de jornais, somos e continuaremos sendo os grandes protagonistas de todos os novos negócios informativos do futuro. Muito obrigado.

TRANSPARÊNCIAS

Transparência 1.

FIEJ
World Association of Newspaper

Transparência 2.

- 52 associações nacionais, em 50 países
- 15 agências novas

- 7 organizações regionais ou mundiais de imprensa filiadas
- 350 executivos de jornais filiados individualmente, em 73 países
- representa mais de 15.000 publicações, nos 5 continentes

Transparência 3.

- Defende e promove a liberdade de imprensa e, como condição essencial desta liberdade, a independência econômica dos jornais.
- Contribui para o desenvolvimento da edição jornalística, incentivando contatos e intercâmbio entre executivos de jornais de diferentes regiões e culturas.
- Promove a cooperação entre suas organizações membros, sejam elas nacionais, regionais ou mundiais.

Transparência 4.

- 10 metas para 1996 - 1998
- 1 - Tornar-se uma associação mundial líder.
- 2 - Modernizar a imagem da corporação.
- 3 - Promover o futuro da imprensa escrita.
- 4 - Alargar a base de filiados.
- 5 - Estudar o futuro dos editores e redatores.
- 6 - Ampliar os recursos financeiros e promover o projeto R.E.A.D.Y. for the Year 2000.
- 7 - Aprimorar os serviços destinados a nossos membros.
- 8 - Maximizar as comunicações e relações públicas.
- 9 - Aprimorar e ampliar o treinamento de editores e redatores de jornais.
- 10 - Liderar o progresso e a criatividade.

Transparência 5.

Research Education Assistance and Development Strategy
R.E.A.D.Y. for the Year 2000

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Esgota a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 765, de 1996, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº S/70, de 1996.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, Inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Passa-se à apreciação do Requerimento nº 766, de 1996, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1996.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995.

A SRA. MARINA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Tem a palavra a nobre Senadora Marina Silva, para comunicação inadiável.

V. Exª dispõe de 5 minutos, nos termos do art. 14, inciso II, do Regimento Interno.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Para comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 25 de julho, o Governo lançou o Pacote Ecológico e a Medida Provisória que regulamenta a utilização das propriedades da Região Amazônica. Eu não pude estar presente às sessões que se seguiram a essa data, podendo só hoje me pronunciar a respeito do decreto presidencial que estabelece uma suspensão de dois anos das novas concessões para retirada do mogno e da virola, bem como a respeito da medida provisória.

Primeiro, quero aqui ressaltar o quanto é positiva a preocupação do Governo com a defesa do meio ambiente. É fundamental que o Governo brasileiro reconheça que a Amazônia tem graves problemas ambientais e que esses problemas precisam ser enfrentados.

No entanto, tenho um posicionamento que vou tentar expor aqui de forma cuidadosa, até porque acho que esta Casa tem a obrigação de se debruçar sobre o assunto, principalmente no que se refere à medida provisória. Tentar reduzir os desmatamentos na Região Amazônia é dever do Governo, mas a minha preocupação é que, com essas medidas tomadas, essa tentativa não seja realmente eficaz.

Vou tentar, resumidamente, já que só tenho cinco minutos, me posicionar. Com relação ao decreto, realmente, a exploração irregular de madeira na Amazônia vem sendo predatória e desastrosa para o meio ambiente, com prejuízos imagináveis.

No ano passado, tive a oportunidade de levar ao Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma das figuras mais importantes na defesa da Amazônia, no Acre: o Padre Paulino Baldassari, que vem lutando contra os madeireiros que estão extraindo o mogno.

Naquela oportunidade, além de fazermos uma série de sugestões para enfrentarmos a problemática ambiental, a miséria, a fome, a situação difícil da Amazônia, apresentamos ao Presidente a proposta de moratória para o mogno. Só havia uma diferença entre a nossa proposta e a do Governo. Realmente era preciso pedir uma moratória para o mogno. No entanto, suspender pura e simplesmente a extração do mogno, sem apontar uma alternativa, temo que não resolva o problema. Mesmo hoje a extração é feita de forma clandestina, e o meu temor é que, com essa proibição, daqui a dois anos, o processo seja retomado nas mesmas bases.

Por isso que estou sugerindo, de forma resumida, já que não há tempo para ler o pronunciamento, que o Governo forme um fórum regional de negociação entre o Governo, os madeireiros, os trabalhadores do setor, os governos locais e entidades sociais para se pactuar uma proposta de exploração dos nossos recursos florestais, porque daqui a dois anos não teremos uma alteração no plano da cobertura vegetal, principalmente no que se refere ao mogno e à virola.

É fundamental que o Governo encare uma proposta de como será a exploração madeireira na nossa região. E apresento uma série de propostas, de que o próprio Governo já é conhecedor, tais como: a idéia de um manejo que seja sério, a certificação de origem; enfim, uma série de propostas que já vêm sendo desenhadas por entidades tanto governamentais como não-governamentais.

Também desejo ressaltar que a medida do Governo, no que se refere à suspensão da retirada do mogno e da virola, pode ser uma componente muito importante na tentativa de se fazer ausentar do nosso País as empresas madeireiras da Malásia. Então, considero a proposta louvável.

No que se refere ao pacote do Governo, há o decreto e a portaria. Sobre a portaria, também quero fazer um comentário. Penso ser perigosa qualquer atitude que seja simplesmente de jogar a proposta do Governo na lata do lixo, porque esta Casa tem responsabilidade e precisamos construir uma proposta.

Percebemos que a portaria está sendo lançada em um contexto. Qual é o contexto em que a portaria está sendo lançada? Justo quando tivemos um aumento das queimadas na Amazônia.

Neste caso, o Governo tem uma preocupação justa, que é a de resolver o problema.

Até o ano de 1991, a taxa de devastação era de 11.330km² ao ano; a partir do ano de 1994, há um acréscimo de 34% de área desmatada, subindo para 14.896Km². Essa situação levou o Governo a tomar uma medida de impacto. Nesse sentido é que digo que o Governo deve estar agindo de boa fé e não simplesmente jogando para dar puramente uma satisfação internacional.

O que desejo é que se discuta essa questão. Primeiro, há que se fazer uma diferenciação entre as grandes e pequenas propriedades, como, por exemplo, as relacionadas com os projetos de colonização. Uma proposta como essa tem de ser discutida com os setores interessados da Região Amazônica; disponho-me a discutir e a construir uma alternativa

com o Governo, porque essa tem sido sempre a minha posição.

No entanto, penso que, se tentarmos resolver a questão da preservação da Amazônia com medidas meramente proibitivas, não teremos sucesso. A idéia de uma gestão ambiental na Amazônia tem de levar em conta os resultados da ECO 92, que aponta para o desenvolvimento sustentável. Há que haver a compatibilização de medidas não apenas coercitivas, proibitivas, mas, acima de tudo, de investimentos na área do desenvolvimento sustentável, a fim de que o setor empresarial possa fazer esses investimentos. É preciso haver alocação de recursos para as populações tradicionais, para que sejam transformadas em políticas públicas de desenvolvimento as experiências que estão dando certo. Há, naquela região, uma população de milhões de pessoas sem nenhuma alternativa. Penso também que é fundamental, ao lado dessas medidas, que o Governo assuma algumas posições de compensação para estados que têm um alto índice de preservação. Por exemplo, o meu Estado do Acre tem ainda uma grande área preservada, graças a Deus, e conta com a resistência das pessoas que ali moram, principalmente referenciadas na luta do Chico Mendes. Conseguimos fazer com que hoje, no Acre, ainda existam 92% de área preservada. Esse é o resultado de uma luta de pessoas que entendem a questão do meio ambiente acoplada a um plano de desenvolvimento que leve em conta a especificidade da Amazônia.

Nesse sentido, estamos propondo que talvez fosse adequado ao Governo oferecer compensação para esses estados. No nosso caso, talvez o FPE verde, porque, afinal de contas, o Governo precisará de recursos para os investimentos na área de desenvolvimento sustentável, o que não é fácil de ser praticado, principalmente porque é necessário mudar a mentalidade.

Estou apresentando o assunto em rápidas palavras e gostaria que meu discurso constasse na íntegra nos Anais do Senado, porque tenho medo de cometer alguma injustiça.

Estou inteiramente favorável a qualquer tipo de preocupação de defesa da nossa Região, porém entendo que tratar a Amazônia como se ela fosse um espaço homogêneo, sem levar em conta as populações que ali habitam, sem discutir amplamente com os setores, poderá, ao invés de construir uma proposta que realmente favoreça a preservação do meio ambiente, criar um ódio que já começa a se levantar dos grandes utilizando o bom nome dos pequenos, para ir contra a medida do Governo.

Hoje, o que temos são enormes latifundiários usando os jornais, a televisão, os rádios, para dizer

que os pequenos, somente eles, é que estão sendo prejudicados. Se o Governo tivesse feito já na medida provisória uma diferenciação entre grandes e pequenos, hoje o seu santo nome não estaria sendo usado em vão para defender interesses espúrios de madeireiros, de grandes latifundiários que não têm preocupação com a Amazônia.

A minha posição, Sr. Presidente, é que devemos compatibilizar medidas de preservação do meio ambiente com atitudes que possam realmente levar em conta a questão do desenvolvimento. Tenho lutado para isso, para aumentar os recursos do FNO, na criação do PRODEX, na apresentação de um plano para se criar um Fundo de Desenvolvimento para a Amazônia.

E, em inúmeras oportunidades, fiz ver ao Presidente que defender meio ambiente na Amazônia não depende apenas de medidas proibitivas, muito embora, em alguns momentos, elas possam ser eficazes, não duram a vida toda. Aquela população de famintos está vendendo uma árvore de mogno por R\$20 para não morrer de fome. Temos que atender a essas populações e aí, sim, estaremos fazendo de fato a defesa do meio ambiente.

Acredito que o Senhor Presidente da República, com a responsabilidade que tem, com o compromisso que as pessoas de bem que defendem o meio ambiente na Amazônia e o sofrimento que temos encarado, não iria jogar para a platéia, e vai discutir todas as propostas responsáveis que surgirem para melhorar a Medida Provisória.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. MARINA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PACOTE ECOLÓGICO

1. O chamado "Pacote Ecológico" lançado pelo governo no último dia 25 de julho tenta reduzir o desmatamento. Mas as medidas tomadas nos parece insuficientes.

Decreto

2. O Decreto Presidencial que estabelece uma suspensão das novas concessões para retirada de Mogno e Virola vem em boa hora.

3. Entretanto, é preciso saber como o governo está verificando as licenças já concedidas pelo Ibama. Existem hoje mais de 3 mil licenças e as irregularidades só podem ser verificadas nas áreas de extração da madeira. Hoje o que se sabe é que quem cumpre o manejo florestal perde a concorrência, em função do preço, para aqueles que tiram madeira irregularmente.

4. Outro aspecto importante: o decreto deve ser acompanhado de ações positivas. Propomos a criação imediata de um Fórum Regional de Negociação Entre Governo, Madeireiros, Trabalhadores do Setor, Governos Locais e Entidades Sociais, que tenha um prazo e pauta definidos para estabelecer uma política adequada de exploração da madeira na região.

5. No ano passado, levamos ao presidente da República o padre Paulino Baldassarí, que na época estava sendo ameaçado pelos madeireiros que tiravam mogno no vale do Rio Iaco.

Pedíamos, então, a moratória ao mogno e outras madeiras de lei, com o objetivo de forçar a constituição de um amplo fórum para definição de bases sustentáveis para a extração de madeira na Amazônia.

6. A iniciativa de formação deste Fórum deve ser tomada com urgência. Do contrário, podemos estimular uma alta significativa no preço dessas madeiras no "mercado paralelo irregular".

7. Outra proposta que vamos apresentar ao governo com referência ao Decreto, se refere ao seu art. 3º. Ele indica que os créditos e incentivos oficiais para a produção na região devem, preferencialmente, ser destinados às áreas já convertidas para fins agropecuários. Deve estar claro no decreto que os créditos e incentivos fiscais não devem ser utilizados para o desmatamento.

Além disso, nós achamos que se deve determinar alguma prioridade também para as Atividades Produtivas de Uso Múltiplo das Florestas, tais como o extrativismo da borracha, da castanha, babaçu, açaí, entre outras, bem como aquelas alternativas agro-florestais. Não podemos continuar afirmando erroneamente que a floresta é improdutiva.

Medida Provisória

1. A Medida Provisória nº 1511/96 e o Decreto foram lançados juntamente com os dados sobre aumento do desmatamento na região. Até 91, a taxa de desmatamento girava em torno de 11.130 km² ao ano. De 91 a 94 essa taxa subiu 34%, passando a 14.896 km². Isso equivale a duas vezes a área da Bélgica.

Agora, o satélite apenas localiza corte raso, não alcança o "estrago" da coleta seletiva de madeira nobre.

2. O governo reconhece, com essas medidas, a inexistência de uma política efetiva para o controle das queimadas, do corte raso e da atividade madeireira na Amazônia.

Na verdade, falta mesmo é uma política de desenvolvimento que compatibilize as alternativas econômicas com a conservação da floresta e da biodiversidade na Amazônia.

3. Quando Chico Mendes foi assassinado, o Governo criou o programa "Nossa Natureza" e o Ibama. Quando houve o massacre dos Yanomamis, foi criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Agora, a divulgação dos índices de desmatamento inspira essas medidas do governo.

Ações apenas relativas e emergenciais já são marcas na definição de políticas públicas para a região.

Além disso, mesmo agora com essa Medida Provisória, falta participação social nestes momentos.

4. A Medida Provisória estipula que não será permitido o corte raso em pelo menos 80% da propriedade com "fitofisionomias florestais". Assim como os 50% indicados no Código Florestal, essa cifra imposta indistintamente para toda a Amazônia pode gerar muitos problemas.

Seria mais adequado otimizar atividades produtivas (agropecuária intensiva) em áreas já desmatadas e estimular atividades de uso múltiplo da floresta em áreas de mata primária na Amazônia.

5. O Incra vem assentando agricultores na Amazônia em módulos de 25 a 35 hectares e nestes casos não se deveria estabelecer a mesma taxa para reserva legal. Do contrário, estaria inviabilizada a reforma agrária na Amazônia. Hoje estamos empenhados na luta por uma reforma agrária ecológica na Amazônia, através de assentamentos e reservas extrativistas. Mas, ainda assim, há localidades onde as condições de solo, vegetação ou até os conflitos fundiários sugerem assentamentos tradicionais.

6. Sem tirar totalmente o mérito da Medida Provisória, o governo opta neste momento por um estilo de atuação na Amazônia muito limitada, porque é meramente restritiva. Na verdade, a

prática vem mostrando que mesmo que a fiscalização passe a ser efetiva e eficiente, será sempre muito difícil cobrir toda a região. Ao lado de medidas como essa, o governo precisa implementar uma política de desenvolvimento verdadeiramente sustentável na região.

Desde a ECO 92, vem se consolidando na sociedade civil uma forte tendência de articulação entre a questão ambiental e o desenvolvimento. Mas parece que o governo ainda não se apercebeu disso.

7. Se para fora o governo tenta abafar as reações internacionais contra as taxas de desmatamento, para dentro ele tem dado fôlego de gato para alguns dos maiores responsáveis pelo desmatamento. Essa ação do governo isolada e restritiva está mobilizando na Amazônia as forças políticas e econômicas mais reacionárias, que crescem e ganham força junto à opinião pública.

8. Estados como o Acre, por exemplo, que ostenta as menores taxas de desmatamento e possui mais da metade de seu território em unidades de conservação, devem obter algum tipo de compensação. O governo federal, com apoio até de países desenvolvidos que contribuem para o Programa Piloto para Conservação das Florestas (PPG7), deveria remunerar ou compensar de alguma forma as populações tradicionais e extrativistas que conservaram as florestas e precisam permanecer nelas.

Além disso, caberia estabelecer alguma compensação para esses Estados, a exemplo da Zona Franca de Manaus. Talvez uma espécie de Fundo de Participação dos Estados e Municípios Verde.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Senador Eduardo Suplicy, há dois outros Senadores já inscritos. Em seguida aos Senadores Bernardo Cabral e Ney Suassuna, inscreverei V. Exa.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejam V.Ex^{as} como tinha razão, na semana passada, quando abordei o assunto que a Senadora Marina Silva acaba de se referir. O problema, Sr. Presidente, é que enquanto os tecnoburocratas não convocarem as pessoas da área que têm contribuições a dar – e contribuições valiosas – para essas medidas que são feitas, ao arrepio daqueles que lá se encontram, o que vai haver é exatamente o que a Senadora Marina Silva está a registrar: os pequenos se sentindo molestados, as medidas que poderiam ter em verdade um respaldo pela ressonância favorável que encontraria no meio-ambiente da região acaba havendo uma digressão completamente fora de ordem.

Quando fiz essa observação, Sr. Presidente, foi lembrando um requerimento feito ao Ministério do Meio Ambiente, dando notícia – e isso me trouxe à tribuna – do IV Simpósio Internacional de Ecossiste-

mas Florestais, cuja abertura se deu hoje pela manhã, às dez horas, na cidade de Belo Horizonte, onde estiveram presentes, o Senador Coutinho Jorge, que já foi Ministro do Meio Ambiente, e eu.

Os objetivos desse Simpósio estão aqui retratados na alta importância que tem o assunto. Eles dividiram em cinco áreas:

1^a) Do manejo, sustentabilidade da produção e conservação da biodiversidade de florestas naturais e plantadas;

2^a) Da industrialização e comercialização de produtos florestais;

3^a) Do ensino, pesquisa e extensão florestal;

4^a) Das políticas, legislação e geopolítica florestal;

5) Da arborização urbana, paisagismo, parques e proteção ambiental.

A partir daí, o que se nota é a intenção de informar à sociedade, à comunidade técnico-científica, às autoridades governamentais e não-governamentais e empresariais sobre o estágio atual dos conhecimentos relativos aos ecossistemas florestais e seus recursos naturais.

Porque é muito fácil se trancar num ambiente refrigerado, falar sobre ecossistemas, sobre formas e mecanismos internacionais, da interação harmoniosa que deve haver entre as atividades comerciais e atividades industriais com conservação de ecossistemas florestais, sem conhecer a área, no pé a pé, no dia a dia. Não se pode, Sr. Presidente, analisar a política, legislação e diretrizes florestais, seja em âmbito regional, nacional ou mundial, sem estar voltado para os percalços que existem na região.

De modo que, na sucessão do que disse na semana passada e do que registrou agora a Senadora Marina Silva, e no qual me faço acompanhar, quero dizer que no comando desse IV Simpósio está o eminente e conhecido Professor Dorival Correia Bruni, Presidente da Biosfera, amigo pessoal de V. Ex^a, e, como Consultor Especial de Relações Institucionais, o ex-Secretário-Geral da Assembleia Nacional Constituinte, o eminente ex-Deputado Constituinte Marcelo Cordeiro.

Com esse registro, Sr. Presidente, quero trazer ao conhecimento de V. Ex^a, que preside a Casa nesta hora, que o Senado ali se fez representar, como também estavam presentes os Governadores de Minas Gerais, Tocantins e Santa Catarina, o Ministro da Justiça e outras altas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senado foi muito bem representado por V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, e pelo Senador Coutinho Jor-

ge, dois grandes Parlamentares que entendem de meio ambiente e de defesa da ecologia.

A Presidência concede a palavra ao Senador Ney Suassuna.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos assuntos mais polêmicos e que mais tem afligido todos os que militam no Congresso Nacional tem sido as medidas provisórias. Talvez essas medidas provisórias tenham concedido ao Presidente da República Federativa do Brasil mais poder do que qualquer Presidente do mundo no momento.

Bill Clinton, Presidente dos Estados Unidos, não tem o poder que tem o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, que pode redigir uma lei de noite, mandá-la para o **Diário Oficial**, e, no outro dia, 150 milhões de brasileiros são obrigados a cumpri-la como lei.

O PMDB resolveu não indicar mais nenhum Senador como membro das Comissões Mistas que analisam as Medidas Provisórias. Seria hoje, mas protelou-a para amanhã às 12 horas, a decisão fechada da Bancada sobre esse assunto.

Outros Senadores, mesmo os do Partido do Governo, o PSDB, têm pedido a seus Líderes que não os indique para as comissões designadas para tratarem de medidas provisórias. Creio que amanhã o maior Partido do Congresso Nacional tomará uma decisão que será um divisor d'águas.

Também amanhã, estaremos discutindo a questão da Vale do Rio Doce. Será enfocada a posição que o PMDB tomará a esse respeito: se será uma posição fechada ou não.

É de muita importância a nossa reunião de Bancada que ocorrerá amanhã às 12h30min. Faço esse registro para que todos os Senadores do PMDB estejam presentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLEY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, que dispõe de 5 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT-SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme o relato da Coordenação Nacional do Movimento dos Sem-Terra, escrito por Gilberto Portes de Oliveira, na manhã desta última segunda-feira, 12 de agosto, cerca de 15 jagunços fortemente armados

cercaram o acampamento de 100 (cem) famílias de sem-terra, localizado no lote 597 da Gleba Santa Rosa, Município de Ouro Preto D'Oeste-RO, e passaram a disparar mais de 400 tiros, tocaram fogo em uma área que estava sendo derrubada para o plantio da roça deste ano. Vários tiros atingiram casas de parceiros já titulados pelo Incra, situados a mais de 250 metros do local. As balas apresentadas pelos agricultores são cônicas, de aço, recobertas de cobre, maiores do que balas de revólver 38 e 44, possivelmente de fuzil.

Verdadeira noite de terror aconteceu para amanhecer este dia de hoje. Totalmente cercado pelos jagunços, o acampamento ficou sem nenhuma assistência, com as estradas fortemente vigiadas por homens armados. Apesar da determinação do Superintendente adjunto do Incra, Sr. Cleth Muniz de Brito, os funcionários de Jaru não foram até o local.

Por outro lado, o Comandante Geral da Polícia Militar recusou-se a enviar policiais para garantir a segurança daquelas famílias, sob o argumento de que somente com ordem judicial poderá fazer alguma coisa, "pois", assim justificou, "os policiais podem ser atingidos e não terão nenhum movimento de direitos humanos para defendê-los".

É de conhecimento público e notório o que são os policiais militares em Rondônia, e a atitude de seu comandante geral só confirma o que a imprensa vive a publicar.

O conflito no lote 597 iniciou-se há onze meses, quando 350 famílias ocuparam essa área, que incontestavelmente pertence ao patrimônio público federal e que é reivindicada pela indústria Triângulo, de Rondônia. A indústria tem 9.600 hectares titulados, mas ocupa mais de 14 mil. A sede da fazenda está localizada no lote 593, que também é do patrimônio público.

Durante onze meses, o Movimento dos Sem-Terra tem garantido, junto à Justiça Federal, a defesa do patrimônio público federal. Apesar de todos os recursos utilizados pelo fazendeiro, o processo caminha inexoravelmente para o final, com a emissão do Incra na posse dos lotes 597 e 593-A.

No último dia 5, a indústria Triângulo perdeu, em Brasília mais um agravo de instrumento, levando o fazendeiro ao desespero. Através de um acordo com o Incra, 300 famílias foram deslocadas para a fazenda Ouro Preto, recentemente adquirida pelo órgão através do Decreto nº 433, de 1992. O Incra comprometeu-se com a segurança das famílias que ficaram para serem assentadas no lote 597.

Tendo em vista a decisão desfavorável do agravo em Brasília, o fazendeiro decidiu expulsar as famílias restantes para retirar as madeiras existentes

no imóvel todo ele coberto de floresta nativa. Neste contexto, dá-se o fato que estamos narrando onde os jagunços sitiaram as famílias dentro do acampamento remanescente no lote 597.

Assim, Sr. Presidente, diante deste relato, estou encaminhando ofício aos Ministros Nelson Jobim, da Justiça; e Raul Jungmann, da Reforma Agrária, descrevendo os fatos e solicitando seja realizada ação governamental no sentido de designar a proteção policial para evitar que se repitam episódios como os de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Pontal do Paranapanema e outros.

Considerando que é da competência do Governo Federal garantir a segurança nacional de todos os brasileiros, solicito aos Exmos. Srs. Ministros determinarem as providências cabíveis para a proteção daquelas famílias.

Encaminho o documento a V. Ex^a para registro.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa fará as devidas considerações com relação à documentação apresentada por V. Ex^a e determinará as providências urgentes junto à Secretaria-Geral para expedir os ofícios aos Srs. Ministros de Estado da Justiça e da Reforma Agrária.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito a presença do nobre Senador Júlio Campos nesta Presidência para fazer-lhe uma indagação. Tenho acompanhado nesta Casa a forma pela qual apresenta as medidas legislativas de grande interesse para as nossas regiões. Uma delas – demonstrada com absoluta propriedade – diz respeito às chamadas desigualdades regionais. Ao cumprir o texto constitucional, teve a felicidade de, em um pronunciamento muito grande – não só no sentido do tempo, mas no valor que encerrava –, mostrar que já era hora de as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – à qual pertence – começarem a se unir para que não houvesse tratamentos desiguais em favor da Região Sul contra as demais. Naquela oportunidade, exemplificava com as montadoras que serão patrocinadas pelos Estados sulistas.

Acabo de receber um expediente no qual V. Ex^a é citado e elogiado em nossa região. Nele indagam se haverá seqüência a esse seu trabalho de convencimento aos vários Senadores, representantes dos Estados em nossas diversas regiões.

O próprio Senador Íris Rezende que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vem levantando essa problemática, contava-nos como havia sido instalada em sua região a empresa Maggi para, depois de uma briga enorme, aceitarem aquilo que foi imposto.

De modo que gostaria que V. Ex^a desse uma resposta, de público, na hora em que está exercendo a Presidência, para que eu possa levar aos meus coestaduanos a força pela qual V. Ex^a, exercendo um cargo na Mesa, poderá tranquilizar os habitantes daquela área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Usando das prerrogativas da Presidência, quero dizer que realmente temos tomado cautela no sentido de comunicar à Nação brasileira as desigualdades social e econômica existentes hoje entre o Centro-Sul e a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Realmente temos sentido que cada vez mais o Governo Federal tem deixado fora de todo o seu grande plano – planos e metas – os incentivos para o desenvolvimento da nossa região e, em contrapartida, dado grandes benefícios para o Centro-Sul.

Queremos o desenvolvimento do Brasil num global. Esperamos que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebam o mesmo tratamento que o Governo Federal tem dado às demais regiões do País.

A nossa luta será colocada no plenário desta Casa, que representa os Estados brasileiros.

Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo sido mencionado na questão de ordem do ilustre Senador Bernardo Cabral, eu também tomo a liberdade de associar-me à preocupação de V. Ex^a, que, nesta hora, tão bem preside esta sessão do Senado Federal e que, na condição de representante do Centro-Oeste brasileiro, mais especificamente e com muita competência do Estado do Mato Grosso, vem se preocupando, e com muita razão, com essa desigualdade que observamos em relação ao desenvolvimento nacional. Proclamamos a todo instante, e os representantes do grandes Estados o fazem, a desigualdade social existente no Brasil entre as pessoas. Falam das desigualdades sociais existentes, por exemplo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas grandes capitais, inclusive do Nordeste, mas muitos analisam esta questão sob o aspecto de pessoas. Nós do Senado temos que exa-

miná-la levando em conta as regiões brasileiras. A cada dia, sentimos que querem, a qualquer custo, carrear tudo o que existe de riqueza e de investimento para esses grandes centros, esquecendo, na verdade, o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste. Frequentemente, tenho me batido, a respeito desta questão: querem tudo para lá. Assim, à proporção que a população brasileira cresce, essa população que precisa de trabalho vai buscar, naturalmente, os grandes centros, que hoje estão ficando quase sem condições de vida.

Se o Brasil não atentar rapidamente para a descentralização de investimentos, construindo infra-estrutura no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para que os brasileiros ocupem essas regiões, amanhã não terá mais conserto. Aí, será tarde.

Daí a minha solidariedade à posição que V. Ex^a, permanentemente, tem assumido, e com muita propriedade, no Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, razoavelmente concluído o processo de estabilização da moeda nacional, as atenções da sociedade têm-se voltado, agora, para a recuperação do crescimento da economia brasileira. Nada mais natural essa aspiração por crescimento e prosperidade, pois a vitória sobre a inflação não é um fim em si mesmo, mas apenas um pressuposto, um importantíssimo pressuposto para que o desenvolvimento nacional possa evoluir de forma contínua, sustentada e sem sobressaltos. Quando a "década perdida" de 1980 nos lembra um período em que nossa renda per capita manteve-se constante e estagnada, mais aguda se torna nossa ansiedade por ver o Brasil retomar o caminho do crescimento econômico.

Por isso, preocupa-me sobremaneira a conjuntura macroeconômica pela qual estamos passando, que, longe de proporcionar o impulso necessário à expansão de nossa produção, antes convida a uma certa reflexão sobre as causas que nos levam a combinar política monetária restritiva com política fiscal expansionista e taxa de câmbio com alguma sobrevalorização.

Quero tecer breve comentário a respeito do cenário macroeconômico ao final desta exposição. Por ora, gostaria de me debruçar sobre algumas iniciativas tomadas pelo Governo que muito podem contribuir para a retomada da capacidade de crescimento do País. São elas: o incentivo à agricultura; o estímulo às exportações; e a proteção tarifária concedida a certos ramos da indústria em dificuldades.

Sr. Presidente, talvez a agricultura tenha sido o setor produtivo mais prejudicado na oportunidade do lançamento do Plano Real. Naquela ocasião, reduziram-se os recursos do crédito rural, intensificou-se a queda das alíquotas de importação de produtos primários, ao mesmo tempo em que se manteve a mesma estrutura de tributação da agricultura. É claro que a concorrência acirrada dos alimentos importados, muito baratos, produziu o efeito de deprimir o preço desses bens no mercado interno, o que, a despeito de conseqüências negativas no médio prazo, como diminuição da área plantada, proporcionou à população brasileira aumento do poder aquisitivo. Tal foi a importância dos alimentos baratos e da sustentação do preço da cesta básica para o lançamento do plano de estabilização, que se falou, na época, que o verdadeiro lastro da nova moeda não era a "âncora cambial", mas sim a "âncora verde".

O Governo vem agora resgatar parte dessa dívida com os agricultores e reconhecer-lhes os sacrifícios por meio de uma maior atenção voltada ao campo produtor de alimentos. Não menos relevante é o desejo de que a área cultivada no Brasil volte a crescer.

Com o propósito de recuperar a agricultura, anunciou-se recentemente o Plano Safra, no qual estão insertas três medidas que melhoram as condições do crédito rural. Em primeiro lugar, aumentou-se o volume de recursos para o crédito rural, atingindo-se a quantia nada desprezível de 5,1 bilhões de reais para custeio. Em segundo lugar, reduziram-se os juros a serem pagos pelos agricultores, de 16% para 12% ao ano. Em terceiro lugar, reajustaram-se os preços mínimos para cima, num montante de 9 a 10%.

Outro fator que pode, à primeira vista, parecer de menor importância, mas que, ao inverso, principalmente no Brasil, é de maior relevância e merece ser destacado, refere-se ao fato de que as condições de financiamento da próxima safra foram anunciadas com bastante antecedência. Ora, isso no Brasil é bem raro e demonstra a organização administrativa do atual Governo, num país em que já aconteceu de planos de safra serem definidos quando a plantação já havia sido colhida. Espero que, para os anos vindouros, esse fato se repita, pois o agricultor merece todo nosso respeito e, é óbvio, somente pode decidir, com mais proveito, o que plantar e quanto plantar e o que não plantar, quando está de posse de todas as informações relevantes sobre o crédito rural antes da época de deitar as sementes ao solo.

Quanto às exportações e aos estímulos para sua expansão, não resta dúvida de que esse tema é fundamental na presente conjuntura, em que se tem abalos ao plano de estabilização, por conta de

um quadro externo que se pode mostrar insustentável no médio prazo.

Três aspectos são fundamentais para a impulsão das exportações brasileiras: a melhoria da infraestrutura, a redução dos impostos e a oferta de financiamentos em montantes e condições adequadas. Um quarto fator, e de máxima relevância, seria alguma desvalorização adicional do real frente ao dólar, mas, como esse caminho está por hora descartado, em função da manutenção da estabilidade monetária, deixarei de considerá-lo como opção de curto-prazo.

Consciente do esgotamento da capacidade da União em fazer frente, sozinha, aos pesados investimentos necessários em infra-estrutura, o Governo tem buscado atacar essa questão por meio da reorientação de seu papel como provedor de infra-estrutura. De acordo com um ideário mais moderno de organização econômico-institucional, o Estado tem deixado maior espaço de atuação ao setor privado, enquanto se coloca numa posição mais de regulador e controlador em relação ao mercado. Assim, têm-se incentivado as concessões de serviço público a empresas privadas e muito se tem avançado no processo de privatização. Espera-se, com tais medidas, que melhore, em curto prazo, a qualidade das vias de transporte, do fornecimento de energia elétrica e do serviço portuário, entre outras áreas que contribuam para a perda de competitividade da produção brasileira.

Em relação aos impostos, impõe-se o tema da desoneração das exportações. Não é preciso repetir a sentença tantas vezes ouvida de que, num mercado internacional altamente competitivo, em que todos os países isentam de tributos suas exportações e, em alguns casos, chegam até mesmo a conceder subsídios, não passa de redobrada burrice o Brasil pretender "exportar impostos". Enquanto nossos concorrentes estão "dando uma mãozinha" a suas exportações, para barateá-las, nós, em movimento contrário, estamos encarecendo as nossas por meio da cobrança de impostos. Assim, ou o Brasil está certo e o resto do mundo está errado, ou acontece justamente o oposto, o que é mais provável.

O projeto do Governo de reforma tributária, relatado pelo Deputado Mussa Demes, prevê o fim da cobrança de impostos indiretos sobre as exportações. De forma a agilizar a desoneração das exportações, também está tramitando no Congresso um projeto de lei do Deputado e hoje Ministro Antônio Kandir que suspende a cobrança do ICMS sobre as exportações de produtos semi-elaborados, igualando o tratamento de

isenção que já existe para as exportações de produtos industrializados. Seria ótima idéia a aprovação do projeto do Ministro Antônio Kandir, enquanto se aguarda os desdobramentos, necessariamente mais morosos, de tramitação da Emenda Constitucional que trata da reforma tributária.

O financiamento consiste, atualmente, no calcanhar-de-aquiles do setor exportador brasileiro. Muitas vezes, com qualidade superior e preços mais baixos, os produtos nacionais perdem a concorrência com similares estrangeiros nos mercados além-fronteira, porque não conseguem oferecer ao comprador condições de financiamento tão vantajosas quanto as de seus concorrentes. Nesse ponto, não há saída: o Estado brasileiro, a exemplo da atuação das nações desenvolvidas, tem de prover seus exportadores com uma agência bancária capitalizada que possa cumprir a função de financiar os importadores de produtos brasileiros.

O Ministro Antônio Kandir tem estado atento para essa necessidade e parece querer fazer do BNDES essa agência que tanta falta faz para nosso comércio exterior. Coerente com essa linha de atuação, o Ministério do Planejamento anunciou um aumento de 255% nos recursos orçamentários destinados ao Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), gerido pelo BNDES, que passarão dos atuais 52 milhões para 185 milhões de reais. Além disso, ampliou-se a linha de produtos a serem contemplados com financiamento do PROEX, com a inclusão de bens de consumo à antiga lista onde somente figuravam bens de capital.

Por fim, abordarei, com brevidade, os aumentos de alíquotas do imposto de importação decididos pelo Governo, com o objetivo de proteger, temporariamente, o setor de brinquedos frente à concorrência desleal e predatória imposta por outros países. Comenta-se que os próximos candidatos à proteção tarifária são os setores produtores de papel e celulose, de têxteis, de vinhos, de arroz, de pêssego, de gipsita e gesso, de óxido de titânio, de corantes e de acessórios de bicicleta, também prejudicados pela competição desigual.

Deve ser observado que a proteção tarifária, a exemplo das medidas já comentadas de incentivo à agricultura e de estímulo às exportações, significa um impulso adicional ao crescimento do PIB, no sentido de que cria condições melhores para a expansão de setores produtivos nacionais.

Destaque-se que não se trata de um retorno à pura opção pela política protecionista, mas tão somente de posição defensiva de curto-prazo, que per-

mita a reestruturação tecnológica desses setores para fazer frente à competição internacional.

Certamente não se pode assistir de braços cruzados ao desmoronamento de setores inteiros da economia nacional que não têm tido êxito, por si sós, em fazer frente à concorrência dos produtos estrangeiros, no novo cenário marcado pela abertura comercial. Nunca é demais repetir que a hostilidade do ambiente para muitas empresas brasileiras não decorre apenas dessa abertura, mas também de um cenário em que temos os custos financeiros mais altos do mundo, uma taxa de câmbio sobrevalorizada, uma infra-estrutura depreciada e relações institucionais, tributárias e trabalhistas arcaicas, que revertem em custos altos de produção e prejudicam nossa competitividade.

Mas não podemos esquecer, por outro lado, que alguns dos países que hoje concorrem com o Brasil vendendo seus produtos a preços extremamente baixos, na verdade só conseguem tal proeza à custa de grandes sacrifícios às suas populações, com baixos salários e pouca ou nenhuma proteção trabalhista, levando ao que se convencionou chamar de "dumping social" nas operações com exterior.

Nesse contexto, embora não seja o ideal, justifica-se algum recuo temporário no nível de abertura externa para algumas indústrias, desde que vigente por pouco tempo e amarrado a um programa de reestruturação. Outra maneira de ajudar indústrias em dificuldades, talvez mais adequada do que a proteção tarifária, é o financiamento estatal de médio e de longo prazos para programas de reestruturação, a exemplo do que o BNDES vem fazendo. Porém, francamente, penso que a elevação das alíquotas de importação de brinquedos de 20 para 70% foi excessiva. Que houvesse um aumento progressivo das alíquotas por períodos curtos, digamos, de um ano, enquanto a indústria promove uma reestruturação, talvez fosse mais condizente com ritmo da modernização da economia brasileira.

Porém, não esqueçamos de dois pontos. Primeiro, a estabilização da moeda tem como um dos seus pilares a abertura comercial, a maneira eficiente de se contrapor ao poder dos monopólios e dos oligopólios brasileiros, responsáveis, em grande parte, pelo malogro de vários planos de estabilização anteriores. Segundo, o aumento do poder aquisitivo da população não se realiza somente por meio do aumento de salários, mas também pela queda de preço dos produtos que consome. Sem sombra de dúvida, a abertura comercial brasileira tem ajudado sobremaneira a contenção do custo de vida e, por-

tanto, o aumento do padrão de vida da população. Logo, esta é a conclusão a se tirar, a abertura comercial é uma política progressista e deve ser defendida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passamos por uma conjuntura muito difícil para o crescimento econômico. Iniciativas como as recentemente tomadas pelo Governo podem vir a auxiliar bastante na retomada do crescimento; porém um crescimento maior e sustentado ainda esbarra em restrições macroeconômicas.

Na verdade, estamos encerrados numa espécie de armadilha que temos de desmontar para voltarmos a crescer. Pode-se partir do câmbio sobrevalorizado para proceder à desmontagem dessa armadilha.

Pois bem, o câmbio firme e quase inalterado tem representado a "âncora" do plano de estabilização. Proceder a uma desvalorização acentuada do real, no contexto da atual indisciplina fiscal do Setor Público, seria temerário, pois abriria espaço para o aumento dos preços dos bens nacionais que hoje concorrem com os produtos importados, fomentando o aumento da inflação. Para manter o fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil os juros nominais teriam que subir, de forma a dar a mesma remuneração real aos investidores externos. Não podemos esquecer que o elevado déficit no Balanço em Conta Corrente em nossas operações com o exterior depende do ingresso desses capitais para o seu financiamento.

Ora, a atual situação de nossas contas externas e de finanças públicas impõe uma restrição muito clara ao crescimento porque, se a economia cresce, mantido o câmbio sobrevalorizado, aumentam também as importações, o que piora o saldo comercial e, conseqüência, o Balanço em Conta Corrente. Para evitar isso, é necessário manter elevadas as taxas de juros, que, não é preciso lembrar, desestimulam os investimentos e inibem o crescimento da economia.

A maneira de começar a desmontar a armadilha, que acaba por desfavorecer o crescimento, é proceder ao aumento da poupança do Governo. Como os próprios técnicos do Governo já admitem, o aumento da arrecadação de impostos chegou ao seu limite. Portanto, o caminho é o corte e racionalização de gastos em seus três níveis de governo - a União, Estados e Municípios. Caso a política fiscal deixe de ser expansionista, como atualmente, isto levaria a um crescimento da poupança interna e diminuição da dependência por poupança externa, re-

fletindo em menores taxas de juros e em estímulo ao crescimento. Adicionalmente, o controle das contas públicas teria efeito benéfico sobre as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos, abrindo espaço para uma desvalorização mais rápida do câmbio, sem maiores consequências em termos de repercussão sobre o nível de preços.

O fato Sr^{as} e Srs. Senadores, é que a par de muitas despesas do Governo que são incomprimíveis, temos um serviço da dívida interna extremamente pesado, causado, tanto pela velocidade do giro dos títulos públicos, como pelo seu montante, fato que acaba se agravando pelas recentes medidas na área financeira, representadas pelos empréstimos do PROER, algo em torno de quatorze bilhões de reais, e o socorro de oito bilhões de reais ao Banco do Brasil.

Tais medidas, porém, são inevitáveis, pois, nas suas ausências, a quebradeira de instituições financeiras que se seguiria certamente levaria, como aconteceu em outros países, a uma acentuada queda no PIB, resultando em um custo social muito maior. Por essa razão, embora os gastos com juros tenham tendência decrescente, de vez que as taxas de juros vêm sendo paulatinamente diminuídas pelo Governo, é preciso uma maior parcimônia na política de gastos, para compensar o custo daqueles programas.

Nesse sentido são fundamentais o apoio parlamentar à aprovação das reformas previdenciária e administrativa, pois somente através delas é que o Estado poderá equilibrar suas finanças de forma definitiva e sustentada.

Por fim, gostaria de reafirmar minha crença na coragem do Governo em enfrentar questões tão graves, que há muito estão na agenda nacional, bem como confio na responsabilidade do Congresso Nacional em encaminhá-las a um bom destino.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece ao Plenário que o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1996, estava agendado para a sessão de amanhã desde o dia 7 último, quando foi objeto de requerimento de urgência, aprovado na sessão deliberativa ordinária de hoje. Nesses termos, a Presidência determinou a inclusão da referida proposição, em regime de urgência, na pauta de amanhã como Item nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte:

O R D E M D O D I A HORA DO EXPEDIENTE Às 14h 30min

ORADORES INSCRITOS
(Até as 18h 30min de 13.8.96)

1. Senadora Benedita da Silva
2. Senador Ernandes Amorim
3. Senador Humberto Lucena
4. Senador Jonas Pinheiro
5. Senadora Marina Silva
6. Senador Edison Lobão
7. Senador Coutinho Jorge
8. Senador Francelino Pereira
9. Senador Ney Suassuna
10. Senador Ramez Tebet
11. Senador Sebastião Rocha (1º após OD)
12. Senador Esperidião Amin
13. Senador Josaphat Marinho
14. Senador Romeu Tuma
15. Senador Eduardo Suplicy
16. Senador Casildo Maldaner
17. Senador Guilherme Palmeira
18. Senador Romero Jucá
19. Senador José Eduardo Dutra

O R D E M D O D I A (Às 15h 30min)

- 1 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1996 (nº 198/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 2 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1996 (nº 197/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 41, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1996 (nº 128/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à VILLA DO CONDE FM LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 40, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 761, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1996, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que susta os Decretos de nºs 1.498 e 1.499, de 24 de maio de 1995, que reavalia as anistias concedidas pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, tendo

Parecer sob nº 371, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta.

- 5 -

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 41, DE 1995-COMPLEMENTAR

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995-Complementar (nº 123/89-Complementar, na Casa de origem), que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, tendo

Pareceres sob nºs 220 e 388, de 1996, das Comissões

- Diretora, oferecendo a redação do vencido; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a emenda oferecida em turno suplementar, pela rejeição.

- 6 -

REQUERIMENTO Nº 741, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 741, de 1996, do Senador Antônio Carlos Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, a retirada das emendas nºs 78 e 90, de sua autoria, oferecidas ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1994 (nº 3.710/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

- 7 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1996

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996 (nº 41/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal (criação de municípios), tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 8 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1996

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que altera o § 7º do art. 14 da Constituição Federal (inelegibilidade), tendo

Parecer favorável, sob nº 342, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Pedro Simon, José Ignácio Ferreira, Jefferson Peres e Bernardo Cabral.

(Em virtude de adiamento)

- 9 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1996 (nº 4.804/94, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências, tendo

Parecer favorável sob nº 381, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 10 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 1994**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1994 (nº 119/91, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Convenções nºs 163, 164, 165 e 166, da Organização Internacional do Trabalho, tendo

Pareceres sob nºs 355 a 357, de 1996, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional (1º pronunciamento), pela audiência da CAS;
 - de Assuntos Sociais, favorável; e
 - de Relações Exteriores e Defesa Nacional (2º pronunciamento), favorável.
- (Em virtude de adiamento)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h16min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 985, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996, resolve:

Art. 1º São designados os servidores EDIVALDO JOVINO DE ARAÚJO (matrícula nº 3349) e

EDILSON JOVINO DE ARAÚJO (matrícula nº 3294) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 009, de 1995, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Elevadores OTIS Ltda..

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 986, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996, resolve:

Art. 1º São designados os servidores EDILSON JOVINO DE ARAÚJO (matrícula nº 3294) e EDIVALDO JOVINO DE ARAÚJO (matrícula nº 3349) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 008, de 1995, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Elevadores SUR S/A.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p>
<p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p>	<p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p>
<p>2º Secretário Renan Cathelros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p>	<p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p>	<p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p>
<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>		<p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p>
		<p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinöbing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4761/62
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

PFL

HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
------------------	--------------	------------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ³ 4		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1. Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito - André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução - Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes - Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? -

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais - Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais - Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade - Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento - Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer - René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei - Gilmar Ferreira

Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria

orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) - Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas - Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de

1980 - Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul - José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. - Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) - Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal - Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald - Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) - Juan Marcos

Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira - Fernando Braga

O direito eleitoral português - Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos - Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha - Maria Elizabeth Guima-

rães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição - Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo - Heleno Taveira

Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal - Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão - Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político - Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar -

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

COMPACT DISK

CD-ROM

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS